



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 051

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 051

48ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Proposta de Emenda Constitucional 03

Indicações 04

Requerimentos 07

Projetos de Lei 16

Pequeno Expediente:

Dep. Beti Pavin 25

Dep. Antonio Belinati 25

Dep. Professor Lemos 27

Dep. Reni Pereira 29

Dep. Fernando Scanavaca 30

Dep. Caíto Quintana 31

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 26

Liderança do Bloco PRB/PSB/PV

Dep. Reni Pereira 28

Liderança do DEM

Dep. Durval Amaral 33

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 35

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 36

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 37

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 38

Liderança do Governo

Dep. Waldyr Pugliesi 39

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 41

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação) 42

Redação Final 74

2ª Discussão 75

1ª Discussão 76

Requerimentos 78

Encerramento da Sessão: 78

DIÁRIO Nº 051

48ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 MAIO DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (52).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 173 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 173. O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal.”

Art. 2º O Capítulo VIII da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO VIII

**Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente,
do Jovem e do Idoso”**

Art. 3º É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o artigo 225-A, com a seguinte redação:

“Art. 225-A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando a assegurar-lhes:

a) formação profissional e o desenvolvimento da cultura;

b) acesso ao primeiro emprego e à habitação;

c) lazer;

d) segurança social.

Parágrafo Único. As diretrizes das políticas a que se refere o *caput* deste artigo serão asseguradas pelo Estatuto da Juventude e pelo Plano Estadual da Juventude, instituídos por lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8069, de 12/06/90 e dos demais diplomas legais pertinentes.”

Art. 4º É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o artigo 225-B, com a seguinte redação:

“Art. 225-B. O Conselho Estadual da Juventude, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, instituído por lei, tem por objetivo elaborar, propor e fiscalizar as políticas públicas sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude.”

Art. 5º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Apoiamento:

Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, Elton Welter, Luiz Eduardo Cheida, Jocelito Canto, Mauro Moraes, Fábio Camargo, Teruo Kato, Dr. Batista, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Antonio Belinati, Durval Amaral, Ademar Traiano, Chico Noroeste, Felipe Lucas, Ademir Bier, Duílio Genari, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Dobrandino da Silva, Augustinho Zucchi, Pastor Edson Praczyk, Luiz Fernandes Litro, Luiz Accorsi e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A “Constituição Cidadã”, assim denominada a Carta Magna do País promulgada em 1988, trouxe inúmeros avanços para a legislação brasileira sem deixar, no entanto, algumas lacunas decorrentes tanto da correlação de forças daquele período quanto da incipiência da discussão de algumas matérias naquele momento histórico. Da mesma forma, a maioria dos textos constitucionais dos Estados não avançou em algumas questões.

Dentre os diversos temas que hoje tomam relevância no cenário político do País está a questão da juventude, seja pelo aprofundamento das discussões referentes à compreensão dessa faixa etária, seja pelas demandas que pressionam o Poder Público no atendimento de políticas públicas específicas ao atendimento da população entre 15 e 29 anos.

Dados do Mapa da Violência, elaborado pela UNESCO, em parceria com o Governo brasileiro e o Instituto Ayrton Senna, em sua sexta edição, publicada no final de 2006, ao analisar a relação entre juventude, violência e cidadania, reafirma que “os jovens brasileiros, particularmente, dos 15 aos 24 anos, são a parcela

da sociedade que está mais exposta à violência, quer como vítimas, quer como agentes.”

Resultado semelhante foi colhido pelo Mapa de Violência dos Municípios Brasileiros, da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) em pareceria com o Ministério da Saúde, com base em dados dos anos de 2002 a 2004, divulgado no final do mês de fevereiro de 2007: “O Brasil é líder mundial em morte de jovens (15 a 24 anos) por arma de fogo, com taxa de 43,1 assassinatos para cada 100 mil pessoas. Da faixa de 14 a 17, houve um crescimento de 63% na taxa de homicídios entre 1994 e 2004. No mesmo período, a faixa de 20 a 24 anos teve um crescimento de 36%, chegando ao patamar mais alto de todas as faixas etárias: 64,9 assassinatos para cada 100 mil pessoas.”

Os dados do IBGE, do IPEA, da UNICAMP e de outros institutos oficiais demonstram que a concentração de renda e de riqueza, produtoras da pobreza e da miséria, faz com que a população juvenil tenha que procurar ingressar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, mas paradoxalmente, não possuem qualificação educacional necessária e nem experiência, o que os leva a integrar o rol de quase 50% dos desempregados oficiais no País.

Esses exemplos são suficientes a demonstrar a necessidade da implantação de diversas políticas públicas para as juventudes urbanas e rurais; dos centros, periferias e favelas; brancas, negras e índias; masculinas e femininas; estudantes, trabalhadoras, desempregadas, etc., com o objetivo de transformar essa realidade, seja para afastá-los da violência e da criminalidade, seja para garantir os seus direitos humanos econômicos, sociais e culturais, como alimentação, educação, saúde, esporte, moradia e saneamento, cultura, trabalho e lazer, entre outros.

Nesta década, principalmente no Governo do Presidente Lula, ocorreram algumas conquistas importantes para a juventude, como a criação de espaços governamentais (Secretaria Nacional da Juventude vinculada à Presidência da República e o Conselho Nacional da Juventude). A implementação de políticas públicas direcionadas aos jovens (Pró-Jovem, Primeiro Emprego, ProUni, etc.), são necessárias, porém, faz-se imperativo avançar sempre, para garantir aos jovens condições para se desenvolver com dignidade. Novas, específicas, inclusivas e diferenciadas políticas são essenciais para dar conta da quantidade da população juvenil, a maior geração desde o “descobrimento” do Brasil.

No Congresso Nacional, onde já funciona uma Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, tramitam atualmente diversos projetos direcionados aos jovens, dentre os quais, o Projeto de Lei nº 4530/04, que cria o Plano Nacional de Juventude, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 138/03, que trata da proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude e o Projeto de Lei nº 027/07, que cria o Estatuto da Juventude.

A presente Proposta de Emenda à Constituição Estadual vem ao encontro desta necessidade de ampliarmos, através do texto legal, os instrumentos de definição, execução e controle de políticas públicas que assegurem a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, em consonância com as discussões e mudanças no ordenamento jurídico em nível nacional e internacional.

O Congresso Nacional já aprovou em primeiro turno alterações na Constituição Federal da mesma natureza da presente PEC, bem como o País já é signatário de compromissos internacionais que se comprometem com garantias individuais e coletivas dos jovens conforme estabelece a Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude.

Acrescente-se a isso, iniciativas do Poder Executivo Estadual que já conta com estrutura institucionais que executam algumas políticas específicas à juventude, como a Secretaria de Estado da Criança e Juventude - SECJ do Governo do Paraná, bem como outras Secretarias. Destacamos, entre outras ações importantes, a realização da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para Juventude.

Neste sentido, a apreciação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Estadual ora apresentada é de relevante importância para o avanço e consolidação das políticas públicas que assegurem os direitos da população jovem paranaense

Indicações

INDICAÇÃO Nº 664/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação, solicitando estudos de viabilidade para a construção de uma quadra de esportes para a Escola Estadual Machado de Assis, localizada no Distrito de Marabá, Município de Tuneiras do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, solicitando estudos de viabilidade para a construção de uma quadra de esportes para a Escola Estadual Machado de Assis, localizada no Distrito de Marabá, Município de Tuneiras do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Nilton César Ferreira.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A atual quadra desta escola não possui a menor condição de se realizar práticas esportivas ante seu estado de deterioração, o que prejudica as aulas de educação

física. Sendo assim, imperioso a construção de uma nova quadra.

INDICAÇÃO N° 665/09

SÚMULA:

Sugere a criação de dois novos Batalhões da Polícia Militar na Região Metropolitana de Curitiba/PR.

Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública:

O Deputado que o presente subscreve vem, com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, tomar a iniciativa de sugerir a criação de dois novos Batalhões da Polícia Militar na Região Metropolitana de Curitiba, pelos fatos que passa a expor.

A proposta é formulada tanto pelos anseios da população consultada, bem como pelos dados disponíveis na rede mundial de computadores, no que tange principalmente ao crescente número de crimes na Região Metropolitana de Curitiba.

Pois bem, atualmente quem coordena os trabalhos da Polícia Militar na Região Metropolitana é o 17° Batalhão de Polícia Militar do Paraná - Batalhão Metropolitano, dividido em 5 companhias, atuando em 22 Municípios. Pois bem, ocorre que o efetivo atual é de 700 policiais, resultando numa média de 1800 habitantes para cada policial.

Ocorre ainda que, de modo preocupante, a escalada do número de crimes tem assustado toda população envolvida. Ademais, é de se notar que, por exemplo, na Cidade de Curitiba, o número de batalhões tem crescido, ao passo que na região que circunda a Cidade o número tem se estagnado. Reflexo dessa paralisação está, apenas a título de exemplo, no número de homicídios dolosos apurados na Região Metropolitana, que entre o ano de 2007 e 2008 teve aumento de 17,67%.

Assim, fica patente a necessidade de políticas públicas de segurança para a população envolvida.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) RENI PEREIRA

INDICAÇÃO N° 666/09

SÚMULA:

Propõe ao Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde a disponibilização de uma ambulância para o Município de Bocaiúva do Sul.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde Gilberto Berguio Martin, a disponibilização de uma ambulância para melhor atender o Município de Bocaiúva do Sul.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Município conforme Censo IBGE/07 tem uma população aproximadamente de 9 mil e 600 habitantes, dispondo na área da Saúde somente de um pequeno hospital sem estrutura apropriada, o qual conta com uma ambulância em estado precário ficando mais tempo em manutenção, do que em funcionamento para atender as necessidades desta população carente.

Ocorre ainda dificuldade nos casos de internamentos e emergência/urgência, pois a falta de leitos e materiais hospitalares prejudicam os procedimentos médicos. Diante dessas condições, sucede-se um grande número de transferências para outros hospitais, o que nem sempre é possível, pois quando ocorre o deslocamento para outras unidades de Saúde em Curitiba e região, o hospital fica desprovido de veículo, impossibilitando o atendimento nos demais casos de emergências.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo para garantir ao referido Município, um atendimento digno à população local no que se refere à Saúde Pública.

INDICAÇÃO N° 667/09

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada implantação de turmas de 5ª, 6ª e 7ª séries no período da manhã no Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga - Alto Maracanã - Município de Colombo/PR.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria de Educação, Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, propondo a viabilização de implantar turmas de 5ª, 6ª e 7ª séries no período da manhã no Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga - Alto Maracanã - Município de Colombo/PR.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Moradores do Município supracitado necessitam desta implantação, pois os pais tem tido dificuldades para levar seus filhos para outras escolas que ficam distantes de suas residências.

INDICAÇÃO N° 668/09

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada a construção de um Centro de Eventos no Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a construção de um Centro de Eventos no Município de Santa Mariana/PR.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, tendo em vista que o Município tem o melhor rodeio da região, grande potencial turístico, e nenhum local adequado para realizações de pequenos, médios e grandes eventos, a exemplo a Festa do Peão. Essa construção não somente ajudaria a alavancar o turismo do Município como também a geração de emprego.

INDICAÇÃO N° 669/09**SÚMULA:**

Propõe que seja viabilizado reforço na Segurança Pública no Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de reforçar a Segurança Pública no Município de Santa Mariana/PR.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A população do Município supracitado faz essa reivindicação devido ao notório aumento da criminalidade, há a necessidade de ações buscando a contenção desta criminalidade.

INDICAÇÃO N° 670/09**SÚMULA:**

Propõe que seja viabilizada reforma, contratação de profissionais, aquisição de equipamentos e mobiliário para a Creche Esther Beghai Pinafo no Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, propondo a viabilização de reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para a Creche Esther Beghai Pinafo.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Moradores do Município supracitado necessitam dessas melhorias, pois são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação infantil e ao bem estar das crianças, dos profissionais que as assistem e dos próprios pais, possibilitando às mães o exercício de uma atividade fora do lar.

INDICAÇÃO N° 671/09**SÚMULA:**

Propõe que seja viabilizada reforma na quadra Gervásio Anísio Palharin - Distrito Panema - Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de executar uma reforma na quadra Gervásio Anísio Palharin.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A quadra necessita de cobertura e de reformas como (reforma do piso, iluminação, pinturas em geral, telas, vestiários, arquibancada, entre outras), pois, a mesma se apresenta em situação de risco aos usuários. Dessa forma melhorará o lazer público e a qualidade de vida de centenas de Marianenses que não têm condições de utilizar áreas ou complexos particulares.

INDICAÇÃO N° 672/09**SÚMULA:**

Propõe que seja viabilizada reforma no Matadouro Municipal - Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de executar uma reforma no Matadouro Municipal.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O Matadouro Municipal de Santa Mariana necessita com urgência de reforma, em face da atual situação que ele se encontra, é de extrema importância para a Saúde Pública, que irá trazer visibilidade de higienização, adequando dentro das normas da vigilância sanitária, evitando com isso que a população fique exposta aos sérios riscos de saúde por ingestão de carne de má qualidade e que não atendam aos padrões da Saúde Pública. Em face da urgência da situação, clamo as autoridades, solução ao grave problema que o Município vem enfrentando.

INDICAÇÃO N° 673/09**SÚMULA:**

Propõe que seja viabilizada reforma na Unidade Básica de Saúde Atílio Brancalhão - Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Secretário de Saúde, Sr. Gilberto Berguio Martin, propondo a viabilização de executar uma reforma na Unidade Básica de Saúde Atílio Brancalhão.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Há vários anos a população é atendida nesse espaço e por isso é necessária a reforma da Unidade de Saúde, para manter a qualidade do atendimento em salas e áreas limpas, repintadas e com todas as condições técnicas, estruturais, hidráulicas e elétricas que garantam qualidade tanto para quem procura o atendimento quanto para os profissionais que labutam diariamente nessa unidade. Pois uma boa estrutura de atendimento é fundamental para que os usuários da Saúde Pública sintam-se bem acolhidos.

INDICAÇÃO Nº 674/09**SÚMULA:**

Propõe que seja viabilizada a construção de um Centro de Terminal Rodoviário no Distrito Panema - Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a construção de um Terminal Rodoviário no terreno municipal disponível.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação objetiva a construção emergencial de um Terminal Rodoviário que atenderá a população do Distrito Panema - Município de Santa Mariana e os Municípios vizinhos. O Distrito Panema se recente da falta de um serviço importante como esse, pois centenas de pessoas que precisam usar os serviços do transporte intermunicipal são obrigadas a ficar expostas debaixo de sol e chuva enquanto aguardam o embarque na Praça Pública João Carvalho de Mello.

Essa benfeitoria trará maior qualidade de vida aos usuários além de contribuir para o desenvolvimento da Cidade.

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 2354**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 056/09, que proíbe a SANEPAR interromper o fornecimento dos serviços de água e esgoto, nos casos que especifica.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2348

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do PT, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no parágrafo 2º, do artigo

170, do Regimento Interno, REQUER, após aprovação do douto Plenário, destaque para as emendas de números 01, 02, 03, 04, 05 e 06, apresentadas ao PL nº 186/09, para serem votadas juntas.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 2370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para a votação da emenda de Plenário nº 06 apresentada ao Projeto de Lei nº 186/09, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/09, item 01 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2371

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para a votação da emenda de Plenário nº 07 apresentada ao Projeto de Lei nº 186/09, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/09, item 01 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2372

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para a votação da emenda de Plenário nº 08 apresentada ao Projeto de Lei nº 186/09, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/09, item 01 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para a votação da emenda de Plenário nº 09 apresentada ao Projeto de Lei nº 186/09, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/09, item 01 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para a votação da emenda de Plenário nº 10, 11 e 12 apresentadas ao Projeto de Lei nº 186/09, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/09, item 01 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2375

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para a votação da emenda de Plenário nº 13, 14 e 15 apresentadas ao Projeto de Lei nº 186/09, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/09, item 01 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER a votação em bloco das emendas de plenário constantes do Projeto de Lei nº 186/09, que receberam parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2380

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão Ordinária por 2h, com base no artigo 81 do Regimento Interno deste Poder.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2382

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão Ordinária por 2h, com base no artigo 81 do Regimento Interno deste Poder.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2356

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausências nas Sessões Ordinárias e ou Extraordinárias realizadas nos dias 12, 13 e 14 de maio do corrente ano, em virtude de compromissos oficiais assumidos no interior do Estado do Paraná com o Secretário de Estado do Agricultura e Secretário de Estado Transportes.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO Nº 2377

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do plenário da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 01/06/09 (segunda-feira) às 8h30 para realização de Audiência Pública: "Meio Ambiente: Araucárias e Sustentabilidade". A Audiência Pública é uma proposição deste Deputado em parceria com a bancada do Partido dos Trabalhadores - PT e a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

Requer também a disponibilidade de equipamentos de multimídia para apresentação dos trabalhos, dos serviços de taquigrafia, da disponibilidade do fotógrafo desta Casa, confecção de 1000 convites e cobertura pela TV SINAL.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 2378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 147/09 aos Projetos de Lei nºs 243/08 e 388/08, que tratam da proibição de fumar em ambientes de uso coletivo.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2381

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que não sejam votadas as emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 186/09 que receberam parecer contrário da CCJ com base no artigo 68, I, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2302

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto

Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Geraldo Santana, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2303

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adair Maria da Luz Garcia, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Mayer Mendes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2305

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Álvaro Rodrigues do Prado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2306

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Vitória de Andrade França, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2307

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Moreira Diogo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ercilio Alves dos Anjos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Paulina Zub Roloff, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2310

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ondina Stahlschmidt Gurnikas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2311

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osvaldo Ruppel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dorival Gonçalves Maia, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2313

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2314

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha Elaine Martins, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Carlos Justino, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2316

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Odair Marcondes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2317

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aci Blageski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Felber, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2319

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cirlene Gonçalves dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2320

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Isaías Aparecido Alvez Teixeira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Batista Luiz Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2322

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Lucio Alves da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Magalhães, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Luz Mariano, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2325

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Antonia Meister Martins, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2326

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Aparecida da Rosa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2327

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Laíra Maciel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2328

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mario Carnero Maria, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2329

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Onório Rocha, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2330

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Batista Sota, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2331

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosalina Pode Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Silvia Mara Batista Franco, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2333

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Theodoro Martins, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adriano Ferreira Pinto, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2335

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Teleginski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Gastão Pereira da Cunha, ocorrido no último dia 13/05/09.

Gastão Pereira da Cunha, cardiologista, um dos precursores da especialidade no Paraná, chefiou a disciplina de cardiologia da Universidade Federal do Paraná, tendo sido também, presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, exerceu sua profissão até completar 80 anos, um mestre companheiro, dedicado e tolerante.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 2352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Roberto Pontes Cardoso.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia doze, faleceu nesta Capital o advogado, Sr. Roberto Pontes Cardoso, com 67 anos de idade. Era filho de Antônio Breda Cardoso e Odete Pontes Cardoso, deixou viúva Dona Maria do Pilar Sotomaior Cardoso, deixou ainda três filhos e três netos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite, pois, dileto amigo Renato Pontes Cardoso, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pontes Cardoso, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2296

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja expedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e inserido nos Anais desta Casa de Leis, votos de congratulações, louvor e muito aplauso ao Jornal do Oeste, pela comemoração do 25º aniversário de fundação, e a toda sua eficiente e qualificada equipe de profissionais, desde diretores, editores, redatores e quadro geral de funcionários.

O Jornal do Oeste, com sede na Cidade de Toledo, que desde 20/05/84, circula diária e ininterruptamente, registrando, publicando e divulgando com muita ética, responsabilidade e fidelidade, os atos e fatos que fazem a história do Município Toledense e sua gente, região Oeste e do Estado do Paraná.

Requer outrossim, seja oficiado ao Jornal do Oeste, na pessoa de seu diretor Armando Manfroí.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao desembargador José Augusto Aniceto, figura das mais respeitadas e que integra o egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. S. Exa. possui admirável sabedoria jurídica e tem dedicado grande parte de sua vida a semear justiça no Paraná. Suas sentenças têm sido elogiadas por colegas de magistratura e por conceituados advogados, pelos acertos e imparcialidade em importantes decisões como julgador.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao homenageado, através do Tribunal de Justiça do Estado, com votos de que Deus continue a iluminá-lo em tão brilhante e aplaudida missão.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2297

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, votos de louvor e congratulações ao Curso e Colégio ALFA de Cascavel, pela obtenção do 1º lugar do ENEM no Paraná, dando-se ciência deste requerimento ao Sr. João Ademar Rodrigues, diretor da Unidade 1 Piazza.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A história da humanidade é notadamente marcada pelo acúmulo de conhecimentos. Já diziam os sábios da antiguidade que não existe maior vergonha a um homem do que ser chamado de ignorante.

Constantemente nos deparamos com desafios, e é apenas por meio da sabedoria que existe a perpetuação da raça humana, desde os primórdios da humanidade.

Alguns homens se notabilizaram por seus pensamentos ou pela sua biografia; outros, apenas por uma frase resumindo o sentido da vida. 'Penso, logo existo!'

A notícia de que o Curso e Colégio Alfa, de Cascavel obteve o 1º lugar do ENEM no Paraná, representa o orgulho do oeste e sudoeste, manifestado pela força que vem do interior do Estado. A história mais uma vez é escrita por meio das conquistas de um jovem idealista, que coloca seu talento a serviço do aprendizado, para que amanhã a sua história seja também a história do oeste e

do sudoeste, e uma esteira de sucessão de fatos, que apenas a inteligência e o estudo podem proporcionar.

Está de parabéns o Curso e Colégio Alfa de Cascavel, representado por seus diretores, professores e alunos, que demonstram a capacidade de ser o primeiro entre os melhores. Está de parabéns Cascavel. Está de parabéns o Paraná. Que este seja um exemplo a ser seguido.

REQUERIMENTO Nº 2351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Município de Corumbataí do Sul, pela passagem, no próximo dia 27/05/09, do seu 22º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Osney Picanço, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Elias Fernandes da Silva, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande honra que nos dirigimos a toda a população do Município de Corumbataí do Sul, nesta significativa data da comemoração do seu 22º aniversário.

Rendemos nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que continuam dando sua importante parcela de contribuição para o progresso do Município. Que Deus ilumine seus administradores, pois, os ensinamentos divinos sendo cumpridos fielmente, sintetizam a maior expressão de dignidade e da afirmação da vida.

O Município é a célula da nação. É onde a população vive, portanto, é onde o Poder Público deve se materializar para promover o bem comum.

A história da representação municipal evoluiu junto com a história do Brasil como país independente. O funcionamento das Câmaras Municipais deverá ser aperfeiçoado tornando o regimento interno mais claro e transparente o trâmite das matérias, dando celeridade ao processo legislativo, facilitando assim, a atuação dos Srs. Vereadores.

Ao contentamento do povo honesto e trabalhador de Corumbataí do Sul, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, como representante do povo, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 2338

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Banda Copacabana Club.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Banda de Copacabana Club, dona de uma irresistível mistura musical, com melodias extremamente caprichadas e um talento nato para atingir a perfeição em suas músicas, o grupo que tem pouco mais de um ano de existência, já arrasta legiões de fãs para as casas em que se apresentam, tornando-se uma revelação nacional e merecedora de elogios dos críticos especializados, formada pela carismática vocalista Camila Cornelsen, pela baterista Claudia Bukowski, Alec Ventura instrumentista, Tile Douglas no baixo e Luciano Frank guitarras, provam porque Curitiba é um dos principais centros formadores de bandas de pop-rock do País.

REQUERIMENTO Nº 2339

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Germer Porcelanas Finas S.A.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Germer Porcelanas Finas S.A., com sede em Campo Largo, é uma das maiores indústrias de porcelanas finas do Brasil, contando com aproximadamente 600 colaboradores diretos e mais de 500 indiretos, é uma empresa que dedica grande esforço para ampliar e modernizar o seu parque industrial, sempre preservando a natureza e valorizando o ser humano com investimentos nas áreas técnicas, de saúde e lazer, fundada na década de 50, tornou-se a primeira empresa da América Latina a empregar equipamentos de última geração com capacidade para fabricar em grande escala e com qualidade mundial, produzindo entre outros tipos de porcelanas, as decoradas, que encantam o mercado interno e conquistam o mercado mundial.

REQUERIMENTO Nº 2340

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Elpídio Nunes.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Elpídio Nunes, profissional especializado que exerce o ofício da alfaiataria, um artista que cria roupas masculinas de forma artesanal e sob medida, com exclusividade, seguindo as medidas e preferências de seus clientes, apaixonado por moda e vestuário, transforma tecidos em roupas com qualificação industrial, porém artístico-artesanal sob medida, exercendo uma das profissões mais importantes e antigas da humanidade, pela influência daqueles que a exercem no âmbito social dos que bem vestidos se apresentam.

REQUERIMENTO Nº 2341

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Vânia Cocchieri.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Vânia Cocchieri, empresária sócia-proprietária da grife curitibana Gianni Cocchieri, uma artista que cria roupas femininas de forma artesanal e sob medida, com exclusividade, seguindo as medidas e preferências de suas clientes, apaixonada por moda e vestuário, transforma tecidos em roupas exclusivas, sua confecção atua com responsabilidade social em parceria com o PROVOPAR-PR, formando profissionais entre as internas da Penitenciária Feminina de Piraquara, capazes de entrar no mercado de trabalho com conhecimento adquirido durante um ano de aulas ministradas pelas funcionárias da sua empresa.

REQUERIMENTO Nº 2342

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Revista Caiçara.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Revista Caiçara, pela categoria de seu trabalho, transmitindo informação e conhecimento aos seus leitores com responsabilidade e compromisso com a verdade, produzindo com esmero e excelência, traduzindo as idéias e anseios da comunidade do litoral paranense, com alto padrão de impressão, distingue-se pela sua diagramação, qualidade de suas fotos, reportagens e equipe de colaboradores.

REQUERIMENTO Nº 2343

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao presidente da ABIME Sr. Aírton Bohrer Oppitz.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao presidente da ABIME Sr. Aírton Bohrer Oppitz, que acaba de ser reeleito para comandar a entidade, onde defende os interesses legítimos do setor de móveis escolares, procurando o aprimoramento e a expansão da indústria do mobiliário escolar em todo o Brasil, desenvolvendo a qualidade e a normatização, fomentando a exportação e congregando as empresas do setor, através de políticas técnicas e ecológicas que atendam as exigências do mercado e que contribuam para o melhoramento do setor.

REQUERIMENTO Nº 2344

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Aldeia das Flores.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Aldeia das Flores, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital, localizado em um lugar relaxante, em meio à natureza, que proporciona diversão para as crianças e comodidade para os pais. Com excelente espaço para eventos, transmite os bons fluídos do campo e a praticidade de estar dentro da Cidade. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2345

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Amici.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Amici, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2369

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, do dia de hoje, de votos de louvor ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Instituto EMATER pela passagem de seus 53 anos de existência, em comemoração nesta semana.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao Instituto EMATER, na pessoa do seu presidente Sr. Arnaldo Bandeira.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Já afirmava uma ilustre personalidade brasileira: *“...Louvar, enaltecer ou exaltar aqueles que realizam grandes feitos, aqueles que trabalham pelo bem comum, aqueles que dedicam as suas vidas pela prosperidade das comunidades, é um dever e uma honra”*.

Compartilhando dessa afirmação, é que venho propor a esta Casa Legislativa consagração de votos de louvor à EMATER pelo trabalho exemplar que vem realizando em favor da atividade agropecuária do Paraná, por seu abnegado corpo de extensionistas, desde os seus primórdios há exatos 53 anos.

À época com seus fusquinhas azuis, identificando a presença da ACARPA, se deslocavam aos mais distantes recantos desse nosso Estado.

A mudança para EMATER não mudou os objetivos. Ao contrário, ampliou-se.

Sucessora da ACARPA ajudou a fazer a revolução da agricultura ao longo deste mais de meio século de existência, transformando seculares monoculturas de sobrevivência para a diversidade de produção, agregando valor em cultivos agora predominantes, como a soja, milho, trigo, cevada, etc.

O trabalho dos esforçados extensionistas não somente se ateve em levar para campo novas tecnologias para produção de grãos. Mas também na criação de gado leiteiro, preferencialmente nas pequenas propriedades, na apicultura, na avicultura, na fruticultura, na psicultura, cultura orgânica, entre outras. É notório o grande impulso que a EMATER proporcionou nessas atividades, ao abrir um leque de alternativas de renda ao pequeno agricultor.

Em qualquer desses segmentos, especialmente nas pequenas propriedades, desde quando seus proprietários eram chamados sitiantes, hoje denominados agricultores familiares, a EMATER esteve presente e, com certeza, sempre estará presente com ação de seus extensionistas.

A importância da EMATER transparece nos inúmeros programas implantados e desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Agricultura em diversos Governos, tais como o Paraná Rural, o Paraná 12 Meses, entre outros, até chegar ao programa Fábrica do Agricultor e a implantação da Feira de Sabores, está de renomada realização anual no Parque Barigui.

Igualmente a relevância da EMATER é notada na experiência pioneira das Vilas Rurais que, nas localidades implantadas alcançou sucesso e propicia uma condição de vida melhor para centenas e centenas de famílias.

Sem contestação, no Paraná a agricultura alcançou nova performance e a pequena propriedade se tornou rendosa graças ao trabalho esforçado dos técnicos da EMATER que levaram e continuam levando a tecnologia ao campo para melhorar a produtividade e a renda do agricultor.

São esses abenegados que reverenciamos neste momento, propondo o registro de votos de louvor. As suas atuações e esforços são merecedores de nossos melhores aplausos.

A retrospectiva gloriosa dos 53 anos da EMATER nos oferece um imenso registro histórico de realização, mas também, nos garante o quanto esse instituto ainda pode realizar para a atividade agropecuária paranaense e pela inclusão social do homem rural, ultimamente uma de suas principais metas de ação.

REQUERIMENTO Nº 2355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER menção honrosa, aos Srs. Hôda Salamuni, Tamara Lepca Maia, Fernando Antonio Miranda, Luis Carlos Borges da Silveira, Ney Leprevost Neto, Fausto Pereira de Lacerda, Alexandre Fontana Beltrão, Francisco Fernando Fontana, José Toaldo Filho e Maria Elisa Ferraz Paciornick; ex-Presidente da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas - AAHC, que trabalharam em prol do auxílio da importante instituição hospitalar que tanto contribui para a sociedade paranaense.

Solicito a especial gentileza em notificar acerca da menção honrosa, em apreço, os Srs. Hôda Salamuni, Tamara Lepca Maia, Fernando Antonio Miranda, Luis Carlos Borges da Silveira, Ney Leprevost Neto, Fausto Pereira de Lacerda, Alexandre Fontana Beltrão, Francisco Fernando Fontana, José Toaldo Filho e Maria Elisa Ferraz Paciornick, na Sessão Solene, que realizar-se-á no dia 04/06/09, neste plenário.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2349

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, expediente aos Senadores da República pelo Paraná e à Bancada de Deputados Federais pelo Paraná, para que apresente Proposta de Emenda Constitucional formulada pela AMEPAR (Associação dos Municípios do Médio Parapanema) na reunião da Associação dos Municípios do Paraná - AMP.

A PEC citada acima prevê alteração no artigo 159 da Constituição Federal ampliando a base de impostos que compõe o Fundo de Participação dos Municipais, incluindo porcentagem do COFINS e do CSLL.

Na certeza que a medida fortalecerá nossos Municípios solicito o apoio desta Casa na proposta encaminhada aos nossos representantes no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
(Bancada Federal do Paraná)**

Dá nova redação ao artigo 159 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 159 da Constituição Federal fica acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 159 A União entregará”:

IV - Do produto da arrecadação das contribuições definidas no artigo 195, inciso I, b e c, da Constituição Federal, vinte e três inteiros e cinco décimos por cento do Fundo de Participação dos Municípios;

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte a sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, atualmente, prevê que o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o dos Municípios recebam do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados cerca de quarenta e oito por cento.

Entretanto, a cada ano as universidades da federação vêm sentindo uma sensível perda de arrecadação, visto que a arrecadação das contribuições sociais, como a COFINS (Contribuição de Seguridade Social) criada pela Lei nº 70/1991 e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) Lei nº 7689/88, tem aumentado, sobremaneira, sem, contudo serem partilhadas pela União Federal.

A presente proposta torna obrigatória a partilha de tais recursos, permitindo que os Municípios assegurem sua autonomia financeira.

Além disso, a Proposta de Emenda estabelece ainda, que a mesma entrará em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação e publicação, de modo que haja tempo suficiente para a elaboração de ajustes necessários por parte da União Federal.

REQUERIMENTO Nº 2350

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião para que convide o Conselho Regional de Nutrição da 8ª Região e o Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA) para participarem na edição da regulamentação da Lei nº 16085 de 17/04/09, lei que dispõe sobre a obrigatoriedade dos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques da rede particular de ensino divulgar informações e tabelas nutricionais dos alimentos comercializados”.

Os dois Conselhos com certeza poderão ajudar o Estado a regulamentar a lei pioneira no País.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 2357

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Jardim Tupi - Município de Araucária, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo na rua das Orquídeas e no Campo de Futebol do Jardim Tupi. Ocorre que em todos os domingos que têm jogo no referido campo são realizados “rachas” de carros, colocando em risco de acidentes a população. Os moradores da localidade sempre chamam a polícia, porém não são atendidos e a falta de segurança é total, motivo de tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis o texto Os Inumeráveis Estados do Ser, de autoria do articulista do Jornal Folha de São Paulo, Ferreira Gullar, publicado na página E8 do Caderno Ilustrado, datado de 17 de maio do corrente.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente artigo, de autoria do articulista Ferreira Gullar, que aborda de forma muito inteligente o tema relativo ao desenvolvimento de talentos em ateliês de centros psiquiátricos, merecendo fazer parte dos Anais desta Casa de Leis para constar como funcionamento para discussões sobre o tema.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 235/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Étnico-Racial destinado a definir os princípios e estabelecer as diretrizes para a elaboração e a execução, no Estado do Paraná, das políticas públicas para o combate à discriminação de origem racial e para a superação das desigualdades sócio-econômicas que atingem a população negra, comunidades indígenas e outros segmentos étnicos minoritários da população paranaense.

Art. 2º Para os efeitos desta lei consideram-se :

a) discriminação racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

b) desigualdades raciais as situações de diferenciação de acesso e gozo de bens, serviços e oportunidades, derivadas ou fundamentadas em critérios de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

c) população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor/raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou adotam autodefinição análoga;

d) segmentos étnicos minoritários ou grupos de indivíduos, diversos do grupo majoritário, que compartilham herança cultural e situação social ou econômica desfavorável em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

e) políticas públicas ações, iniciativas e programas adotados pelo Governo do Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

f) ações afirmativas os programas e medidas especiais adotados pelo Estado para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de condições;

g) povos e comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

h) territórios tradicionais os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporário, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição Federal e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

i) remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida;

j) desenvolvimento sustentável o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras;

k) sistema Faxinal o sistema de produção camponês tradicional, característico da Região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da

terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: 1) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; 2) produção agrícola - policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; 3) extrativismo florestal de baixo impacto - manejo de erva mate, araucária e outras espécies nativas.

Art. 3º Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais, aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Étnico-Racial adota como diretriz político-jurídica a reparação, compensação e inclusão das vítimas da desigualdade e a valorização racial.

Art. 4º A participação da população negra e dos outros segmentos étnicos minoritários, em condições de igualdade de oportunidades, na vida econômica, social, política e cultural do Estado serão promovidas, prioritariamente, por meio de:

I - inclusão da dimensão racial nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II - a doação de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades raciais decorrentes do preconceito e da discriminação racial;

IV - reformulação de normas para aperfeiçoar o combate à discriminação racial e às desigualdades raciais em todas as suas manifestações individuais, estruturais e institucionais;

V - busca da eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade racial nas esferas pública e privada;

VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de condições e ao combate às desigualdades raciais, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos e contratos públicos;

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades raciais nas esferas de educação, cultura, esporte e lazer, saúde, trabalho, mídia, terras de quilombos, terras indígenas, faxinais, acesso à Justiça, financiamentos públicos, contratação pública de serviços e obras e outras;

VIII - reconhecimento das terras e regularização fundiária, que se constituirá de demarcação e titulação das terras ocupadas aos povos e comunidades tradicionais;

IX - reconhecimento das comunidades de ilhéus que habitam o litoral do Estado do Paraná como sujeitos de direito, considerando-se suas especificidades e características históricas, culturais e econômicas.

Parágrafo Único - Os programas de ação afirmativa e constituir-se-ão em iniciativas reparatórias desti-

nadas a iniciar a correção das distorções e desigualdades étnico-raciais, podendo utilizar-se do sistema de cotas.

Art. 5º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, órgão colegiado de caráter consultivo, criado por Lei, terá por objetivo a formulação, coordenação, supervisão e avaliação das políticas de combate à desigualdade e à discriminação racial, com ênfase na população negra e considerados os demais grupos étnicos minoritários, objetivando a promoção, proteção e recuperação de sua saúde.

TÍTULO II Dos Direitos Fundamentais

Capítulo I Do Direito à Saúde

Art. 6º O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde será proporcionado pelo Governo Estadual, com ações e serviços em que sejam focalizadas as peculiaridades da população negra e dos demais segmentos étnicos minoritários, objetivando a promoção, proteção e recuperação de sua saúde.

Art. 7º O quesito raça/cor será obrigatoriamente introduzido e coletado, de acordo com a autotclassificação, em todos os documentos em uso no Sistema Único de Saúde, tais como:

- I - cartões de identificação do SUS;
- II - prontuários médicos;
- III - fichas de notificação de doenças;
- IV - formulários de resultados de exames laboratoriais;
- V - inquéritos epidemiológicos;
- VI - estudos multicêntricos;
- VII - pesquisas básicas, aplicadas e operacionais;
- VIII - qualquer outro instrumento que produza informação estatística.

Art. 8º A Secretaria de Estado da Saúde produzirá, sistematicamente, estatísticas vitais e análises epidemiológicas da morbimortalidade por doenças geneticamente determinadas ou agravadas pelas condições de vida da população negra e dos outros segmentos étnicos minoritários.

Art. 9º O Poder Executivo incentivará a pesquisa sobre doenças prevalentes na população negra, bem como desenvolverá programas de educação e de saúde e campanhas públicas de esclarecimento para sua prevenção e tratamento.

§ 1º As doenças prevalentes na população negra e os programas mencionados no *caput* deste artigo serão definidos em regulamento pela Secretaria de Estado da Saúde.

§ 2º Os órgãos estaduais de fomento à pesquisa e a pós-graduação criarão, no prazo de doze meses, linhas de pesquisa e programas de estudo sobre a saúde da população negra e dos outros segmentos étnicos minoritários.

§ 3º A Secretaria de Estado da Educação e as universidades estaduais promoverão estudos e medidas administrativas necessárias à introdução, no prazo de setecentos e vinte dias, de conteúdos relativos à saúde da população negra e dos demais segmentos étnicos minoritários, como temas transversais nos currículos dos cursos de saúde do ensino médio e superior.

Art. 10. Os estabelecimentos de saúde públicos ou que recebam recursos públicos realizarão exames laboratoriais nos recém-nascidos, para diagnóstico de hemoglobinopatias, em especial o traço falciforme e a anemia falciforme.

Art. 11. A Secretaria de Estado da Saúde, em articulação com as Secretarias Municipais de Saúde, implantará, no prazo de trezentos e sessenta dias, o Programa Agentes Comunitários de Saúde e, em setecentos e vinte dias, o Programa de Saúde da família ou programas que lhes venham a suceder em todas as comunidades de remanescentes de quilombos existentes no Estado.

Parágrafo Único. Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos terão acesso preferencial aos processos seletivos para a constituição das equipes dos programas referidos no *caput* deste artigo.

Art. 12. O Estado participará de forma complementar, na promoção da saúde indígena.

Capítulo II Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 13. A população negra, comunidades indígenas e os demais segmentos étnicos minoritários terão assegurado o direito de participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições.

§ 1º O Governo promoverá o acesso da população negra, das comunidades indígenas e dos demais segmentos étnicos minoritários ao ensino gratuito, às atividades esportivas e de lazer e apoiará a iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social destes segmentos.

§ 2º Nas datas comemorativas de caráter cívico, as instituições de ensino convidarão representantes da população negra, das comunidades indígenas e dos outros segmentos étnicos minoritários, conforme o caso, para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração.

Art. 14. O Governo Estadual desenvolverá campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solida-

riedade aos membros da população negra, das comunidades indígenas e dos outros segmentos étnicos minoritários faça parte da cultura de toda a sociedade.

Art. 15. Os órgãos estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação criarão linhas de pesquisa e programas de estudo voltados para temas referentes às relações raciais e questões pertinentes à população negra, às comunidades indígenas e aos demais segmentos étnicos minoritários.

Art. 16. A Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior incentivarão as escolas e as universidades a:

I - apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação, que desenvolvam temáticas de interesse da população negra, das comunidades indígenas e dos demais segmentos étnicos minoritários;

II - incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores referentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira

III - desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar de tecnologias avançadas jovens pertencentes à população negra, às comunidades indígenas e aos demais segmentos étnicos minoritários;

IV - estabelecer programas de cooperação técnica com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças raciais.

Art. 17. É obrigatória a inclusão do quesito raça-cor, a ser preenchido de acordo com a autoclassificação, em todo instrumento de coleta de dados do censo escolar promovido pela Secretaria de Estado da Educação e pelas universidades estaduais, para todos os níveis de ensino.

Art. 18. O Governo Estadual assegurará a oferta de educação escolar, nos níveis fundamental e médio, às comunidades de ilhéus, nas respectivas localidades onde se concentram estes segmentos.

Art. 19. O Governo Estadual desenvolverá programas de ensino e pesquisa para proporcionar a oferta de educação escolar específica, diferenciada, intercultural, comunitária e bilíngue aos povos indígenas que habitam o território do Estado do Paraná.

§ 1º A educação escolar indígena terá os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios e as suas comunidades e povos a recuperação e o fortalecimento de sua memória histórica, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de sua língua, arte e ciência;

II - garantir aos índios e a suas comunidades e povos o acesso às informações e aos conhecimentos téc-

nicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não indígenas.

§ 2º Na organização da escola indígena será garantida a participação da comunidade na definição do modelo de organização e gestão.

§ 3º As escolas indígenas desenvolverão suas atividades de acordo com o proposto em seus respectivos projetos político-pedagógicos e regimentos escolares, com as seguintes prerrogativas:

I - organização das atividades escolares, independente do ano civil, respeitando o fluxo de suas atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas;

II - duração diversificada dos períodos escolares, ajudando-as a condições e às especificidades de cada comunidade.

Art. 20. A formação de professores destinados às escolas indígenas será específica, orientar-se-á pelas diretrizes curriculares nacionais e será desenvolvida sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, no âmbito das instituições formadoras de professores.

§ 1º Os cursos de formação de professores indígenas darão ênfase à capacitação referenciada em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes, na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de currículos e programas próprios, na produção de material didático e na utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa voltadas para a respectiva etnia.

§ 2º Será garantida aos professores indígenas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com sua própria escolarização.

§ 3º O Estado assegurará aos professores indígenas formação inicial e continuada de qualidade e em consonância com as especificidades socioculturais de cada comunidade.

Art. 21. Fica instituído, no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, o Fórum Permanente de Educação Escolar Indígena, instância consultiva e de assessoramento técnico na definição das diretrizes educacionais, no âmbito da educação escolar indígena no Estado, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

§ 1º O Fórum Permanente de Educação Escolar Indígena, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, terá composição paritária, interinstitucional e de atuação conjunta, constituída por representantes das diferentes etnias, órgãos governamentais, de organizações indígenas e de apoio ao índio.

§ 2º O planejamento da educação escolar indígena deve contar com a participação de representantes de professores indígenas, de organizações indígenas e de apoio aos índios, de universidades e órgãos governamentais.

Art. 22. O reconhecimento da liberdade de consciência e de crença dos afrodescendentes e indígenas e da dignidade dos cultos e religiões de matrizes africanas e

indígenas praticadas no Brasil deve orientar a ação do Estado em defesa da liberdade de escolha e de manifestação de filiação religiosa, individual e coletiva, em público ou em ambiente privado.

Art. 23. É assegurada a assistência religiosa aos pacientes que são praticantes de religiões de matrizes africanas e indígenas internados em hospitais.

Capítulo III

Do Fundo de Promoção da Igualdade Racial

Art. 24. Lei específica criará o Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial, para a implementação de políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de condições e a inclusão social da população negra, das comunidades indígenas e dos demais segmentos étnicos minoritários.

Capítulo IV

Da Questão da Terra

Art. 25. É reconhecido o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, no Estado do Paraná.

Art. 26. O procedimento administrativo para o reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos será iniciado mediante requerimento das comunidades interessadas, formulado por escrito ou verbalmente ao órgão do Governo Estadual competente, devendo os órgãos responsáveis priorizar os remanescentes das comunidades dos quilombos sujeitos a perderem suas terras.

Parágrafo Único - Este procedimento poderá ser iniciado de ofício pelos órgãos estaduais competentes ou a requerimento do Ministério Público Estadual ou das entidades representativas dos movimentos sociais negros no Estado.

Art. 27. O procedimento administrativo de reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos deverá ser realizado no prazo de noventa dias e será constituído de um Relatório Técnico e do decreto de declaração das terras como sendo de remanescentes das comunidades dos quilombos.

Parágrafo Único - Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a indicação de representantes para acompanhar todas as fases do procedimento administrativo, ficando reservado ao Poder Público indicar a participação de profissionais de notório conhecimento para subsidiar os procedimentos administrativos de identificação e reconhecimento.

Art. 28. O Relatório Técnico deverá conter:

I - a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, com as respectivas formas de

organização e utilização das terras e recursos naturais para a garantia de sua reprodução social, econômica, cultural e ambiental;

II - a caracterização das terras ocupadas e sítios históricos, com as suas respectivas plantas;

III - a circunscrição judiciária ou administrativa em que se encontra a área;

IV - o rol de confinantes e de quem possuir justo título de propriedade na área a ser demarcada e titulada aos remanescentes das comunidades dos quilombos;

V - parecer conclusivo propondo ou não a edição de decreto de reconhecimento das terras ocupadas como sendo dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 29. Concluído o Relatório Técnico e sendo o parecer favorável, deverá ser publicado no órgão de imprensa oficial do Estado o decreto de reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, que produzirá os seguintes efeitos legais:

I - reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos como segmentos sociais especialmente protegidos, portadores de identidade étnica;

II - disponibilização aos remanescentes das comunidades dos quilombos ou seus representantes de todos os documentos, registros, atas, livros e contratos relacionados às terras ocupadas;

III - vedação de qualquer tipo de remoção dos remanescentes das comunidades dos quilombos, salvo catástrofe ou epidemia que ponha em risco a comunidade ou relevante interesse nacional devidamente comprovado, desde que ouvidas as comunidades atingidas e autorizada pela Assembleia Legislativa.

Parágrafo Único. Na hipótese de remoção, o Governo Estadual deverá assentar os remanescentes das comunidades dos quilombos em área próxima, com as mesmas características, bem como indenizar previamente a propriedade da terra, os recursos naturais utilizados, os cultivos e as benfeitorias, os sítios arqueológicos e os bens imateriais.

Art. 30. Publicado o decreto de reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, deverá ser realizado o processo de regularização fundiária, que se constituirá de demarcação e titulação das terras ocupadas aos remanescentes, nos termos da legislação fundiária vigente.

Parágrafo Único. O Governo Estadual prestará assistência jurídica gratuita aos remanescentes das comunidades dos quilombos, propondo as respectivas ações judiciais, se necessário.

Art. 31. Havendo título de propriedade na área a ser demarcada a titulada, caberá aos órgãos competentes promover a respectiva indenização ou desapropiação para fins de caráter étnico, nos termos da Lei Federal nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993.

Art. 32. Concluído o processo de regularização fundiária, o órgão estadual competente deverá expedir os títulos de propriedade aos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 33. É facultado aos órgãos do Governo Estadual, para o cumprimento das disposições contidas nesta lei, celebrar convênios, contratos, acordos ou instrumentos similares de cooperação com órgãos públicos ou instituições privadas.

Art. 34. Os trabalhos de identificação e reconhecimento realizados anteriormente à sanção desta lei poderão instruir os procedimentos administrativos do decreto.

Art. 35. O Governo Estadual elaborará e desenvolverá políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 36. Os remanescentes das comunidades dos quilombos poderão se beneficiar do Fundo de Promoção da Igualdade Racial previsto nesta lei.

Art. 37. Os Faxinais, com seus povos e comunidades tradicionais, serão beneficiados pelas diretrizes previstas no artigo 3º desta lei, sem prejuízo do disposto no Decreto Estadual nº 3446, de 14 de agosto de 1997 e o Decreto Federal nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007.

Art. 38. Deverá ser prioridade do Governo Estadual o levantamento e a demarcação das terras indígenas localizadas no Estado.

Capítulo V

Do Mercado de Trabalho

Art. 39. O Governo Estadual, na implementação de políticas voltadas para a inclusão de população negra, das comunidades indígenas e dos demais segmentos minoritários no mercado de trabalho, considerará:

I - os compromissos assumidos pelo Brasil, ao ratificar a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1968);

II - os compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção nº 111, de 1958, da Organização Internacional do Trabalho - OIT -, que trata da Discriminação no Emprego e na Profissão;

III - a Declaração e o Plano de Ação emanados da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.

Art. 40. O Governo Estadual promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, as comunidades indígenas e para os demais segmentos étnicos minoritários, assegurando a contratação desses segmentos no setor

público e estimulando a adoção de medidas similares pelas empresas privadas, também através de benefícios e incentivos fiscais.

§ 1º As ações que assegurem a igualdade de oportunidades incluirão políticas e programas de formação profissional, de emprego e de geração de emprego e renda voltados para a população negra, as comunidades indígenas e para os demais segmentos étnicos minoritários.

Art. 41. As ações de emprego e renda promovem o estímulo à promoção de empresários oriundos da população negra e dos demais segmentos étnicos minoritários, por meio de financiamento para a constituição e ampliação de pequenas e médias empresas e programas de geração de emprego e renda.

Art. 42. A contratação preferencial na esfera da administração pública, que deverá ser implementada no prazo de trezentos e sessenta dias, obedecerá às seguintes diretrizes:

I - para a aquisição de bens e serviços pelo setor público, assim como nas transferências e nos contratos de prestação de serviços técnicos com empresas nacionais e internacionais e organismos internacionais, será exigida a adoção de programas de promoção de igualdade racial para as empresas que se beneficiem de incentivos governamentais e para aquelas fornecedoras de bens e serviços;

II - o preenchimento de cargos em comissão ou assessoramento superiores observará a meta inicial de 20% (vinte por cento) de negros, que será ampliada gradativamente até lograr a correspondência com a estrutura da distribuição racial, observados os dados demográficos oficiais, inclusive a proporcionalidade de gênero.

Capítulo VI

Do Sistema de Cotas

Art. 43. Fica assegurada a cota mínima de 20% (vinte por cento) para a população negra e para os demais segmentos étnicos minoritários no preenchimento das vagas relativas:

I - aos concursos para investidura em cargos e empregos públicos nas Administrações Públicas Estaduais Direta e Indireta;

II - aos cursos de graduação em todas as instituições de educação superior estadual;

Capítulo VII

Dos Meios de Comunicação

Art. 44. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista ficam obrigados a incluir cláusulas de participação de artistas oriundos dos segmentos étnicos de que tratam esta lei, em

proporção não inferior a 20% (vinte por cento) do número total de artistas e figurantes, nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.

§ 1º Os órgãos e as entidades de que trata este artigo incluirão, nas especificações para contratação de serviços de consultoria, conceituação, produção e realização de filmes, programas ou peças publicitárias, a obrigatoriedade da prática de iguais oportunidades de emprego para as pessoas relacionadas com o projeto ou serviço contratado.

§ 2º Entende-se por prática de iguais oportunidades de emprego o conjunto de medidas sistemáticas executadas com a finalidade de garantir a diversidade de raça, sexo e idade na equipe vinculada ao projeto ou ao serviço contratado.

Capítulo VIII

Da Ouvidoria

Art. 45. O Poder Legislativo instituirá Ouvidoria em Defesa da Igualdade Racial como órgão pluripartidário, para receber e investigar denúncias de preconceito e discriminação com base em etnia, raça ou cor e acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade racial.

Capítulo IX

Do Acesso à Justiça

Art. 47. O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial constituirá Grupo de Trabalho para a elaboração de Programa Especial de Acesso à Justiça para a população negra, as comunidades indígenas e para os demais segmentos étnicos minoritários.

Parágrafo Único. O grupo de trabalho contará com a participação de representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil, de associações de magistrados e do Ministério Público.

Art. 46. Para a apreciação judicial das lesões e das ameaças de lesão aos interesses da população negra, das comunidades indígenas e dos demais segmentos étnicos minoritários, decorrentes de situação de desigualdade racial, recorrer-se-á à ação civil pública.

Parágrafo Único. As condenações pecuniárias e multas decorrentes das ações tratadas neste artigo serão destinadas ao Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Título III

Das Disposições Finais

Art. 47. O Poder Público criará instrumentos para aferir a eficácia social das medidas previstas nesta lei e efetuará seu monitoramento constante, com a emissão de relatórios periódicos.

Art. 48. Esta lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

Durante os 500 anos de história do Brasil ficamos atrelados aos grilhões da discriminação e do preconceito racial. Milhares de pessoas pagaram, primeiro com a vida e depois com uma história de marginalização e miséria, para que o hediondo sistema de dominação pela discriminação racial pudesse prevalecer. Grupos etnicamente dominantes culturais que usufruem. É na violência da manutenção desses privilégios que a ideologia da discriminação se perpetua, e a qualquer risco de subversão desse sistema, ativa-se, em ritmo e volume acelerados, a produção ideológica que garante a sua manutenção.

A educação e o mercado de trabalho no Brasil, assim como os espaços políticos, são fundamentais para a busca da cidadania. Estudos realizados pelo IBGE mostram que os brancos recebem salários superiores aos recebidos pelos negros no desempenho das mesmas funções, e que o índice de desemprego destes também é maior. No campo da educação, o analfabetismo, a repetência e a evasão escolar são consideravelmente mais acentuados para os negros. Os indígenas encontram-se em situação de isolamento e abandono, especialmente no tocante à preservação da sua identidade cultural, à sua sustentabilidade, à questão da saúde e da titulação das terras historicamente ocupadas por eles.

A história da participação da população negra e dos indígenas na formação do povo brasileiro foi distorcida e, por esse motivo, deve ser reescrita. Acreditamos que a transformação da sociedade começa com uma legislação que defenda os direitos à cidadania igualitária.

Segundo o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, dos 152 faxinais que existiam no Estado na década de 90, existem hoje apenas 44 comunidades no centro-sul paranaense que mantêm o sistema de criadouro comunitário e o uso coletivo de terras, somando uma área total de aproximadamente 26.189 hectares e cerca de 3.409 famílias, com uma área média por criador comunitário/família de 1,8 hectare. No intuito de promover ações reivindicativas que fizessem frente aos antagonistas e a interesses do Estado, representantes de 34 faxinais, com base em fatores de auto-reconhecimento, sobretudo o de territorialidade específica, reuniram-se no 1º Encontro dos Povos dos Faxinais, em 2005, no qual organizaram a “Articulação Puxirão”, movimento social que busca a representação política junto ao Estado e propôs como pauta de negociação três itens principais, quais sejam: a questão fundiária, a construção de planos de uso sustentável do território e o resgate das práticas e conhecimentos tradicionais. A discussão e aprovação deste Estatuto da Igualdade Étnico-Racial vêm ao encontro destas reivindicações.

Até 2004 acreditava-se que o Paraná tivesse poucos quilombos, entre três ou quatro. No entanto, desde então já foram identificadas 86 comunidades tradicionais negras, sendo 36 já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. A maioria desses grupos está em lugares de difícil acesso e os próprios municípios não sabiam da existência deles. O que quer dizer que até hoje não receberam obras de infraestrutura. Há lugares em que os moradores ainda vivem em casas de pau a pique, que não há luz e água encanada. No entanto, ainda preservam parte de suas tradições. Em 2005, o Estado criou o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, que começou a fazer um levantamento das comunidades quilombolas no Paraná, produzindo dados e elementos de grande importância para o resgate da cidadania destas comunidades.

Também se faz imperativo executar políticas públicas que garantam os direitos de milhares de famílias de ilhéus espalhados pelo litoral paranaense, berço de nossa história. O avanço indiscriminado do agronegócio, a degradação ambiental e a ocupação irregular pela especulação imobiliária vêm usurpando a dignidade e as condições de sobrevivência destes paranaenses, assim como de milhares de pescadores artesanais.

Outros grupos étnicos minoritários têm sido historicamente prejudicados e desrespeitados, cabendo a nós agora a tentativa de resgate, reconhecimento e compensação de seus direitos usurpados. As discussões acumuladas em torno do tema da igualdade racial tem evoluído no sentido de construir-se um conceito que inclua outros grupos étnicos minoritários como alvo da proteção por parte do poder público, tais como os asiáticos, judeus, ciganos e outros. A legislação federal já está adotando a nova terminologia e conceituação, a exemplo da Lei nº 10678, de 23/05/03, e o Decreto nº 4885, de 20/11/03.

Mesmo reconhecendo que muitas das disposições contidas neste projeto de lei refletem, na verdade, uma carta de intenções e de princípios, apresentamos esta proposta de construção do Estatuto da Igualdade Étnico-Racial no Estado do Paraná, colocando-a a disposição da sociedade, dos estudiosos da questão e dos nobres Parlamentares, para aperfeiçoamento no processo de discussão.

PROJETO DE LEI Nº 236/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Céu Azul - ACICA, com sede no Município de Céu Azul e foro no Município de Matelândia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Céu Azul - ACICA, com sede em Céu Azul, é uma entidade sem fins lucrativos, instituída com a finalidade de congregar, defender e representar os interesses da livre iniciativa, empenhando-se para o fortalecimento da classe empresarial e dos profissionais liberais do Município, assistir aos associados em todos os seus interesses comuns, a fim de lhes possibilitar maior proteção e valorização técnica de seus produtos e serviços, e promover o fortalecimento das atividades empresariais e o relacionamento entre as empresas instaladas na área de abrangência da associação.

A documentação anexa ao presente demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo, portanto, o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 237/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres de Corumbataí do Sul, com sede no Município de Corumbataí do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19/05/09.
(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária das Mulheres de Corumbataí do Sul, fundada aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro (16/04/2004), contando pois, com mais de 5 (cinco) anos de existência, vem desenvolvendo constante trabalho em favor da integração com os diversos entes e fortalecendo o bom relacionamento com a comunidade. Promove os trabalhos das mulheres, facilitando sua inserção e facilitando o desenvolvimento do comércio, indústria e prestação de serviços, com mão de obra terceirizada, produção orgânica e ervas medicinais, área de confecção e outras, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento do Município e da região em geral.

Trata-se de uma entidade de classe, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.021.485/0001-49, e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 238/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a IBRR - Instituição Beneficiente Regional de Roncador, com sede no Município de Roncador.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A IBRR - Instituição Beneficiente Regional de Roncador, fundada aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis (06/11/06), contando, pois, com aproximadamente 3 (três) anos de existência, vem desenvolvendo constante trabalho em favor da promoção da saúde por meio de atendimentos médico-hospitalares e procedimentos cirúrgicos realizados por profissionais habilitados nas áreas em que a IBRR disponibiliza à comunidade. Tem, também, promovido campanhas nas áreas de educação, cultura e assistência social, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento do Município e da região em geral.

Trata-se de uma entidade de classe, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 08.586.453/0001-53, e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 239/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Renascer de Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu e foro na comarca de Rio Branco do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Renascer de Itaperuçu, fundada em 30/09/07, na Cidade de Itaperuçu, tem por finalidade assistir as necessidades da comunidade em que está inserida, bem como, promover e contribuir para a formação e o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e de bem-estar da vida comunitária entre os moradores.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade no seio da comunidade a que se destina representar, com êxito comprovadamente alcançado em todas as suas atuações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 09.237.312/0001-98 e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidades como de utilidade pública do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 240/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Profeta Daniel - APD com sede e foro no Município de União da Vitória/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Profeta Daniel - APD, foi criada em 10/10/01 e tem por objetivo oferecer atendimento a pessoas idosas e dependentes químicos do sexo masculino. Possui a entidade caráter civil de direito privado, filantrópico e sem fins lucrativos e fica localizada à rua Antonio Vitor Kukla, 509 no bairro São Gabriel no Município de União da Vitória.

Com estatuto social e seguindo toda a legislação pertinente, a APD promove assistência a doentes dependentes de drogas oferecendo hospedagem, acomodações dignas e abrigo, além de disponibilizar alimentação, das condições de higiene e proporcionando acesso a terapias de recuperação. Desenvolvendo programas que promovem o aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social de idosos que frequentam suas atividades, a APD visa a melhoria da qualidade de vida e da auto estima das pessoas da melhor idade, fortalecendo e incentivando os vínculos familiares de seus albergados.

Documentação anexa atesta a idoneidade da Associação Profeta Daniel, o seu caráter filantrópico, comprovantes de recebimentos e despesas através de balanço financeiro e cópias de atas de sua formação bem como estatuto social da entidade, buscando assim estar em conformidade com a legislação pertinente a declaração de utilidade pública de instituição que visam o bem estar da comunidade.

Pelo exposto solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sra. Deputada Beti Pavin.

Deputada Beti Pavin (PMDB)

A SRA. BETI PAVIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna para trazer uma notícia boa para a Região Metropolitana de Curitiba, especificamente para a Cidade de Colombo, que como todos sabem é a 8ª Cidade do Estado do Paraná, com os seus 230 mil habitantes. E há muitos anos aquela cidade reivindica a reconstrução da Rodovia da Uva. Rodovia essa que foi construída na década de 70, no ano de 1973 foi concluída. Na época foi o Governador Paulo Pimentel que inaugurou aquela obra. E na época, Colombo tinha uma população de 20 mil habitantes. Hoje Colombo conta com 230 mil. E a rodovia é a mesma da década de 70.

Então, é com muita satisfação que subimos a esta tribuna, para agradecer mais uma vez a sensibilidade do Governador Requião, que num compromisso assumido com a Cidade e com Região Metropolitana, continua a fazer fortes investimentos no Estado do Paraná e neste momento na Região Metropolitana.

Como os senhores sabem, também hoje, a nível de Região Metropolitana, de transporte coletivo, de terminais de passageiros de ônibus, pavimentações asfálticas, viadutos, trincheiras, existe um investimento na ordem de R\$ 150 milhões. Isso sem falar dos investimentos da SANEPAR; ao Programa Leite das Crianças; das escolas estaduais, agora com o programa das Unidades de Saúde da Mulher; com o programa das escolas municipais, onde o Governo do Estado está liberando também para alguns Municípios 70%, está financiando 70% com recursos do Governo a fundo perdido, para que os Municípios façam escolas municipais.

Quero fazer um registro, fui Prefeita da Cidade de Colombo por dois mandatos, por oito anos, e nunca vi isso de um Governador ajudar um Município, um Prefeito, a fazer escola municipal. Ficamos muito felizes, agradecidos.

E falando mais especificamente da Rodovia da Uva, são aproximadamente 10 quilômetros que foi dada a ordem para fazer a concorrência pública, a licitação e que, se tudo der certo, esperamos que em meados de agosto, mais tardar, essa obra seja iniciada. E para concluir. Colombo cresceu muito industrialmente; na área da agricultura somos a Cidade que mais produz hortaliças no Estado do Paraná; a questão do turismo rural. Então, tudo isso vem fomentar, melhorar a continuidade do desenvolvimento da nossa grande Região Metropolitana de Curitiba e especialmente da Cidade de Colombo.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes, paranaenses que acompanham as transmissões da Assembleia Legislativa pela Rede MERCOSUL e pela TV SINAL.

Recebemos e-mails e agradecemos, porque aqui é a tribuna do povo. Aqui o povo pode mandar a sua crítica, a sua sugestão, o que pode contribuir muito para o nosso trabalho parlamentar nesta Casa de Leis.

Do Edson Alves:

Gostaria de receber o pronunciamento de hoje - 18/05/09 em meu e-mail, pois na hora do pronunciamento tive problemas.

Da Suzette Giroto Giroldo: *Belinati, mando esse e-mail para pedir, para reclamar, para protestar!*

Meu pai Sr. Silvestre Giroto, com 76 anos, há 64 anos em Londrina, já passou por duas cirurgias cardíacas. Há um ano minha mãe veio a falecer e ele caiu muito, no momento está com hipertensão pulmonar. Como trabalhei na Santa Casa e conheço alguns médicos, eles têm me ajudado, só que agora o atendimento tem que ser pelo SUS. Passei pelo Dr. Guilherme, ele encaminhou ao CISMEDPAR para ser atendido lá por ele mesmo. Só que o CISMEDPAR não agenda e não marca nada porque não foi encaminhado pelo posto. Daí fui ao posto, mas no posto tem que marcar consulta com clínico geral, que é para daqui um mês ou mais, depois o clínico encaminhar ao pneumologista, que não sabe quem é, nem quando.

Só que papai não pode esperar, precisa tomar um medicamento que eu nunca vou poder comprar, tenho que dar entrada na Secretaria da Saúde, e esperar, esperar.

Só que para eu poder dar entrada eu também preciso de tudo encaminhado pelo SUS. Segue anexo o laudo médico, o pedido de encaminhamento, e a receita.

Esse medicamento, comprado em farmácia comum, fica até R\$ 2 mil/mês, ou manipulado, R\$ 500. Já que demora tudo isso, pelo menos o remédio ele poderia ir tomando. É aí que conto com sua ajuda.

O Sr. Silvestre mora em Londrina há 64 anos, portanto é um pioneiro de gema. Pioneiro que amassou barro, que viu Londrina desde as primeiras casas construídas nessa Cidade, que hoje tem 500 mil habitantes.

É lamentável que uma pessoa, já de idade, quando tem problema de saúde, de repente, entra na fila do SUS e o atendimento parece um atendimento de caridade, é uma esmola que estão dando ao paciente. Isso não deveria de ser assim. Quem dedicou grande parte da sua vida trabalhando e ajudando o Paraná e o Brasil, na hora de uma enfermidade deveria ser tratado com dignidade, com todo o respeito.

Sabemos que tem tanta gente, tanto médico, tantos enfermeiros dedicados, que dão o melhor de si no atendimento via SUS. Mas, até a parte de equipamento que um hospital que atende pelo SUS oferece, deixa muito a desejar, e quanta gente acaba morrendo porque o tratamento não foi adequado, não foi aquilo que o cidadão, ou que a cidadã, era merecedora. Esperamos que um dia esse tratamento com a classe trabalhadora possa ser melhorado.

Do Fernando Cesar Pereira: *Prezado amigo e Deputado Sr. Antonio Belinati.*

Boa Tarde!

Venho por meio desta pedir ao senhor que intermedie junto ao Prefeito Barbosa Neto sobre o futuro do nosso amado LEC, o qual sempre foi muito bem tratado pelo senhor.

A diretoria do LEC, bem como da torcida, teve reuniões com o Barbosa, antes e também depois da eleição do Prefeito. O mesmo nos prometeu que ajudaria o LEC na caminhada a dias melhores. Mas o que está acontecendo não é nada disso. O Presidente Peter Silva é ignorado nas reuniões e nunca tem algo objetivo por parte do Prefeito, que diz sempre que vai ajudar, mas nada de concreto. O clube está com o telefone cortado, pois o mesmo era descontado das parcelas da SERCOMEL, mas nem isso o Barbosa manteve, e hoje o LEC está à beira do início da série D e nada de ajuda.

Por isso, meu amigo, sabendo que as questões são mais políticas do que administrativas na liberação deste dinheiro, peço sua intermediação junto ao Prefeito, que foi eleito com seu eleitorado, eleitorado esse que ama o LEC, como o senhor ama. Tem gente grande na Cidade querendo fazer outro clube e tentando matar o LEC de qualquer jeito. Por isso, agora é a hora de toda ajuda possível para o LEC.

Esperamos dias melhores, fico por aqui, que Deus o abençoe e interceda por nós.... por favor!

Obrigado

Fernando Cesar Pereira

Presidente - GRTOES FALANGE AZUL

Aqui o Parlamentar tem que defender todos os segmentos do esporte e o Tubarão, o nosso cidadão Fernando Cesar, ele tem razão, infelizmente o time já ficou entre os quatro melhores do Brasil e hoje está penando. Está na série B do Campeonato Paranaense. Eu não tenho dúvida que o Prefeito Barbosa Neto haverá de ajudar não só ao futebol, mas às demais modalidades, basquete, vôlei, futebol de salão, natação, atletismo, beisebol e tantas outras modalidades esportivas que merecem ser ajudadas. Não apenas pelo Prefeito de Londrina, mas também pelas autoridades.

O Diário Popular, do conceituado empresário Abdo Kudri, traz hoje, na primeira página, o que é o efeito da droga. *Confessa que matou a mãe e enterrou o corpo no quintal.* E aqui diz que o rapaz Paulo Rodrigues Santos, 36 anos, usuário de drogas, o próprio nome já diz que é droga. É lamentável o nível que se chegou à facilidade para comprar drogas.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Lembro-me, no início da minha carreira, nos veículos de comunicação, alguém que era maconheiro na Cidade, ele se distinguia dos demais. Houve tempo que a droga rolava apenas em Cidade grande, era rico, pessoa de posse que tinha a droga, mas agora ela está na Cidade grande, média, pequena, rico, remediado, pobre. É o que mata a mãe, o pai, o avô, o que estiver na frente, para ter acesso à droga. Quer dizer, a pessoa para ter a droga, é muito fácil usar a droga, ela está na fossa, em poucos segundos, se ela vê o mundo preto e branco, passa a ver tudo colorido. Liga uma TV preta e branca e a imagem sai FULL HD. Mas em pouco tempo ela vai ver uma TV HD, o que há de melhor na tecnologia, não vai pegar imagem nem colorida, nem preta e branco, porque ele vai estar no abismo, que é para onde a droga infelizmente leva.

Se o usuário merece uma atenção especial no sentido de que lhe seja estendida a mão, no sentido de oferecer a ele oportunidades de um tratamento para se libertar desse vício que o escraviza, por outro lado defendemos sempre o máximo do rigor aos malditos traficantes de drogas que destróem a felicidade de tantas famílias em nosso País.

Nobre Presidente, no jornal Diário Popular, estou vendo aquilo que temos visto que é a tal da propaganda enganosa contra os consumidores, sobre a venda de automóvel no Brasil.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Na verdade foi o que o senhor falou no Pequeno Expediente em relação ao SUS.

Gostaria de registrar que o SUS, em alguns lugares, parece tão fragilizado, com tantas dificuldades e tão criticado, mas é o SUS que faz com que o Hospital de Clínicas funcione, e o grosso do dinheiro do Hospital de Clínicas é oriundo do SUS. É o SUS que financia o que há de mais caro na Saúde, que é a alta complexidade. Os transplantes, a quimioterapia, a hemodiálise. Não tenho nenhuma dúvida, embora ele tenha um financiamento tão aquém das necessidades, funciona com maestria. O nosso País ainda é exemplo em tentar buscar universalidade, equidade, eficiência, eficácia na hora de cuidar da saúde dos cidadãos.

Concordo com o senhor na sua fala, só que não podemos deixar de registrar essa situação, os transplantes cardíacos, toda cardiologia, as UTIs cardiológicas, todas custeadas pelo SUS.

Muitos planos de saúde, quando se trata de alta complexidade, não abraça, e não envolve esse tipo de assistência.

Só para deixar registrado nosso posicionamento, em defesa deste sistema que realmente tem muito a melhorar, mas é um grande sistema. E temos que sempre fazer falas construtivas, para que ele permaneça e se consolide.

Muito obrigada, Deputado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputada.

Para quem tem um bom plano de saúde, ou para quem pode pagar, chega em qualquer hospital de Curitiba, ou do Brasil, e para o rico tem até tapete vermelho na entrada, tem televisão, geladeira, tem todos os tipos de equipamentos para os exames mais sofisticados. Para quem pode pagar, tem até avião com UTI, helicóptero com UTI, com médico, que já leva o paciente para São Paulo.

Infelizmente, para o paciente do SUS, nota-se visivelmente, muitas vezes não tem nem banheiro no quarto, é banheiro coletivo. Batendo o olho já sabemos qual é o departamento dos pobres e qual é dos ricos. E a parte do SUS, infelizmente, ainda precisa ser melhorada.

Sr. Presidente, pesquisa constata que a compra de carro com taxa de juros zero é uma propaganda enganosa. Pesquisa feita pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, verificou que as propagandas de vendas de automóveis com taxas zero, tudo não passa de uma mentira, uma enganação. Ele não informa para o cliente qual a taxa que vai pagar para abrir o crédito e por quanto vai custar o veículo, no final. Então, o consumidor vem sendo descaradamente enganado, com propaganda na teve, rádio e jornal: “Compre o carro, taxa de juros zero.”

O povo vai lá, o ingênuo, compra o automóvel, e quando ele termina de pagar, pagou dois ou três automóveis. Muitas vezes nem termina de pagar, porque ele entra em crise, vão lá e apreendem o automóvel do cidadão.

É preciso que haja mais respeito para com os consumidores brasileiros. A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor tem encaminhado para o Banco Central as denúncias contra as montadoras de automóveis que vêm, há muito tempo, enganando o público consumidor no Brasil, oferecendo um produto por um preço que é enganoso. Porque o custo real é muito mais alto do que eles propagam no rádio, jornal, televisão e até mesmo em outdoors. Esperamos que num futuro não muito distante, o consumidor, quando assistir a uma propaganda, possa acreditar que é verdadeira e que o preço anunciado para o produto não é um preço enganoso, e sim um preço real.

Por isso, Sr. Presidente, estamos hoje aqui, mais uma vez, na defesa do consumidor do nosso Paraná, e lamentavelmente não é só com revenda de carro, mas em vários segmentos temos visto a propaganda enganosa, iludindo a boa fé do público consumidor.

Para terminar, Sr. Presidente, hoje o painel eletrônico vai mostrar quais os Deputados que estarão ao lado dos servidores públicos, quais os Parlamentares que votarão pelos 6% de aumento, quem vai votar a favor das emendas de 15% para o servidor público.

Tinha um projeto, de minha autoria, que estabelecia 15% de aumento para todos os servidores públicos do Paraná, incluindo o servidor das Secretarias, das empresas indiretas e também do DETRAN, do IML, do Instituto de Identificação, de todos os segmentos.

Mas, nosso projeto foi bombardeado, reprovado, rejeitado na CCJ, onde o Governo do Estado tem a maioria. O que dizia o meu projeto, em poucas linhas? Que o reajuste dado para a iniciativa privada, seriam estendidos os mesmos 15% para todas as servidoras e servidores públicos do Paraná, inclusive os inativos, num tratamento de isonomia, de igualdade, para não mostrar discriminação contra ninguém.

Nosso projeto não foi aprovado na CCJ, mas hoje vamos ter as emendas. Evidentemente que a maioria dos servidores não pôde deixar o seu trabalho para vir até aqui, uma boa parte está também no interior, mas os que vieram, com certeza - e vai sair também na mídia - vão propagar para os seus colegas de que jeito cada Parlamentar votou no dia de hoje.

E quero aqui, como Deputado do Partido Progressista, dizer que por uma questão de coerência, por uma questão de tratamento humanitário e de igualdade - foi dado 15% para a iniciativa privada - então, por coerência, vou dar o meu voto, ainda que sejamos derrotados, e tenho a intuição que infelizmente vamos ter muitos debates, mas que lamentavelmente o Governo tem a maioria e é provável que as emendas de 15% não sejam aprovadas. Mas, não é importante. O mais importante é que cada um vote de acordo com a sua consciência, e a minha consciência manda votar nesta tarde a favor de todas as emendas que estabelecem 15% de reajuste para todos os servidores públicos do Paraná, porque eles são merecedores e estão com os salários defasados.

Era isso, Sr. Presidente e nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Professor Lemos, do Partido dos Trabalhadores, por cinco minutos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, companheiros e companheiras servidores e servidoras públicas que nos honram com as suas presenças nesta Sessão, imprensa e também telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL e também pela TV Exclusiva.

Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores decidimos coletivamente, apresentamos várias emendas ao projeto de lei que reajusta o salário dos servidores públicos do Estado do Paraná e também, atendendo a pedidos dos servidores, apresentamos mais duas emendas, assinadas pelo Deputado Lemos, pelo Deputado Tadeu Veneri e por vários colegas Deputados e Deputadas desta Casa. Então, ao todo são sete emendas que subscrevemos e vamos, a pedido dos servidores públicos, defendê-las e votá-las, porque são emendas que não quebram o Estado, não afrontam o Governo e melhoram o projeto de lei que o Executivo encaminhou para esta Casa.

Então, a nossa posição tem o apoio dos servidores do Estado do Paraná, e por isso não são emendas que inventamos, mas que construímos após intensos debates, e aqui vamos defender cada uma, porque entendemos que é importante melhorar o projeto que aqui foi apresentado, seja no percentual, seja na data, que é 1º de maio, para fixar para todos os servidores a reposição, seja nas gratificações, que têm que ser reajustadas, no auxílio alimentação, seja nas promoções de progressões, enfim, as reivindicações são justas, e como servidor público e como Deputado, vamos continuar defendendo e vamos votar a favor.

Então, quero também, no dia de hoje, convidar os colegas Deputados que ainda não assinaram, não subscreveram uma Proposta de Emenda Constitucional que estamos apresentando para incluir na Constituição do Estado do Paraná, junto com a família, junto com a criança, com o adolescente, com a mulher e com o idoso, incluir o jovem, para que possa ter políticas públicas para assegurar a ele vida digna, educação, moradia, transporte, segurança, lazer, esportes, saúde. Já temos oito Deputados que já subscreveram, precisamos de 18 assinaturas e estamos pedindo para cada Deputada e Deputado nos ajudar na tarefa de incluir o jovem do Paraná em políticas, principalmente incluindo na Constituição do Estado.

Também estamos apresentando um projeto de lei muito importante, que trata do Estatuto da Igualdade Étnico-Racial, para que todos os povos que formam a população do Paraná sejam respeitados, na sua etnia, seus costumes, sua cultura e investindo recursos públicos para garantir vida digna aos nossos povos, sejam comunidades negras, quilombolas, indígenas, cipozeiros, faxinalenses, pescadores artesanais, enfim, que compõe a nossa população.

Pedimos o apoio, mais do que o apoio, o voto dos Deputados, tanto para a emenda constitucional quanto esse projeto de lei. Esperamos o apoio e o voto de todos os Deputados do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acabamos de vir da reunião da CCJ e, a uma certa altura do debate, um Deputado indagou que muitas proposições que tramitam nesta Casa param na CCJ, por serem inconstitucionais. E que o Deputado fica cerceado no seu exercício parlamentar. Só que o exercício parlamentar não é somente o de legislar, também é o de fiscalizar. E é justamente nesse poder de fiscalizar que me apego em duas situações que vêm ocorrendo no Estado do Paraná.

A primeira delas diz respeito àquela polêmica que deu na PEC do Emprego, em que o Governo disse que o mundo acabaria, porque o Paraná não tinha um dispositivo legal para usar como chicote em relação àquelas empresas que recebiam incentivos ou benefícios fiscais e tributários no Estado do Paraná, e que, mesmo assim, iriam demitir. Que a mensagem, apoiada pelo Governo e derrotada por um voto, era um instrumento que o Governo precisaria para manter os empregos no Estado do Paraná. Eu fui um dos que votei contra, e confesso que tenho muito orgulho de, quando subi nesta tribuna, o Deputado Douglas Fabrício, que iria votar com o Governo, me disse que se eu o convencesse ele votaria contra também, e ele votou contra.

Não comungamos daquela demagogia, daquela factóide. E por que não comungamos? Porque existia uma lei no Paraná, a Lei Ratinho Júnior, que está em vigor deste 2007, e diz exatamente a mesma coisa que a PEC do Emprego. E o que nós Deputados temos que fazer com isso? Eu, como relator daquela lei em 2006, tinha a obrigação de dizer a alguns Deputados: olha, já existe esse mecanismo. O Governo do Estado tem que cumprir a lei, e o Governo não cumpriu a lei. Porque a lei diz, no seu artigo 2º, que o Estado do Paraná iria procurar todas as empresas do Paraná que recebiam benefícios tributários e fiscais e fazer com que elas assinassem um compromisso de não demitir. E desde a semana passada, tive uma reunião com o autor da lei, Deputado Ratinho Júnior, hoje pela manhã começamos outra reunião, que foi até às 9h, com o Deputado Ratinho Júnior, autor da Lei nº 15426, que está sendo alterada pelo Deputado Alexandre Curi, inclusive eu e o Deputado Marcelo Rangel também fizemos uma emenda.

Mas o fato é o seguinte, Deputado Ademir Bier, o senhor que é da costa Oeste, a Sadia anunciou que já demitiu 800 pessoas em Toledo. A Sadia - e eram esses levantamentos que eu vinha fazendo desde a semana passada - recebe benefícios do Paraná, e cadê a obrigação do Governo do Estado de ir lá pedir para a Sadia firmar um aditivo e se comprometer a não demitir?

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Portanto, se ocorreram essas demissões da Sadia, foi por negligência das autoridades. E vamos fazer um requerimento hoje pedindo a responsabilização, a título de prevaricação, daqueles que não cumpriram o seu papel que é obedecer a Lei nº 15426, porque centenas de trabalhadores, segundo a notícia, foram demitidos de uma empresa que recebe benefícios do Paraná. A negligência foi de quem? Foi do Governo, que não cumpriu a lei. E agora vamos fazer como diz o Deputado Romanelli, vamos apertar o rabo do gato e ver onde mia, Deputado Augustinho Zucchi, porque a lei está aí, está em vigor, foi publicada no Diário Oficial, e se alguém prevaricou não foi esta Casa, se alguém virou as costas aos trabalhadores não foi esta Casa.

Então, quando eu falo, e falei hoje, Deputado Elio Rusch, o senhor também é do Oeste do Paraná, Deputado Duílio, que representam toda a região, são entre oito e 10 Deputados da Região Oeste, temos que ter essa preocupação. Mas pode ter certeza que essa exceção não é somente em relação à Cidade de Toledo, a Sadia de lá, deve estar ocorrendo com outras empresas do Paraná que já recebem incentivos tributários. E temos o dever de fiscalizar. Então, a atividade parlamentar não é somente legislar. E eu comentava agora há pouco que às vezes dá vontade, aqui nesta Casa, de colocar como coautor de alguns projetos o Governador José Serra, porque muitos projetos aqui são cópias de iniciativa de São Paulo, e não sou contra; o que eu sou contra é, muitas vezes, você prevaricar na sua função, e temos por obrigação.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Eu vou lhe dar na sequência, porque o assunto que eu vou falar agora vai lhe interessar muito. V. Exa. que historicamente tem pedido para que o Governo do Estado respeite os nossos agricultores no aspecto da Segurança.

Então, fica aqui o registro que apresentaremos hoje um requerimento pedindo não só quem era a autoridade responsável por fazer esse aditamento e essa nova pactuação com as empresas do Paraná, depois da promulgação do Deputado Ratinho Júnior, para que esses trabalhadores que foram demitidos saibam que se alguém não cumpriu a sua função, não foram os Deputados.

Agora, Deputados, me perdoem se esquecer alguém aqui, mas quero começar de lá para cá, Deputado Dobrandino, Deputado Elio Rusch, Deputado Bier, Deputado Chico Noroeste, que é da Região Oeste do Paraná, Deputado Duílio, não o vejo aqui, mas também é da Região Oeste, Deputado Nereu Moura.

Ontem, num programa de televisão de Foz do Iguaçu, de grande audiência, repetidora do SBT, Deputado Marcelo Rangel, vi uma coisa que, certamente, deixaria envergonhado qualquer um no Estado do Paraná, não só qualquer um deste Parlamento. Não consegui, ainda, pegar a resposta do Comandante da Polícia Militar, mas já tenho informações em que sentido foi a resposta. O que me deixou perplexo foi que, nesse programa de televisão, um cidadão de Foz do Iguaçu que trabalha como pedreiro, acompanhado de um mestre de obras, segundo ele, saía de uma construção que está fazendo para Itaipu, à margem do lago de Itaipu, na Cidade de Santa Helena, e foi agredido por um PM.

Estão fazendo alguma construção civil lá na Cidade de Santa Helena. Não sei o quê, porque ele também não disse, enfim, estavam trabalhando. Saiu da construção, parou depois do seu horário de trabalho num bar, deve ser na comunidade lá que tem entre o Município e a costa do lago de Itaipu, e chegou um PM, que ele inclusive não declinou o nome, até porque, segundo ele, não

viu, perguntou de onde ele era, ele falou que era de Foz do Iguaçu e, imediatamente, já começou a apanhar, porque era de Foz do Iguaçu, e de Foz do Iguaçu, via de regra, segundo as palavras dele no programa de televisão, a grande maioria é bandido. Ele apanhou muito, Deputado Edson Praczyk. Apanhou muito, porque eu vi na televisão ele mostrando aqueles vergões, aqueles sangramentos típicos de cassete. Apanhou a noite inteira. Foi recolhido à sede da Polícia e, posteriormente, procurou um programa de televisão para fazer a denúncia.

Na hora em que assisti aquilo, confesso que me perguntei: e os Poderes Públicos? Por que não procurou uma Câmara de Vereadores? Lá em Foz do Iguaçu somos em três Deputados, porque não nos procurou? Será que está faltando darmos aos mãos e cumprirmos o que exige a Constituição para esta Casa? Aí tomei a iniciativa de trazer para esta Casa essa discussão, essa denúncia, comprar essa briga. Não somente porque se trata de um cidadão iguaçuense, mas não concordamos, em absoluto, que em Foz do Iguaçu, via de regra, as pessoas são bandidas. Muitas pessoas de Foz do Iguaçu que, muitas vezes, estão na ilegalidade, é por falta de perspectiva. E me permita até pensar que neste caso houve, também, um pensamento por parte do policial pensando que essa pessoa poderia estar cometendo uma ilegalidade, trazendo mercadoria do Paraguai.

Vou fazer essa denúncia aqui. Liguei, hoje, para o programa de televisão. Perguntei a versão da Polícia Militar e, segundo ele me passou, naquele horário, pela manhã, me parece que preliminarmente a Polícia Militar diz que, a hora que abordou o cidadão, ele começou a se jogar no chão, e aqueles ferimentos que ele mostrou eram do chão que ele se jogava. Liguei no IML. Aliás, o IML de Foz do Iguaçu, apesar de tratar geralmente de tragédias, quando tem que constatar alguma coisa, perguntei para o diretor e ele me falou que iria me providenciar esse laudo, mas que, também, a informação que ele tinha extraoficial é que eram marcas e hematomas típicos de borracha, cassete. Então, estou aqui formalizando, nesta Casa, a denúncia. Iremos procurar esse cidadão e convocar não o policial, mas o Comandante que tem a responsabilidade em relação à Cidade de Santa Helena, para que dê explicações nesta Casa, perante a Comissão de Segurança Pública, da qual sou o Vice-Presidente. Mas mais do que nunca, fazer a denúncia, nesta Casa, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, porque não vejo, sinceramente, por ser um cidadão humilde da Cidade Foz do Iguaçu, que mereça menor destaque na questão da tortura, do que o devido, respeito e o contexto histórico que teve o jornalista Vladimir Herzog, que teve a sua morte noticiada como sendo um suicídio. Depois, a história passou a limpo e todos nós vimos que foi um homicídio.

Precisamos fazer essa denúncia. Não estou aqui acusando a Polícia Militar, mas estou garantindo que todos os cidadãos e cidadãs do Paraná, que efetivamente esta Casa tem que cumprir o seu papel de fiscalizar o Executivo. Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça,

avaliávamos um projeto de lei do Deputado Tadeu Veneri, que estende a obrigatoriedade do exame psiquiátrico, que hoje existe aos policiais civis e militares do Estado do Paraná, com frequência de 12 meses, aos agentes penitenciários. Com certeza, em se apurando esses fatos, vamos ver quem negligenciou na avaliação desses policiais, se confirmada a denúncia de abuso de autoridade, tortura e de tantos outros crimes, quem tinha a responsabilidade de fazer a avaliação nesse policial.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Fiquei sabendo por V. Exa. Independente do crime que cometeu o cidadão, o policial não pode bater. Todos sabemos que é proibido isso, a não ser que houvesse uma reação da pessoa. Então, há por parte do policial uma irregularidade enorme. Concordo com V. Exa. para que façamos com que a Polícia Militar esclareça isso. Temos que ver a veracidade dos fatos, porque há muito sensacionalismo.

Obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Tenho dito desde o início, aparentemente, segundo a versão da vítima, foi isso o que ocorreu. Não vi a versão da Polícia. Faço uma recomendação, principalmente ao Líder e ao Vice-Líder do Governo, que comuniquem a esse Comandante, que certamente está acompanhando todo esse episódio; que não tente abafar o caso. E se eventualmente tenha cometido abuso o policial A, B ou C, que ele seja afastado da função. Porque o laudo do IML foi feito, a versão da vítima tornada pública, em um canal de grande audiência em nossa região, e a partir de hoje essa denúncia será formalizada na Comissão de Segurança Pública e também na Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Não queremos cometer aqui um pré-julgamento da situação, mas queremos restabelecê-la. Porque se esse cidadão foi abordado e apanhou por ser de Foz do Iguaçu, e porque aparentemente não conseguiu explicar que ele estava trabalhando e não estava fazendo outra coisa em Santa Helena, nós estaremos ao lado desse cidadão, independente de ele ter carteira assinada ou não; independente de ele estar respondendo algum crime ou não, até porque tortura, no Brasil, foi um período negro. E hoje, não podemos permitir a tortura a quem quer que seja, do cidadão simples ao mais graduado deste País e deste Estado.

Então, Deputado Marcelo Rangel, espero ter completado o meu pronunciamento, que comecei dizendo da exclamação que um membro da CCJ falou: “O que vamos fazer nesta Casa se a grande maioria dos projetos não passam na CCJ”!

Vamos fazer projetos que tenham concordância com a lei nacional, estadual, e vamos cumprir o nosso papel de fiscalizar, que tenho certeza, estaremos contribuindo com o Estado do Paraná e com a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Deputado Jonas Guimarães, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Hoje, não poderia deixar de ocupar esta tribuna, para dar os parabéns à EMATER, essa propulsora do desenvolvimento do nosso Estado, neste seu aniversário, tenho certeza que já contribuiu muito para o desenvolvimento do nosso Estado.

Mas, gostaria de que, na data de ontem, tivéssemos aqui o envio para que pudéssemos ter mais técnicos, mais engenheiros agrônomos, mais veterinários. Não posso concordar, Sr. Presidente, que na regional da minha Cidade de Umuarama, existem seis Municípios sem nenhum técnico para ajudar o pequeno agricultor, para ajudar aquele que realmente precisa de uma orientação.

Hoje, o Governo do Estado tem o projeto dos tratores. De que vale o trator sem uma orientação técnica? Por isso, Deputado Jonas Guimarães, no seu Município, no Distrito de São Lourenço, não está faltando só técnico. O escritório regional da EMATER em São Lourenço está fechado. Aqueles agricultores que precisam de uma orientação, infelizmente não têm escritório da EMATER para orientá-los. Como tem também esses Municípios na região de Umuarama, que só têm a Secretária nesses escritórios, sem nenhum técnico.

O Governo poderia fazer como foi feito, a contratação temporária, para que esses escritórios da EMATER não fiquem sem técnicos. Até porque temos a safra agora, o início do plantio, e esses agricultores, infelizmente, não poderão contar com o auxílio de nenhum técnico, para que aumente a sua renda, principalmente nas pequenas propriedades.

Hoje gostaria que fosse enviado a esta Casa o aumento para a contratação de mais técnicos. Inclusive, aumento de salário, porque uma das dificuldades que tem hoje a contratação, é um técnico de nível médio, por R\$ 900.

Acho que todos aqui concordam que precisamos ter um aumento de salário para os técnicos, principalmente no quadro da EMATER. Por isso, gostaria de pedir ao Líder do Governo para que solicite, junto ao Governador, o envio de uma mensagem para a contratação de técnicos, mesmo que sejam temporários, para que possamos realmente ter um aumento da produção em nossa o Estado.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, último orador inscrito, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, submeto, Sr. Presidente, à apreciação deste douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao curso e Colégio Alfa, da Cidade de Cascavel, pela obtenção do primeiro lugar do ENEM no Estado do Paraná.

(Lê justificativa referente ao voto de louvor e congratulações ao curso e Colégio Alfa).

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, parabenizo o Colégio Alfa de Cascavel, primeiro pelo respeito à esta instituição de ensino, tão responsável e tão eficiente, a ponto de ser a primeira colocada no ENEM do Estado do Paraná. Em segundo lugar, porque é um exemplo vivo da capacidade, do dinamismo e da vontade que podem fazer de um jovem do interior uma pessoa respeitável e que transmite conhecimento a toda uma geração.

Conheço desde o berço João Ademar Rodrigues, moço nascido no Distrito de São Valério, no Município de Planalto, filho do Silvino, Vereador comigo naquele Município, sobrinho também de quem teve um filho voltado ao ensino, neto de João Cândio Rodrigues, um homem de parcos conhecimentos e no entanto um batalhador pelas causas da política, da administração, do desenvolvimento do seu Distrito, e o João, saindo do Distrito de São Valério, onde poderia ter permanecido no cotidiano da vida de quem mora no interior, indo a Cascavel pela sua capacidade, pelo seu dinamismo, pela sua força de vontade, superou-se e conseguiu dar essa estrutura extraordinária que o Colégio Alfa tem em Cascavel, e o respeito que esse colégio detém tanto na Região Oeste quanto Sudoeste do Paraná, onde seus alunos, aqueles ali preparados, têm resultados extraordinários nos vestibulares, nos concursos, nas seleções feitas, porque quando se luta para conseguir objetivos, quando se tem a vontade e ser o melhor entre os melhores, não importa a condição financeira da família, não importa o lugar onde nasceu. Importa, sim, a vontade férrea de fazer com que o seu trabalho seja reconhecido.

Então, registro, Sr. Presidente, e peço apoio dos demais Pares, para que possamos votar esse voto de louvor e congratulações ao Colégio Alfa, e que seja esse o exemplo a ser seguido pelos demais colégios, pelos demais cursos, para que amanhã possamos estar registrando índices que o Paraná possa orgulhar-se neste teste de conhecimento e de aprovação de alunos, que seguramente, no futuro, poderá ser um indicativo para passar em vestibular.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna hoje para falarmos um pouco da EMATER. E quem preside a Sessão, hoje, conhece bastante do trabalho, haja vista que é ligado à Secretaria da Agricultura do Estado. E inclusive tem programas que são importantes e sabemos do seu conhecimento no Estado e na região, principalmente do Sudoeste, acho que no Paraná todo.

Ontem se comemorou 53 anos da EMATER, que é uma empresa vinculada à Secretaria da Agricultura. Tive a oportunidade de participar de uma reunião, haja vista que eles fizeram reuniões no Estado todo, em diversos lugares, diversos pontos onde existe a empresa como uma representação de núcleo. Mas eles escolheram o Município de Rio Azul, onde tem o Prefeito Vicente, e foi escolhida no Município uma propriedade que tem um trabalho espetacular. Eu diria um trabalho, porque as pessoas iniciaram lá há alguns anos um trabalho com fruticultura, principalmente com frutas vermelhas, amora, framboesa. Mas tem hoje uma diversificação muito importante, é de impressionar a forma como essa propriedade e as outras estão desenvolvendo. Havia uma presença maciça de todos os Municípios, com funcionários da EMATER levando o trabalho que ele têm feito, especialmente na região.

A EMATER sempre deu aquele apoio ao pequeno agricultor, quer seja no PRONAF, praticamente os funcionários da EMATER, junto com algumas Prefeituras, aquelas que têm a capacidade e se envolvem, para que os seus funcionários da agricultura possam fazer um trabalho organizado, mas principalmente no PRONAF.

Então, senti, vi o trabalho que a EMATER, de fato faz. Lógico que nós, como o Estado todo, deveremos, de toda forma, dar um apoio. Seja apoio com número de funcionários, salários acho que é outra questão que se discute, mas é uma questão de Estado. Mas senti o ânimo e gostaria de parabenizar, de toda forma, a Sra. Lúcia, que ocupa o posto de representante da região ou a Chefe Regional do Núcleo tem feito um trabalho espetacular, junto com a Adriana que é a Chefe da SEAB. Sentimos muito bem.

Ao mesmo tempo, queria parabenizar a família do seu Gurski, que é uma beleza. Se alguém tiver a oportunidade de ir ao Município de Rio Azul e tiver um pouquinho de paciência e visitar uma propriedade rural do seu Guilherme Gurski e Dona Maria Gurski, com certeza vão sair impressionados.

Dr. Batista, o senhor é médico, mas saímos impressionados pelo trabalho da área rural, que é impressionante mesmo o trabalho que temos da EMATER junto com essa família Gurski. E tem levado isso a que se agreguem valores, não que eu seja um defensor da plantação de fumo, mas também apoio, porque, às vezes, eles não têm outra saída, outra alternativa. Mas isso são caminhos que podem acontecer, que os agricultores possam derivar para uma outra plantação.

Queria agradecer a visita do Secretário dos Transportes, Rogério Tizzot, à região, é uma coisa que estamos colocando aqui com insistência, que os Municípios de Rebouças, São Mateus e Rio Azul, têm uma população, hoje, de mais de 120 mil habitantes, e que precisam, de fato de um asfalto naquela região, para que se evite um percurso de mais de 150 quilômetros. Hoje, com esse asfalto, vai transformar-se num percurso de 45 quilômetros, aproximadamente. Vi o esforço do Governo do Estado, da Secretaria dos Transportes, para que de fato se conclua o projeto e que possamos, de toda a forma, ter esse asfalto.

Vejo programas que nos deixam animados, porque de repente estamos aqui numa Assembleia Legislativa e temos que também falar de coisas boas. Todos os Municípios do Paraná têm problemas, Curitiba tem, mas precisamos enaltecer as coisas importantes.

Mas junto com essa questão da SEAB e da EMATER, eu também participei de uma entrega de Tratores Solidários no Município de Prudentópolis, e me deixou também encantado a forma como a Secretaria da Agricultura, representada pelo Secretário Valter Bianchini, junto com a EMATER, com a Secretaria da Agricultura de Prudentópolis, o Prefeito Geovan, o Vice-Prefeito Adelmo, que ocupa também a Secretaria da Agricultura, e que houve a entrega de 32 Tratores Solidários para agricultores. Eu vi aquele ânimo, aquela alegria naqueles agricultores, haja vista que Prudentópolis, no Brasil, segundo dados do IBGE, é o Município que tem mais agricultores por quilômetro quadrado. Essa entrega de 32 tratores ao mesmo tempo, há poucos dias, o Deputado Jocelito que conhece a região sabe que lá foram entregues mais 19.

Vejam bem, hoje um trator de 75 cavalos têm um valor aproximado de mais de R\$ 70 mil. Por esse programa, ele cai praticamente para R\$ 30 mil.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Ipiranga já recebeu e fez 54 projetos para Trator Solidário e 53 já foram entregues. É um record no Estado. Parabéns ao pessoal de Ipiranga. É um projeto maravilhoso. Um projeto de futuro, um projeto que investe principalmente nos pequenos produtores.

Por isso V. Exa. tem também o nosso apoio no seu pronunciamento.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS)

Muito obrigado, Deputado Jocelito. Acrescentando, Deputado, que aqueles 32, mais aqueles 19, fez um trabalho lá e mais Ipiranga, assim por diante.

Queria complementar, o valor cai de 70 mil para R\$ 30 mil o preço de custo do trator por esse programa do Governo do Estado, e é pago equivalência em produto.

Isso é uma coisa que chama atenção, é um programa que está dando certo e todos sabemos.

Alguns programas podem ter dificuldades, mas qual é o outro Governo, Federal ou Municipal, que tem um programa que não dê certo? Mas esse, de fato, é um programa que está dando certo.

Gostaria de passar isso como informação e ao mesmo tempo dizer...

O Sr. Dr. Batista (PMN)

Quero parabenizar o Deputado Felipe Lucas, esse elogio dos 53 anos da EMATER e do trabalho do Trator Solidário. O Governador esteve domingo entregando o Trator Solidário em Maringá, esse trabalho que está irradiando alegria, principalmente quando é feito pelos técnicos da EMATER.

É impressionante quando vemos esses técnicos, eles vão às pequenas propriedades, constroem uma barraca no meio da produção, ensinam os agricultores a colher mais, a plantar com qualidade, com eficiência.

Ouvi um testemunho muito bonito na “escolhinha” de Governo, quando um agricultor dizia que ele colhia 70 sacas por alqueire, e com o acompanhamento da EMATER e com os técnicos, passou a colher 172 sacas. Veja a importância da EMATER, a importância dos técnicos e a importância do Estado.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS)

Agradeço ao Deputado Batista, na escola da vida vai derivando e nós, como médicos, acabamos vendo tantas coisas boas em outras áreas, isso que o senhor acaba de relatar em Maringá e nós vemos em outros Municípios.

Queria dizer que de tantas coisas boas, quero complementar aqui que ontem o Deputado Lemos fazia um pronunciamento com referência a Escola Técnica, e temos uma grande apreensão, mas uma grande esperança e estamos com o Município de Irati, através do Prefeito Sérgio, fazendo um esforço gigantesco para que se instale uma Escola Técnica Federal em Irati. Já temos algumas conversas avançadas a nível de Ministério de Educação. Em agosto e setembro teremos o início de dois cursos em Irati, que beneficiarão toda nossa região.

Deputado Augustinho Zucchi, quero agradecer e parabenizar o senhor, que faz parte desse trabalho espetacular da agricultura, que possamos nos somar e que, de repente, possamos dar ideias aqui na Assembleia Legislativa e que outros trabalhos possam acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado. É justa essa referência à EMATER por aquilo que faz no nosso Paraná em favor da nossa agropecuária.

Horário das Lideranças:

No Horário das Lideranças, concedemos a palavra ao Deputado Durval Amaral, no horário destinado ao Partido Democratas.

Lideranças do DEM: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvia atentamente o pronunciamento do Deputado Reni Pereira, referindo-se inicialmente às discussões internas na CCJ e relembrando que o Parlamento, além da função de legislar, tem a função de fiscalizar, que é inerente ao Parlamento.

Tenho visto que o Parlamento Brasileiro tem legislado pouco, tem fiscalizado pouco. Tenho cobrado isto, eu e outros tantos colegas Deputados, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa. E agora, na semana próxima-passada, vimos o Senado Federal dando um importante passo na fiscalização da Administração Indireta do Brasil.

Vimos o Senado Federal criando uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a PETROBRAS, que pessoalmente, como Parlamentar, acredito que faz exatamente o dever de casa, cumpre sua obrigação, o Senado Federal, criando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque não obstante ser a PETROBRAS a maior empresa do Brasil, ela não está isenta de ser fiscalizada, auditada, cobrada publicamente pelo Parlamento Brasileiro.

E não poderia ser diferente. Até porque a PETROBRAS tem cometido alguns excessos que são imperdoáveis. Já tem o Tribunal de Contas da União cobrando estas posições, já tem a própria Procuradoria da República algumas questões acompanhado e cobrado de perto. E não poderia o Senado da República ficar divorciado desta realidade que, infelizmente, toma conta da nossa maior empresa brasileira.

A PETROBRAS, para que os senhores tenham uma ideia, contratou sem licitação, sem nenhum tipo de processo licitatório, desde 2003, a bagatela de R\$ 33 bilhões. Acredito que este é um valor estratosférico, foge ao bom senso, ao equilíbrio. Não é possível que uma empresa pública, de economia mista, possa desde o ano de 2003, ter contratado R\$ 33 bilhões, sem concorrência pública, sem licitação pública.

Tenho visto algumas manifestações, do próprio Presidente da República, dizendo que é eleitoreira esta tentativa de investigar a PETROBRAS. Algumas posições que não convergem para o processo democrático, que não são aceitas por quem defende a democracia e por quem é o primeiro mandatário do País. Não é possível admitir que, desde 2003, nossa empresa brasileira de petróleo tenha contratado, sem licitação pública, R\$ 33 bilhões e ninguém queria investigar, ou que a Presidência

da República não queira investigar, e que as manifestações do Presidente da PETROBRAS sejam que este é um patrimônio nacional e não pode ser questionado, investigado.

Realmente, não posso concordar com isso. Tenho visto, para se ter uma ideia, que só o TRANSPETRO contratou, sem licitação, R\$ 10 bilhões e 500 milhões. É uma afronta! É inaceitável que isto possa ter ficado tanto tempo sem uma investigação por parte do Senado da República, do Congresso Nacional. De tudo o que a PETROBRAS adquiriu na área de serviços, entre meados de 2005 a agosto de 2006, apenas 0,5% de todos os serviços que ela adquiriu foram com processo licitatório, e todos os demais foram sem nenhum tipo de processo licitatório.

Quer dizer, é algo que realmente assusta demais, o que estão fazendo com a PETROBRAS. E para que os cidadãos possam entender aonde vai o furo, ele vai no bolso do trabalhador brasileiro. E por quê? O barril de petróleo baixou, desde julho do ano passado até hoje, de US\$ 150, hoje está menos de US\$ 50 o barril, e não estamos vendo que o valor da gasolina, que o valor do óleo diesel baixe na bomba. Por que não baixa para o consumidor? Porque os desvios, em tese, que estão sendo cometidos na PETROBRAS, vão contra o povo mais pobre do Brasil, que efetivamente continua pagando R\$ 2,50 em um litro de gasolina. Agora, vamos transformar R\$ 33 bilhões para sabermos quantos barris de petróleo, para sabermos quantos litros de diesel, quantos litros de gasolina custa mais caro para a nossa população.

Então, tenho visto que não é possível aceitar essa modalidade. E somente agora, no ano de 2009, não precisamos ir muito longe, a PETROBRAS gastou R\$ 13 bilhões sem licitação, ou melhor, com dispensa de qualquer processo licitatório. Foram R\$ 13 bilhões somente em 2009. Vejam a situação: com convênios foram R\$ 206 milhões, com dispensa R\$ 776 milhões, afirmado que havia inexigibilidade no processo licitatório foram R\$ 873 milhões, com carta convite foram mais de R\$ 5 bilhões, com inaplicabilidade da Lei nº 8664 foram mais de R\$ 5,8 bilhões.

Então, vejo em defesa que o Senado da República cumpra o seu papel. A maioria do Senado da República, da Comissão Parlamentar de Inquérito, será dominada por partidos aliados do Governo Federal, mas tem que ser investigada, tem que ser desnudada e a população tem o direito de saber por que a gasolina na bomba custa R\$ 2,50, por que o diesel custa R\$ 2 e por que se gasta tanto sem licitação, se contrata tanto sem licitação, e isso com certeza impacta no preço do produto.

E aqui render as minhas homenagens a um paranaense, que efetivamente liderou todas as assinaturas, a coleta de assinaturas para essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o Senador Álvaro Dias, que teve a habilidade, a sensibilidade e a coragem de coletar as assinaturas dentro da Bancada do PSDB. Com tristeza registro que o Cristóvão Buarque, Senador da Repú-

blica e candidato à Presidência da República pelo PDT, retirou na noite, na madrugada, a sua assinatura dessa Comissão Parlamentar, o que demonstra a força e a vontade do Governo Federal de não deixar instalar a CPI. Como ela está instalada e é inevitável, o Governo vai ter o controle.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só lembrar que esse negócio de retirar assinatura aqui na Casa é de praxe. Quantas vezes já retiraram assinatura aqui de várias CPIs, inclusive recentemente agora a CPI que envolve os cartórios e que agora o CNJ está dando o resultado. E quanto à licitação, sabemos que inúmeras Prefeituras também não fazem licitação, a própria Prefeitura de Curitiba agora tenta, a qualquer custo, também não mostrar as licitações que está fazendo, assim como outros Governos, Casas Legislativas e assim por diante. Esse negócio de retirar assinatura, tem muita gente que já retirou assinatura depois de ter colocado.

Só para fazer essa lembrança. V. Exa. tem toda a razão.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Agradeço o aparte de V. Exa., mas trago esta informação, que já é pública, com tristeza, porque o Senador Cristóvão Buarque é um ícone da política brasileira, é um homem de grande envergadura, de uma grande posição, mas lamentavelmente, no último mês, acho que ele comete dois deslizes graves na sua vida pública: um quando diz que o Congresso Nacional poderia ser fechado, que em última instância é um atentado contra a democracia; e agora, com toda a sua história em defesa da Educação, retira a sua assinatura.

E com relação aos Municípios e Prefeituras que efetivamente burlam o processo licitatório, cabe às Câmaras Municipais e à Assembleia Legislativa fiscalizar os Governos.

Faço esse pequeno pronunciamento dando um gancho nas palavras do Deputado Reni para dizer que o Congresso, a Assembleia Legislativa, o Senado Federal, quando fiscaliza, cumpre o seu papel institucional. E é isso que precisamos fazer: legislar com qualidade e fiscalizar todos os atos do Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa.

Ainda no Horário das Lideranças, PT. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sexta-feira passada estive ao lado da nossa companheira Luciana Rafagnin, Deputados Caíto Quintana, Traiano, Zucchinho, Litro e do Deputado Federal do PT, Assis, em Francisco Beltrão, numa grande mobilização popular de professores que fizeram o curso da VIZI-VALE. Professores vindos das mais diversas Cidades da Região Sudoeste e outras regiões do Paraná, se mobilizaram em Francisco Beltrão, fizeram uma passeata na Cidade até o parque de exposições, onde foi feita uma Assembleia, uma manifestação a favor do reconhecimento dos diplomas da VIZIVALE.

Foi o primeiro ato público depois que esta Casa derrubou, por unanimidade, todos os Parlamentares presentes votaram, derrubaram o veto do Governador Requião no projeto de minha autoria e de vários outros Parlamentares, inclusive da base do Governo, e que sofreu emenda do Deputado Caíto Quintana, e já havia sido aprovado por unanimidade nesta Casa de Leis esse projeto.

Demoramos um longo tempo em consenso, aqui entre os Deputados, sem votar o veto, porque achávamos que existia uma possibilidade de resolver esse problema do ponto de vista administrativo junto ao Ministério da Educação e Cultura. Isso se mostrou impossível e passamos a defender então a derrubada do veto do Governador, o que aconteceu. E agora ocorre o primeiro ato público em defesa da certificação dos alunos do Programa Especial de Capacitação para Docentes.

As lideranças do movimento, uma região onde tem uma tradição muito forte na agricultura familiar, é a região do Paraná onde tem a maior proporcionalidade de propriedades de agricultura familiar, com longa tradição deluta, e mais uma vez o Sudoeste dá o exemplo para todo o Paraná. E nesse ato público eu recebi, das mãos das lideranças, um documento. Quero colocar algumas questões desse documento que me foi entregue e que pretendemos entregar ao Governador Roberto Requião, Secretária Lygia, ao Presidente do Conselho Estadual de Educação, aos Reitores da Universidades de Ponta Grossa e da UNICENTRO, a quem compete, pela lei, o registro dos diplomas.

Nesse documento, há primeiro uma consideração geral sobre pontos importantes como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que pautou a deliberação do Conselho Estadual criando esse curso, a Deliberação nº 004/02; os pareceres do Conselho Estadual. E também o Parecer nº 142, de 2006, da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, portanto já no Governo Requião, é um parecer do Procurador Geral do Estado, que reconhece a competência administrativa e jurídica do Conselho Estadual de Educação sobre Programas de Capacitação para o Sistema de Educação no Paraná. E também o Parecer nº 182, de 2007, da Procuradoria Geral do Estado, novamente reconhece a legitimidade e a ausência de impedimentos legais quanto à certificação dos diplomas. Um Programa Especial de Capacitação para Docência do Ensino Fundamental e Educação Infantil pela universida-

des designadas pela SEED, que já era a Universidade de Ponta Grossa e a UNICENTRO, razão pela qual o projeto de lei se ateve a essas duas universidades.

Em função dessa considerações, os professores mobilizados e reunidos em Francisco Beltrão reivindicam o seguinte: a certificação imediata dos alunos concluintes do Programa Especial de Capacitação para Docência dos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil; a criação de uma lei estadual complementar que confira amparo legal aos professores durante o período de encaminhamento e processo de certificação dos diplomas. Digamos que a UEPG e a UNICENTRO, para certificar os diplomas, demore cinco anos, então os professores reivindicam uma lei estadual, que vamos fazer junto com o Governo do Estado, que confira amparo legal aos professores durante esse período de encaminhamento e certificação dos diplomas, para que não fiquem sem esse direito. Também a criação de uma lei complementar que confira amparo legal aos Prefeitos. Muitos Prefeitos com medo de terem suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas, tendem a querer demitir esses professores. Terceiro: um compromisso oficial do Estado do Paraná, via SEED, quanto à aceitação do histórico escolar dos alunos do programa especial, para efeito de corporação, com concurso público. Ou seja, esses professores querem uma lei que confira o direito de participar de concurso antes de ter o registro dos diplomas com base no atestado de conclusão do curso.

São solicitações importantes, tem lógica interna e que vamos continuar defendendo. Digo nós porque os Deputados já manifestaram claramente a sua posição com relação a esse assunto que afeta 35 mil professores, e julgo mais de 300 mil crianças que têm aula com esses professores, no momento da história do Brasil em que o Governo aponta para a universalização da educação infantil com muita consistência. E que também se conclui um aumento do ensino fundamental de oito para nove anos, e no Município de quatro para cinco. Por fim, os alunos decidem coletivamente por um prazo de 60 dias. Caso não aconteça isso, estarão reunidos em ato público na Capital do Estado, congregando alunos de todo Paraná.

Queremos manifestar, mais uma vez, o nosso apoio a esse documento e, pretendemos, na semana que vem, reunir a comissão, que foi formada numa grande Audiência que aconteceu em fevereiro de 2008 nesta Casa, onde participaram a APP-Sindicato, o Conselho Estadual de Educação, as Secretárias Lygia e Yvelise, uma representante dos estudantes, Promotoria Pública, UNDIME, Associação dos Municípios do Paraná, a VIZIVALE e o IESDE.

Pretendemos nos reunir e conversar com o Governador Roberto Requião.

Depois que resolvermos a questão do aumento do salário dos servidores, pretendemos ter uma conversa profunda com o Governador Roberto Requião, mostrando uma série de elementos que, tenho certeza abso-

luta, fará com que o Governador Roberto Requião entenda a nossa posição e, junto com os Reitores e com a Secretária Lygia, haja determinação e nenhum questionamento sobre a nossa lei, que será promulgada pelo Presidente Nelson Justus e que as Universidades de Ponta Grossa e a UNICENTRO decidam o que a lei determina, registrando os diplomas de 35 mil professores, que é uma causa muito justa para a Educação paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PT, depois de várias reuniões com os servidores, decidiu por unanimidade, apresentar cinco emendas ao projeto do Governo. Nós apresentamos emendas que julgamos que são reais, que podem ser avaliadas e aprovadas, porque fazem parte do espírito do Governo que defendemos, que é o Governador Requião.

Todos sabemos que na história deste Governo, nesses quase sete anos, nesses dois mandatos, ele tem contribuído muito para melhoria das condições de trabalho dos servidores do Paraná. Posso citar alguns exemplos que conheço bem. O exemplo da APP-Sindicato. Poucas vezes, na história do Paraná, os professores e funcionários da rede pública receberam aumento tão consistente, como foi no caso do Governo Requião. Vários anos, aumentos superiores à inflação; uma readequação do Plano de Cargos, carreira e Salários para os funcionários; uma série de vantagens; e, também para os professores das universidades.

Sou professor de universidade, e a forma como foi encaminhada essa luta foi por meio da negociação permanente. Foi formada uma Comissão pela Secretária Lygia, representantes de sindicatos das universidades e, também, das instituições universitárias. Finalmente, chegou a um plano que era o almejado para todos os docentes, e esse plano se encerra, na votação de hoje, quando se resolve a questão do professor titular, que era uma reivindicação antiga, que não foi contemplada na votação do plano e, hoje, é contemplada. Também outros exemplos.

Pois bem, ao elaborar nossas emendas, discutimos o propósito, tivemos algumas divergências, mas no geral houve um consenso na maioria das emendas e estamos trabalhando basicamente nas leis sociais; vale-alimentação; que as funções ratificadas possam ter um aumento igual ao de 6% para os funcionários públicos.

Temos uma emenda autorizatória em que o Governo aumenta a arrecadação prevista. Ele está autorizado a fazer um aumento maior parte os servidores, por diversas condições financeiras, no orçamento do Estado, chegando até à reivindicação de 15%. Temos, também, uma outra emenda, que determina a data de 1º de maio como a data em que o aumento é conferido. Por fim, uma outra lei que estabelece uma isonomia entre os funcionários que não tiveram ascensão profissional, dando um prazo para que essa ascensão aconteça.

Assim, dentro de um espírito não demagógico, uma atenção que não resolve nada, mas uma bancada que participa do Governo, que tem três Secretários. Então, é dentro desse espírito que apresentamos essas emendas.

Vamos pedir destaque para a votação em separado. Pedimos a aprovação deste Plenário para as emendas da Bancada do PT.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de anunciarmos o próximo orador, registramos a presença do Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, Marcelo Nélío, e do Vereador Cacique, a pedido do nosso amigo Deputado Scanavaca. Devidamente anunciados e agradecemos as presenças, nesta tarde.

PSDB. PDT. PMDB. Bloco PRB/PSB/PV.

(**Todos Declinam**)

Bloco PTB/PR. Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto. V. Exa. tem a palavra por 10 minutos.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

Hoje é um dia importante aqui porque entra em discussão essa questão do aumento. Acho que temos que se bem transparentes para não ficar aquela dúvida. Acho que o Parlamentar tem que ter a coragem de votar como determina a sua vontade.

Fiz uma pesquisa dos aumentos concedidos, Deputado Cheida, ao longo deste ano e do ano passado, nas principais Cidades do Paraná. Fizemos um levantamento, também, por meio da nossa assessoria, dos principais aumentos, Deputado Zucchi, nos principais Estados do Brasil. Nós vivemos um momento de crise neste País, fundo de participação caindo, Governo anunciando que vai recuperar, mas isso vai acabar sobrando para todos nós. E fiz um estudo para mostrar aqui aos Srs. Parlamentares e a quem nos acompanha, quanto cada Estado concedeu de aumento. Por exemplo, o Rio Grande do Sul concedeu 3% de aumento, em 2006; Santa Catarina, 1% de aumento em 2003; São Paulo, aumento para algumas carreiras e de valores diferentes, não foi para o quadro geral, no final de 2008; Minas Gerais, da mesma forma; Bahia, 5.9 de aumento em fevereiro de 2009; Mato Grosso do Sul, proposta de 6% de aumento, em votação agora no mês de maio de 2009; Rio de Janeiro, 8% de aumento, em setembro de 2008; Brasília, 5% de aumento, em junho de 2004; Amazonas, outubro de 2008 foi concedido aumento, mas cada categoria teve um valor diferenciado.

No Paraná, as principais Cidades, Curitiba, governada pelo PSDB: deu aumento em 2005, 6%; em 2006, 6%; em 2007, 5%; em 2008, 6%; em 2009, 6.5%. Londrina: em 2008, 4.26%; em 2009, 2.9%. Maringá: em 2005, dois aumentos, 3%, em julho e em setembro, 3.4%; em 2007, maio, 3%; em 2008, 3.95%, em abril; em 2009,

abril, 2.9%. Foz do Iguaçu: em 2005, 6%, três parcelas de 2%; 2007, três parcelas: 1, 1 e 1.36%; em 2008, três parcelas: 2, 2 e 1.86%; em 2009, parece que ainda nada. Cascavel: em 2008, o PPS concedeu 1, 1 e 1.5, em um total de 3.5%; em 2007, três e pouco; 2006, 3%; 2006, 2%. A média salarial do PPS foi 3%, em 2008. Ponta Grossa: em 2005, 9% de aumento; em 2006, baixou para 4.63%; em 2007, 3%; em 2008, 4.78%; em 2009, 5.81.

Estou fazendo esse balanço para demonstrar quanto de aumento está sendo concedido pelos diversos partidos. Todos estão dando esse aumento na faixa de seis um pouquinho menos, para todo mundo ter uma idéia do que está acontecendo. Curitiba, que é uma referência, recentemente teve um aumento proposto pelo Prefeito Beto Richa, que é tido como um dos melhores administradores do País, que concedeu 6.5.

Durante a votação na Câmara, diversos partidos de Oposição ao Beto, fizeram emendas de até 15%. Quem é a Situação do Beto? PSDB, PP, todos os partidos que aqui são Oposição, lá são Situação. Lá o PMDB e o PT, que são Oposição na Câmara, fizeram emendas e 14, 12, 15%. Lá aconteceu o inverso. Lá as emendas da Oposição foram derrubadas pelos partidos da Situação, que são os da Oposição aqui nesta Casa.

Vocês perceberam como funciona? Lá o Prefeito é a Situação. Aí o partido vai lá e concede o aumento que pode, porque o Prefeito tem um limite. E os partidos que fazem parte de apoio ao Governo Beto Richa, não aceitaram as emendas da Oposição, porque eles estão no poder. O mesmo vai ocorrer aqui. Os partidos que dão apoio ao Governo vão derrubar as emendas da mesma forma.

Então, queria fazer esta colocação, para as pessoas que estão em casa saberem como funciona. Vou dar um exemplo aqui, o Prefeito Scanavaca, foi Executivo, quem já foi Prefeito sabe quanto que pode dar de aumento. Do lado de cá é difícil. Para o lado de lá é fácil, você faz emenda, aproveita a forma, faz média, joga a opinião pública contra todo mundo, porque sabe que não vai dar aumento. O aumento não vai acontecer, porque existe o nível de Brasil, todo mundo concedendo o mesmo aumento de 6%.

Agora, há de se entender aqui que o Governo cometeu dois erros e que isso atrapalha esse processo. Primeiro, o aumento do salário-mínimo deveria ter sido em torno de 6 a 7%. Foi um erro do Governo. Porque quando ele deu o aumento de 15% ele criou o discurso para a Oposição. Natural. Chapéu alheio, aquela confusão. O Governo, ao conceder o aumento de 15% do salário-mínimo, cometeu um equívoco. E o segundo erro é que, necessariamente, ele não precisa brigar, atacar Deputados, dizer que quem votar contra ele não vai mais receber no Palácio. Isso é papo furado, não precisa disso! Cada um tem a sua responsabilidade em votar. E quem já foi Prefeito, e sabe da responsabilidade que tem o administrador, não pode propor demagogia, propor aquilo que sabe que não pode dar. É só olhar os números.

O Governo, acima de tudo, errou nesse aumento lá atrás e pecou ao fazer aquele pronunciamento que não deveria ter feito.

Queria deixar aqui esse meu pronunciamento, para que todos analisem, pensem. Não conheço ninguém que não queria ter aumento. Até os Deputados querem. Todo mundo quer aumento, qualquer trabalhador. É preciso ter coerência. Queria deixar esse meu depoimento com muita seriedade, não preocupado com a demagogia, porque muitos que vão discursar são exatamente aqueles que lá atrás também votaram contra aumentos de Governos anteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Bloco PPS/PMN. V. Exa. pode fazer uso da palavra, Deputado Douglas.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores funcionários aqui presentes, membros da imprensa.

Primeiro quero esclarecer uma situação e restabelecer a verdade aqui, porque quando estamos aqui precisamos estar bem informados para falar a verdade. Foi dito naquela tribuna que o Prefeito de Cascavel é do PPS. Mentira, não é. Elegeu-se pelo PPS, mas saiu do partido já na sequência.

Então, corrigir isso aí, porque às vezes as pessoas falam as coisas empolgadas e acabam levando a população a desinformação. Deixar claro que o Prefeito não era do PPS quando deu aqueles aumentos. Já tinha saído do PPS.

Outra situação. Conversou, conversou, Deputado Jocelito Canto, e eu fiquei na dúvida se o senhor vai votar a favor dos funcionários ou vai votar a favor do Governo. Fiquei na dúvida. Vamos aguardar o projeto para ir à votação para sabermos.

Queria falar - foi colocado sobre o aumento dos funcionários - quero, mais uma vez, usar o horário do PPS e o PPS emitiu uma nota, um documento, orientou a bancada do partido a votar a favor das emendas que prevêem aumento salarial aos servidores públicos.

A decisão do PPS, tomada em reunião do diretório estadual, exige coerência do Governo do Estado, que obrigou a base aliada a aprovar os 15% como aumento para o salário-mínimo regional pago pela iniciativa privada, argumentando que o crescimento econômico permitia tal reajuste, e agora, aos funcionários do Estado, quer reajustar o salário em apenas 6%, com argumento financeiro exatamente ao contrário usado antes aqui.

O ofício que recebemos, todos os Deputados do PPS, assinado pelo Presidente do PPS, Rubens Bueno.

Então, já vínhamos discursando neste sentido, exigindo do Governo do Estado que tenha coerência, porque

quando é para dar aumento para a iniciativa privada pagar, ele dá 15% de aumento, Deputado Belinati. Então, para os outros pagarem 15%, discursa que a economia vai bem, que o Estado está se desenvolvendo cada vez melhor ele, etc., tem condições de a iniciativa privada pagar 15% de aumento.

Pois bem, agora, quando chega na hora da discussão do salário do funcionário público, daquela pessoa que estudou, que se preparou, que fez um concurso entre milhares de tantos outros, passou, muitas vezes aguardando tempo, até anos para ser chamado para poder trabalhar, começou a trabalhar no serviço público, ou seja, dedica sua vida como servidor público, dedica sua vida para cumprir com determinações dos Governadores, aqueles que são eleitos pela população e que, muitas vezes, na hora da campanha, prometem coisas absurdas, coisas que a população depois não vê acontecer, como por exemplo: "Ou o pedágio baixa, ou acaba". É a promessa que faz na época da campanha. Imagino que se reúnem com os funcionários públicos e colocam promessas: "Olha, se formos eleitos, tem isso de melhoria". Só coisa boa.

Pois bem, aí chegamos no dia, hoje é terça-feira, é a Sessão Plenária, é discussão do projeto que prevê aumento do funcionalismo público, e o Governo só quer dar um reajuste de 6%. Ele quis 15% para as iniciativas privadas pagar, mas ele, Governo, não quer dar aumento de 15%, só quer dar 6%.

Então, neste sentido, daqui a pouco esse projeto será discutido e iremos falar das emendas. Tem emenda da Oposição, que prevê que o Governo seja coerente e dê 15% de aumento, como foi dado à iniciativa privada. Tem a emenda do Deputado Mauro Moraes, que eu, o Deputado Marcelo Rangel e outros assinamos juntos e o Deputado Mauro Moraes retirou sua assinatura por força de pressão do Governo e do seu partido, e nós mantivemos a emenda concedendo 21%, porque é a questão da coerência. Se assinei junto com um Deputado que está também propondo aquela emenda, ele retirou a assinatura, mas eu não retirei. Vai tramitar, vamos discutir essa emenda também e outras emendas que o Partido dos Trabalhadores colocou. Quero dizer a todos que o meu voto vai ser favorável às emendas, inclusive as emendas propostas pelos Deputados do PT. Agora, gostaria de pedir também aos Deputados do PT que votem a favor das emendas da Oposição, porque aí teremos mais força para, de repente, aprovarmos um projeto desta natureza.

Ouçõ que as pessoas falam, às vezes, em demagogia, sempre quando um projeto vai beneficiar a população e é contra o Governo. Naquela tribuna ouço os Deputados falarem aqui em demagogia. Já disse algumas vezes e vou repetir, o que entendo por demagogia é quando, na candidatura, qualquer um promete coisas que não pode cumprir só para se eleger. Demagogia é dizer que vai acabar o pedágio e não acabou, que vai baixar o preço do pedágio e não baixou. Demagogia é prometer coisas que não são possíveis de serem cumpridas.

O que queremos não é promessa, porque vamos cumprir com o voto, votar a favor do funcionário público, votar a favor das emendas, votar para que as emendas sejam aprovadas. Aí nós cumprimos com o nosso papel. Se o Governo depois vetar o projeto, aí é com o Governo. Mas quero aproveitar para pedir o voto, e como nós vamos votar e cada um tem um voto, se somarmos todos esses votos, ou a maioria deles, a favor do funcionário público, com certeza vamos vencer essa batalha. E vencendo essa batalha, quem ganha é o Estado do Paraná, porque se em outros Estados não concederam o reajuste como está sendo proposto aqui no Paraná - eu sou Deputado Estadual aqui do Paraná, não sou de Santa Catarina, não sou do Rio Grande do Sul, não sou de São Paulo - sou Deputado Estadual aqui do Paraná e no Paraná vou defender o funcionário público, porque no Paraná quero que, cada vez mais, a população seja mais bem atendida na Educação; da Saúde; pelos serviços públicos.

Foi falado aqui da importância da EMATER; os técnicos da EMATER, os funcionários que fazem um belíssimo trabalho no nosso Estado. No Paraná, o servidor público mais valorizado, melhor remunerado, cada vez mais preparado não tenho nenhuma dúvida que o Estado, a população também irá reconhecer e será melhor atendida. Porque os Governadores, os Deputados, eles passarão; agora, os funcionários públicos colocaram a sua vida a serviço da população, estudaram se prepararam, passaram no concurso e entraram para trabalhar no serviço público.

Nós políticos devemos reconhecer e votar a favor do funcionalismo público, e reconhecer que quem faz o Governo é o funcionário público. Quem cumpre com as metas de qualquer Governo é o funcionário público.

Então, senhores funcionários, podem contar com o nosso apoio aqui na Assembleia. Vamos votar até quando for possível e ganhar a votação a favor dos funcionários públicos.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acabo de receber neste momento, através da nossa assessoria jurídica, aquilo que sempre pedimos aqui na Assembleia Legislativa. Pedido de informações aqui, quando são aprovados, Deputado Waldyr Pugliesi, devem ser respondidos.

Deputado Romanelli, que é Líder do Governo, no mês de novembro, aprovamos um pedido de informações à COHAPAR, pedindo uma cópia de todos os seguros que a COHAPAR fez a partir de 2005, em relação ao

seguro das casas que são construídas por essa empresa. Esse requerimento foi aprovado dia 18 de novembro.

Pois bem, até o presente momento, Srs. Deputados, não recebemos a resposta. No mês de abril protocolamos na COHAPAR uma informação administrativa, solicitando cópia dos seguros que essa companhia fez em relação ao sistema imobiliário, em relação às casas que foram construídas. Também não recebemos respostas.

Aos Deputados da Oposição não teve outra alternativa, Srs. Deputados, senão procurar a Justiça, para que obtivéssemos a resposta daquilo que foi aprovado aqui no Plenário.

Neste momento, acabo de receber, através da assessoria jurídica contratada pela Liderança da Oposição, uma liminar despachada pelo Juiz de Direito Marcel Guimarães Rotoli de Macedo.

(Lê)

Vistos e examinados.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Elio Lino Rusch em face de Rafael Greca de Macedo.

O impetrante pretende a concessão de liminar para obter do impetrado os documentos requeridos administrativamente e que lhe foram negados.

Relatou que a falta de acesso a tais documentos dificulta a fiscalização das atividades do Poder Executivo pelos Deputados Estaduais, tarefa que lhes é atribuída constitucionalmente.

Juntou documentos.

É a síntese do essencial. Decido.

A teor do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 1533/51, “ao despachar a inicial, o Juiz ordenará que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida”.

Depreende-se daí que a concessão da providência liminar fica condicionada à presença simultânea destes dois requisitos: relevância do fundamento e risco de ineficácia da medida.

Ressalte-se o entendimento jurisprudencial de que “a medida liminar em mandado de segurança pressupõe a presença concomitante de dois requisitos: relevância do fundamento, caracterizada pela plausibilidade do direito vindicado, e o risco da demora, consubstanciado na possibilidade de que, da produção dos efeitos do ato impugnado, resulte a ineficácia da medida, caso venha a ser deferida”.¹

No caso em tela, vislumbro estarem presentes os requisitos que possibilitam a concessão da liminar pretendida.

Compulsando os autos, observa-se, através dos documentos juntados (fls. 33/37), que a autoridade coatora, mesmo cientificada a fornecer os documentos solicitados, quedou-se inerte, não os tendo aposentado.

1. TRF 1ª R. AG01000025387/GO 2ª T. Rel. Des. Fed. CARLOS M. ALVES DJU 19.09.2003 p. 96. autos nº 1.343/2009 1ª Vara da Fazenda Pública pág 1-2.

Contudo, constitui princípio a regar a atividade administrativa a publicidade dos atos praticados: “Não já atividade administrativa secreta no ordenamento jurídico brasileiro, por força de expressão disposição constitucional (artigo 37)¹”.

De acordo com o artigo 37, caput, da Constituição Federal: “A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”. Tais princípios são trazidos pela Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 27, caput.

Além disso, segundo o artigo 54, da Constituição Estadual, “competem, privativamente, à Assembleia Legislativa: XXVII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta”.

Dessa forma, além de constituir princípios constitucionais a publicidade dos atos administrativos, é requisito indispensável à atividade de fiscalização atribuída à Assembleia Legislativa, através da própria Constituição Estadual.

Presente, portanto, o requisito da plausibilidade do direito invocado pela impetrante.

Ainda, a recusa na apresentação de tais documentos dificulta a função da atividade fiscalizatória, a qual, mais que dever do Poder Legislativo, constitui-se em próprio interesse público.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar postulado, para determinar à autoridade impetrada que apresente os documentos solicitados administrativamente.

Em caso de descumprimento, voltem os autos conclusos para análise de imposição de multa diária.

Notifique-se a autoridade coatora para que, no prazo de 10 dias, preste às informações cabíveis.

Após, ao Ministério Público.

Int.-se.

Curitiba, em 15/05/09.

(a) MARCEL GUIMARÃES ROTOLI DE MACEDO

Juiz de Direito

Srs. Deputados, não gostaríamos de fazer isso. Respondendo pela Liderança da Oposição, mas essa foi uma ação conjunta dos Deputados da Oposição que procuram receber as informações através dos pedidos que são formulados e que são, muitas vezes, aprovados e outros rejeitados. Mas, quando um pedido de informações é aprovado, ele não é respondido, acho que cabe muito mais.

Existe um Decreto Federal nº 201, que impõe crime de responsabilidade ao agente administrador que não responde os pedidos de informações. Mas não procuramos esse artifício. Questionamos, inúmeras vezes, aqui do microfone, junto com os Deputados da Oposição, para

que obtivéssemos essa informação da COHAPAR. Infelizmente, não obtivemos. Fizemos, como disse, um pedido administrativo. Também foi ignorado. Não tivemos outra saída a não ser através de uma ação na Justiça e que foi uma decisão da Bancada de Deputados de Oposição e que agora a Justiça, o Juiz de Direito, determina que a COHAPAR, num prazo de 10 dias, passe todas as informações sob pena de multa diária.

Temos outros pedidos na Justiça, a exemplo desse, e tenho certeza que também seremos atendidos.

Que isso sirva de alerta para os Parlamentares e para as Secretarias do Governo; quando fizemos pedidos que não são atendidos, não tem outra saída a não ser a Justiça. Não gostaríamos de fazer isso, gostaríamos de ser atendidos administrativamente e de acordo com aquilo que o Plenário da Casa venha a deliberar.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Parabéns, Deputado Elio Rusch. Gostaria de me somar ao seu pronunciamento para dizer que não recebi as informações a respeito de quanto se arrecada com os vestibulares do Estado do Paraná e aonde esse dinheiro é aplicado. Recebi uma informação apenas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela qual agradeço ao Reitor João Carlos. Faltam os vestibulares de Londrina, Maringá, Cascavel e assim por diante.

Aprovamos por unanimidade, na Assembleia Legislativa, a Secretaria de Ciência e Tecnologia tinha que nos enviar os detalhes, não nos enviou e amanhã cedo estarei entrando na Justiça com a nossa representação jurídica, aqui da Oposição, para recebermos essas informações.

Gostaria de parabenizá-lo, porque está correto. Só que não podemos mais deixar, porque o Poder Legislativo tem que se impor. Imaginem se todos os questionamentos tenhamos que levar a Justiça para conseguir as respostas! Isso não pode mais acontecer!

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço ao Deputado Marcelo Rangel. Apenas para fazer esse registro é que ocupamos o horário da Liderança da Oposição. Todas as nossas ações, tanto as administrativas aqui na Casa, através dos pedidos de informações que formulamos, servem de alerta também para que o Governo do Estado, através das suas Secretarias, respondam quando os pedidos são aprovados, e esse é o prazo, de 30 dias. Infelizmente não fizeram e nós procuramos o caminho jurídico.

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. não tem outro caminho também, a não ser exatamente esse que acabou de dizer e que nós, prazerosamente, agora recebemos essa informação e esperamos que possamos receber os documentos para depois fazermos uma avaliação daquilo que aconteceu, se é correto ou não.

Em momento algum, nenhum Parlamentar desta Casa foi a tribuna aqui do Parlamento para dizer que os

1. MELLO, Rafael Munhoz de Mello. Princípios Constitucionais de Direito Administrativo Sancionador: as sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 233. Autos nº 1.343/2009 1ª Vara da Fazenda Pública pág. 2-2.

seguros são ilegais, são incorretos. Não! Só queremos saber quais as companhias, as cópias dos contratos, as cópias das licitações, tudo correto, parabéns! Eu respondendo sem problema nenhum, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que já foi Secretário, enquanto, éramos Deputados, cada vez que dirigia um pedido à sua Secretaria, o senhor prontamente nos atendia, ou aprovado pelo Plenário, ou até administrativamente. Isso infelizmente não acontece em outras Secretarias e é por essa razão que procuramos o Poder Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do Governo: Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de mais nada gostaria de falar algumas palavras em defesa da PETROBRAS. As pessoas que pensam e agem como eu ajo, e tantas outras, sempre entraram na defesa da PETROBRAS. Quando jovem, ainda, travamos uma batalha muito grande para a constituição da PETROBRAS. Aqueles que mandavam na política brasileira, principalmente os norte-americanos, afirmavam sem parar que aqui no País não tínhamos petróleo. Mas nós, jovens estudantes daquela época, unidos aos sindicalistas, a tantos patriotas, travamos esta batalha em defesa da soberania nacional. E acabamos, todos nós, desta luta, vendo a criação da PETROBRAS.

Aqueles que não querem a intervenção do Estado na economia, durante toda a vida travam uma batalha contra o Banco do Brasil, contra a Caixa Econômica Federal, contra a PETROBRAS. Aqui no Estado travaram a batalha contra a COPEL, contra SANEPAR, contra o BANESTADO.

Temos uma posição muito clara de defesa destas empresas estratégicas, para o desenvolvimento nacional. É por isso que vejo, principalmente neste momento, com preocupação, a luta que muitos estão iniciando, mais uma vez, contra a existência da PETROBRAS. É a maior empresa brasileira, é a alavanca do desenvolvimento nacional. E criar dificuldades para a PETROBRAS, neste momento, no meu entendimento, é criar problemas para a própria Nação brasileira. Não queremos esconder nada de ninguém.

O Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição, ainda agora deu um testemunho em relação à minha atuação. Quando Secretário dos Transportes, respondia em até cinco dias todos os requerimentos de informações que me eram dirigidos. Aprovados ou não pela Casa.

Quero dizer, Sr. Presidente, que ninguém tem nada para esconder de ninguém. Mas, a PETROBRAS é um instrumento do povo brasileiro, para o seu desenvolvi-

mento. Não tínhamos petróleo. Mas, como? Estamos extraíndo mais de 2 milhões de barris de petróleo por dia, hoje, na Nação brasileira!

Deputados, ouvi com muita atenção os pronunciamentos feitos nesta Casa em relação ao aumento pretendido pelo Governo, que foi encaminhado à Casa. Então, agora mesmo, o Deputado Douglas Fabrício dizia que demagogia é prometer aquilo que não se pode cumprir,

Srs. Deputados, não está no rol das nossas competências aumentarmos as despesas. É uma proibição constitucional. Então, não adianta. Mesmo que estas emendas fossem todas aprovadas, certamente pela inconstitucionalidade que trazem no bojo, seriam todas vetadas pelo Governo. Porque é sua obrigação constitucional.

Então, não se trata, neste momento, de sermos simpáticos ou não. A lei foi muito sábia quando limitou os poderes dos Vereadores e dos Parlamentares, porque senão, Sr. Presidente, ainda há pouco a cadeira que V. Exa. ocupava estava sendo ocupada pelo brilhante Deputado Augustinho Zucchi, que é da área da agricultura. Chega um projeto de lei do Governo e, vamos supor, o Deputado Augustinho Zucchi apresenta uma emenda para dar aumento de não sei quantos por cento para os funcionários da agricultura. Aí, o Deputado Luiz Eduardo Cheida, nosso companheiro, ex-Prefeito de Londrina, por ser médico, chega aqui - tudo em hipóteses - arranca não sei de onde um número exorbitante e apresenta um aumento estratosférico para os funcionários servidores públicos da área de atuação dele.

Então, houve esta proibição, está inscrita na Constituição Federal, proibindo que as pessoas possam legislar, vamos dizer, faticamente, para atender seus currais eleitorais.

Não é nada simpático vir aqui e dizer que aquilo que foi colocado pelo Governador é o possível. Está longe do ideal. E alguém como eu, que já fiz tantas e tantas greves em defesa dos servidores, neste momento tenho que afirmar que as emendas serão rejeitadas, porque elas não têm amparo constitucional. O Deputado tem que respeitar a lei. E a lei, neste caso, não será respeitada com a aprovação das emendas.

Viver não é fácil. Viver é o exercício do perigo. Em todas as nossas atividades isto existe. Quando alguns levantam as vozes, desconhecem, não sabem nada da nossa história. Aliás, deveriam estudar um pouco, para saber aquilo que aconteceu. Esta conversa que político tem que fazer média com todo mundo, está longe do meu dicionário. Eu tenho compromisso com a lei, com aquilo que é verdade. Tenho um compromisso com o meu Governo. Se eu sou Governo, estou aqui para defender o Governo, as suas propostas. E quando as propostas são dirigidas a esta Casa, é porque elas foram exaustivamente estudadas...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Um minutinho, Deputado.

Quero solicitar às galerias, por gentileza, vocês serão sempre bem-vindos a nossa Casa, como sempre foram. Mas, não se manifestem. Por favor, estou pedindo respeito para com o orador. Vocês estão sendo respeitados. Não poderão se manifestar. Não me obriguem a pedir que vocês se retirem.

Concedemos a palavra ao Deputado que usa a tribuna, Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, ao longo da nossa vida tivemos que fazer o enfrentamento de muitas coisas. E sempre fizemos com consciência, sabendo aquilo que deveríamos fazer. Hoje mesmo, funcionários da Assembleia vieram me perguntar a respeito da apresentação de um projeto de lei que fiz, talvez em 1979 ou 1980, no período mais duro da ditadura militar, para o fechamento do DOPS, que torturava e matava.

Então, Sr. Presidente, só para deixar registrado aqui o artigo 68: *Não é admitido aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado.* Fim de papo!

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, devidamente apoiado. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembleia e em avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Indicação nº 664/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária da Educação, estudos de viabilização para a construção de 01 (uma) quadra de esportes para a Escola Estadual Machado de Assis, no Distrito de Marabá, Município de Tuneiras do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 665/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, a criação de 02 (dois) novos Batalhões da Polícia Militar na Região Metropolitana de Curitiba/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 666/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário

rio de Estado da Saúde, a disponibilização de 01 (uma) ambulância para o Município de Bocaiúva do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 667/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária da Educação, a implantação de turmas de 5ª, 6ª e 7ª séries, no período da manhã, no Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga, no Alto Maracanã, Município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 668/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de 01 (um) centro de eventos no Município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 669/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a viabilização de reforço na Segurança Pública no Município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 670/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária da Educação, a viabilização de reforma, contratação de profissionais, aquisição de equipamentos e mobiliários para a Creche Esther Beghai Pinafo, no Município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 671/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a viabilização da reforma na quadra Gervásio Anísio Palharim - Distrito Panema, no Município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 672/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de reforma no Matadouro Municipal, Distrito Panema, no Município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 673/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Saúde, a viabilização de reforma na Unidade Básica de Saúde Atílio Brancalhão, Distrito Panema, no Município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 674/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a viabilização para construção de 01 (um) terminal rodoviário no Distrito Panema, no Município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2356, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 12, 13 e 14 de maio do corrente ano, em virtude de compromissos oficiais assumidos no interior do Estado com o Secretário de Estado da Agricultura e Secretário de Estado dos Transportes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/09, que concede reajuste geral de 6% na referência salarial inicial das tabelas das carreiras estatutárias civil e militar do Poder Executivo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA CCJ.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 186/09

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 020/09, tem por finalidade conceder reajuste geral de 6% na referência salarial inicial das tabelas das carreiras estatutárias civil e militar do Poder Executivo.

Em seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ, atestando assim sua legalidade e constitucionalidade. Como bem se sabe cabe a esta Comissão se manifestar sobre a proposta visto pelo ângulo das finan-

ças do Estado, embasando-se principalmente na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pois bem, a Lei Complementar nº 101/00 explicita que no caso de aumento de despesa deverá ser acompanhada de medida que possa compensar tal incremento de valores. Veja-se o texto da própria lei:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I - adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se ao disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o parágrafo 3º do artigo 182 da Constituição.

Subseção I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesas de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do parágrafo 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no parágrafo 1º do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do parágrafo 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no parágrafo 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no parágrafo 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no parágrafo 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Assim sendo, tem-se que, através da leitura da própria justificativa que o aumento a ser implementado está previsto nas despesas com pessoal do Poder Executivo. Ou seja, o projeto encontra respaldo na vigente lei orçamentária essa previsão de aumento, de forma que nada há que possa obstar esse projeto na Comissão de Finanças.

Em que pese a aprovação do presente projeto, há que se fazer uma observação essencial. Estão em vigor as Leis nºs 15512, de 31/05/07 e 15843, de 21/05/08, que diga-se, não estão sendo cumpridas devidamente na prática. Pode-se concluir assim pelo fato de que as citadas leis concederam reajuste salarial para todas as carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná, inclusive para os auditores, no percentual de 7,9% e 5% respectivamente. Ocorre que esses percentuais foram aplicados ao vencimento básico, e bem se sabe que a remuneração dos auditores fiscais é composta, na sua maior parte, por quotas de produtividade, sendo que o vencimento básico corresponde a 22% da remuneração e as quotas representam 78% da mesma. É de se levantar, pois, neste momento, a necessidade de concessão de índice geral referencial salarial das tabelas de vencimento básico e do Anexo IV da Lei Complementar nº 092/02 para as leis citadas, trazendo assim justiça para a classe dos auditores fiscais no Paraná. Assim, deve-se registrar tal fato, mesmo que fique impossibilitada a apresentação de emenda aditiva nesse momento, ante a ausência de dados exatos sobre

a repercussão financeira desta medida para o Estado do Paraná.

Frente a esta explanação, o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 05/05/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 186/09

P A R E C E R :

I - Relatório

Trata-se o projeto de lei em epígrafe de mensagem do Sr. Governador do Estado do Paraná, que concede reajuste geral de 6% (seis por cento) na referência inicial das tabelas das carreiras estatutárias civil e militar do Poder Executivo.

Aprovado o parecer desta relatoria na Comissão de Constituição e Justiça, em 05 de maio do corrente, o projeto de lei em apreço tramitou por outras Comissões Permanentes e, indo ao plenário desta Casa de Leis, recebeu as seguintes emendas:

EMENDA Nº 01

EMENDA DE PLENÁRIO - BANCADA DO PT

Inclua-se artigo, com a seguinte redação:

“Art. (...) O poder Executivo do Estado do Paraná fica autorizado a complementar a reposição salarial em até 15%, condicionado à arrecadação orçamentária e às disposições legais.”

EMENDA Nº 02

EMENDA DE PLENÁRIO - BANCADA DO PT

Adite-se artigo, com a seguinte redação:

“Art. (...) O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, deverá efetivar todos os atos necessários para implementação em folha de pagamento das promoções e/ou progressões dos agentes de apoio e de execução do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, retroativo os efeitos pecuniários à data da efetivação aos agentes profissionais do QPPE.

EMENDA Nº 03

EMENDA DE PLENÁRIO - BANCADA DO PT

Adite-se artigo, conforme segue:

“Art. (...) O Poder Executivo Estadual, através da SEAP, concederá a título de auxílio alimentação a todos os servidores que percebam até dois salários mínimos estadual, o valor atinente a cesta básica apurada por índice oficial.”

EMENDA Nº 04
EMENDA DE PLENÁRIO - BANCADA DO PT

Modifique-se o *caput* do artigo 3º e adite-se dois parágrafos ao mesmo artigo, com a seguinte redação:

“Art. 3º O aumento percentual de 6% (seis por cento) abrange os servidores ativos integrantes da carreira técnica de extensão rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, o vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, a remuneração de Secretário de Estado, o valor dos contratos de regime especial - CREs Paranaeducação, os convênios com APAEs, incidindo também sobre os valores das quotas constantes do Anexo IV da Lei Complementar nº 092, de 05/07/02 e a gratificação prevista no artigo 5º e parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 01, de 02/08/72, com a redação da Lei Complementar nº 112, de 04/10/05, bem assim, às outras gratificações previstas nos artigos 172, inciso VII e 18, das Leis Estaduais nºs 6174/70, 13666/02 e 15050/06 respectivamente.

§ 1º A complementação salarial prevista no artigo nº 1º, parágrafo 2º desta lei, incidirá igualmente sobre as gratificações/adicionais explicitadas no *caput* deste artigo.

§ 2º As gratificações de insalubridade e periculosidade deverão ser implementadas pela Administração Pública Estadual na forma de Lei Estadual nº 10692/93, em especial quanto aos índices previstos nos seus artigos 10 e 11.”

EMENDA Nº 05
EMENDA DE PLENÁRIO - BANCADA DO PT

Modifique-se o artigo 5º ficando da seguinte forma:

“Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data base dos servidores, 01/05/09.”

EMENDA Nº 06
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
BANCADA DE OPOSIÇÃO

“Art. 1º Fica concedido o índice de 15% (quinze por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, com consequente reflexo nos interníveis e intrecasas, respeitadas a amplitude salarial e a dinâmica de intercargos, a todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.”

EMENDA Nº 07
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
BANCADA DE OPOSIÇÃO

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme

Mensagem nº 020/09, tem por objetivo alterar a redação original de seu artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º Fica concedido o índice geral de 6% (seis por cento) na remuneração dos servidores de todas as carreiras estatutárias, civil e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.”

EMENDA Nº 08
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO -
BANCADA DE OPOSIÇÃO

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 020/09, tem por objetivo alterar a redação final original de seu artigo 5º, conforme redação a seguir:

“Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de maio deste ano.”

EMENDA Nº 09
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
BANCADA DE OPOSIÇÃO

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 020/09, tem por objetivo acrescentar a redação original desta proposição um novo artigo a ser renumerado como artigo 2º, conforme redação a seguir, renumerando-se o artigo 2º da redação original como artigo 3º e os demais artigos sucessivamente, conforme redação a seguir:

“Art. 2º Fica assegurado ao todo servidor público estadual, civil e militar, vencimento básico e soldo igual ou superior ao Piso Salarial Regional.”

EMENDA Nº 10
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
BANCADA DE OPOSIÇÃO

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 020/09, tem por objetivo acrescentar a redação original desta proposição um novo artigo onde couber, com relação conforme segue:

“Art. (...) O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente lei, deverá realizar, concluir e efetivar todos os atos necessários para implementação em folha de pagamento das promoções e ou progressões dos agentes de apoio e de execução do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, retroagindo os respectivos efeitos pecuniários à data da efetivação destas providências em relação aos Agentes Profissionais do QPPE”.

EMENDA N° 11
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
BANCADA DE OPOSIÇÃO

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n° 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem n° 020/09, tem por objetivo acrescentar a redação original desta proposição um novo artigo onde couber, com redação conforme segue:

“Art. (...) O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, concederá, a título de auxílio alimentação, a todos os servidores que percebam até 2 (dois) salários mínimos estadual, valor equivalente à uma cesta básica, conforme apurado pelo DIEESE, que deverá ser mensalmente creditado na folha de pagamento estes servidores.”

EMENDA N° 12
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
BANCADA DE OPOSIÇÃO

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n° 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem n° 020/09, tem por objetivo acrescentar a redação original desta proposição um novo artigo onde couber, com redação conforme segue:

“Art. (...) O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, estenderá o vale transporte aos demais servidores estaduais, nas mesmas condições em que é concedido aos servidores da educação no Estado do Paraná, previsto na Lei Complementar n° 103/06”.

EMENDA N° 13
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
DEPUTADO MAURO MORAES

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei n° 186/09:

“Art. (...) Sobreponha-se o percentual de 15% (quinze por cento) aos Professores do Ensino Médio, ao valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com Mensagem n° 020/09, do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Estende-se esse reajuste aos professores aposentados”.

EMENDA N° 14
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DEPUTADO MAURO MORAES

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei n° 186/09:

“Art. (...) Sobreponha-se o percentual de 15% (quinze por cento) aos policiais militares e civis, ao valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com Mensagem n° 020/09, do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Estende-se esse reajuste aos policiais militares e civis aposentados”.

EMENDA N° 15
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DEPUTADO MAURO MORAES

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei n° 186/09:

“Art. (...) Sobreponha-se o percentual de 15% (quinze por cento) a Polícia Científica, ao valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com Mensagem n° 020/09, do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Estende-se esse reajuste aos integrantes da Polícia Científica aposentados”.

EMENDA N° 16
EMENDA DE PLENÁRIO
DEPUTADO PROFESSOR LEMOS E OUTROS

Adite-se parágrafo ao artigo 1°, com a seguinte redação:

“Art. (...)

§ 1°...

§ 2° Implementado no mês de maio índice salarial previsto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo do Estado do Paraná, poderá complementar a reposição salarial, até a data base vindoura, em índice mínimo de 15%, na forma pleiteada pelo Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais - Fórum, condicionado a arrecadação e às disposições da Lei Complementar n° 101/00. Para atendimento da complementação salarial supra o Poder Executivo não deverá realizar qualquer repasse financeiro a título de excesso de arrecadação e/ou suplementação orçamentária a qualquer ente, sem prévia alocação de recursos para a implantação da complementação salarial aqui referida”.

EMENDA N° 17
EMENDA DE PLENÁRIO
DEPUTADO PROFESSOR LEMOS E OUTROS

Adite-se parágrafo ao artigo 1°, com a seguinte redação:

“Art. (...) O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, deverá efetivar todos os atos necessários para implementação em folha de pagamento das promoções e/ou progressões dos agentes de apoio e de execução do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, retroativo os efeitos pecuniários à data da efetivação aos Agentes Profissionais do QPPE, consoante princípio constitucional da isonomia/igualdade imposto à Administração Pública.”

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER.

As Emendas de Plenário de n.ºs 01, 02, 03, 04, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 ao Projeto de Lei n.º 186/09 - Mensagem do Poder Executivo n.º 020/09, não encontram guarida na Constituição Estadual.

Fere primeiramente o inciso I, do artigo 66, e I, do artigo 68 que estabelecem:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação e cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Art. 68 Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de Lei do Orçamento Anual, quando compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual;

As emendas em apreço também não coadunam com o estatuído no artigo 137, do mesmo diploma legal que reza:

Art. 137 A despesa com pessoal ativo e inativo do Estado não poderá exceder dos limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo Único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

Senhores Deputados, os projetos de lei enviados pelo Chefe do Poder Executivo à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quando de sua iniciativa exclusiva, em regra, poderão ser alterados, por meio de emendas apresentadas pelos Parlamentares, no exercício constitucional da atividade legiferante, própria do Poder Legislativo.

Há, entretanto, exceção no texto constitucional, uma vez que não são permitidas emendas que visem ao aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, sendo, flagrante inconstitucionalidade, a norma inserida, por emenda parlamentar, em projeto de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, que acarreta aumento de despesa pública, por flagrante ofensa ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes da República.

Sucedee, ainda, que a própria exceção não se aplica na matéria orçamentária, pois o inciso I do artigo 68 da

Constituição do Estado do Paraná, permite apresentação de emendas que aumentem as despesas, no projeto de Lei do Orçamento Anual ou projetos que o modifiquem, desde que compatíveis como Plano Plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, bem como desde que indiquem os recursos necessários para o aumento dessas despesas. Igualmente, as emendas parlamentares devem guardar pertinência temática com o projeto de apresentado, e não pode, pois, haver a desnaturação da proposta original.

Aliás, deste etendimento não discrepa o Supremo Tribunal Federal. Senão vejamos:

VÍCIO DE INICIATIVA EM PROJETO DE LEI FIXANDO POLÍTICA SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS. PRIVATIVIDADE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO: STF - “Apreciando ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul contra os artigos 4º e 5º da Lei n.º 9265/91 de seu Estado, o Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação quanto ao artigo 4º da referida lei [‘No prazo de 30 (trinta) dias o Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa projeto de lei fixando uma política salarial para os servidores a que se refere esta lei, bem como aos demais servidores públicos estaduais’], por ofensa ao princípio da separação dos Poderes (artigo 2º da CF), visto que o Poder Legislativo não pode assinar prazo para que outro Poder exerça prerrogativa que lhe é própria” (STF - Pleno - Adin n.º 546/RS - Rel. Min. Moreira Alves, decisão: 02/10/97. Informativo STF, n.º 86, out. 1997).

INICIATIVA EXCLUSIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA PROJETOS DE LEI QUE CONCEDAM AUMENTO AO FUNCIONALISMO E AUMENTO DE DESPESA: STF - “São inconstitucionais dispositivos de Cartas Estaduais, inclusive Emendas, que concedam aumento de remuneração a servidores públicos, ou que, de qualquer modo, acarretem majoração da despesa pública, por ser de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de lei sobre a matéria”. (STF - Pleno - Adin n.º 2050/RO - Medida liminar - Rel. Min. Maurício Corrêa). No mesmo sentido, em relação ao Distrito Federal: STF - “Lei do Distrito Federal, que implica aumento de despesa pública e transformação de cargos, com preterição da exclusividade de iniciativa do Governador (Lei n.º 165/91). Relevância da fundamentação jurídica do pedido, calcado no artigo 61, parágrafo 1º, II, a, da Constituição Federal. Urgência caracterizada. Medida cautelar deferida” (RTJ 141/413).

IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA PARLAMENTARES QUE ESTENDAM VANTAGENS REMUNERATÓRIAS OU ISONOMIA A SERVIDORES PÚBLICOS: STF - “É formalmente inconstitucional norma resultante de emenda parlamentar que estende a outras categorias de servidores públicos vantagem remuneratória que o projeto de lei encaminhado pelo Executivo concedia, de forma restrita, a determinado segmento do funcionalismo” (STF - Pleno - Adin

nº 816/SC - Rel. Min. Ilmar Galvão, decisão: 22-8-1996. Informativo STF, nº 41). Nesse sentido: STF - “Norma inserida, por emenda parlamentar, em projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo: configura inconstitucionalidade formal por usurpar a competência privativa do Governador do Estado, em ofensa ao princípio de independência e harmonia entre os Poderes” STF - Pleno - Adin nº 873-1/RS - Rel. Min. Maurício Corrêa, Diário da Justiça, Seção I, 22 ago, 1997). Nesse mesmo sentido: STF - “É formalmente inconstitucional norma resultante de emenda parlamentar que estende a outras categorias de servidores públicos vantagem remuneratória que o projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo concedida, de forma restrita, a determinado segmento do funcionalismo” (STF - Pleno - Adin nº 774/RS - Rel. Min. Sepúlveda Pertence, decisão: 10-12-1998. Informativo STF, nº 135); STF - “Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 3º da Lei nº 9820, de 19/01/93, promulgada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, por ator publicado em 19/04/93. Isonomia de remuneração de servidores públicos civis estaduais. Norma inserida, por emenda parlamentar, em projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo: configura inconstitucionalidade formal por usurpar a competência privativa do Governador do Estado do Paraná, em ofensa ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes” (RTJ 164/851).

INCONSTITUCIONALIDADE DE ATO NORMATIVO QUE AUTORIZA ACRÉSCIMO DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS SEM A INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO: STF - “No caso concreto, o Supremo Tribunal Federal deferiu medida cautelar para suspender o acréscimo de remuneração de integrantes sem a iniciativa do Governo do Distrito Federal. Relevância jurídica da fundamentação do pedido, baseado no artigo 61, parágrafo 1º, II, a, da CF (RTJ 161/458).

Sr. Deputados, as emendas ora em análise, também estão em desacordo com os artigos 15, 16, 17 e 21 da Lei Complementar Nº 101, de 04/04/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, que dizem:

DA DESPESA PÚBLICA

Seção I

Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por créditos genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o parágrafo 3º do artigo 182 da Constituição.

Subseção I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do parágrafo 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no parágrafo 1º do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do parágrafo 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da eleva-

ção de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º *A comprovação referida no parágrafo 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo de exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

§ 5º *A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no parágrafo 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.*

§ 6º *O disposto no parágrafo 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição.*

§ 7º *Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.*

Subseção II

Do Controle da Despesa Total com Pessoal

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos artigos 16 e 17 desta lei complementar, e o disposto no inciso XIII do artigo 37 e no parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo Único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no artigo 20.

Já quando as Emendas Modificativas de Plenário de nº 05 e 08, apresentadas pelos Deputados integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT e da Bancada da Oposição, que em sua essência são iguais, ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal, haja vista que não levam em consideração a condicionante da disponibilidade orçamentária - financeira concomitantemente ao comportamento da receita do Estado, tudo sob os olhos impositivos da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

III - VOTO DO RELATOR

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão de manifestar, não estão obedecidos os preceitos constitucionais e infraconstitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa, com relação a todas as emendas apresentadas em plenário ao Projeto de Lei nº 186/09.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é contrário a todas as emendas de Plenário.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Apoioamento:

Chico Noroeste, Duílio Genari, Fernando Scana-vaca, Reni Pereira, Artagão Júnior, Francisco Bühner e Nereu Moura.

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para discutir, Sr. Presidente.

(Assentimento).

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, recentemente fiz uma pergunta a V. Exa. sobre essa questão de emendas, e foi bem citada agora pelo Deputado Waldyr Pugliesi e questão do artigo 68 da Constituição Estadual e Federal, que não nos permite tratar desse tema referente àquilo que é encaminhado pelo Governo, que é questão orçamentária.

V. Exa. disse aqui, recentemente, que não caberiam essas emendas. Gostaria que V. Exa. fizesse um esclarecimento, até publicamente, a quem está nos assistindo, porque de um lado vamos ouvir agora os Deputados da Oposição, dizendo que legalmente eles podem apresentar as emendas, e do outro lado vamos ouvir o encaminhamento da Situação, dizendo que não pode receber. E daí temos ali que quem manda em nós quem manda neste Parlamento é a lei, é a Constituição Estadual e a Constituição Federal. E segundo o que está escrito na Constituição Federal, não podemos tratar desse tema.

Eu até pediria ao nosso ilustre Presidente da CCJ, que tem feito brilhantes pronunciamentos, hoje eu fiquei abismado aqui com o pronunciamento que V. Exa. fez, maravilhado com o seu pronunciamento, de retirada de assinaturas de CPI. E eu gostaria, Sr. Presidente, de um esclarecimento amplo, para que as pessoas que estão em casa, lá na TV SINAL, tenham do Presidente um parecer, que o Presidente dê um parecer e que faça cumprir o que determina a lei. Porque nós vamos ficar aqui, vamos discutir, e ninguém está fugindo da lei, acho que não temos que fugir da discussão; agora, temos que trabalhar dentro da legalidade, porque se não trabalharmos dentro da legalidade, dentro do que determina a lei, porque antigamente era feito assim, deixamos de ser Deputados, deixamos de cumprir a lei. Existe uma lei, e a lei diz que não podemos fazer emendas, Sr. Presidente.

Então, V. Exa. disse aqui, outro dia, que não era constitucional. Pergunto a V. Exa.: as emendas são inconstitucionais? V. Exa. disse aqui. Se as emendas foram rejeitadas na CCJ, se o Regimento Interno da Casa, as Constituições Federal e Estadual vedam isso, V. Exa. vai permitir, vai deixar continuar acontecendo isso, Sr. Presidente?

É a minha questão...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, acho que ele está fazendo um encaminhamento e não uma questão de ordem. Acho que nem cabe.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela ordem**)

Sr. Presidente, gostaria que o eminente Deputado de Rondon, especialista em discursos também, que fala bem, gosto muito de ouvir discursos, me deixasse falar. Estou fazendo uma questão de ordem, que acho que é um direito que cabe a quem está em casa, que quer saber. Gostaria que V. Exa. respondesse, Sr. Presidente, porque todo ano sofremos com isso. O que é que está certo, o que podemos e o que não podemos.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Longe de mim querer dizer o que está certo e o que não está certo. O que eu quero é realmente esclarecer a V. Exa. o seguinte: neste momento o Deputado Elio Rusch está encaminhando o projeto, não se falou em emendas. Portanto, o Deputado Elio Rusch tem todo direito de encaminhar o projeto, e é isso que ele vai fazer.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para que tenhamos claro, V. Exa. já colocou que está sendo encaminhado o projeto, e como V. Exa. colocou que está sendo encaminhado o projeto, e como V. Exa. já colocou, longe de nós tentarmos dizer o que é certo e o que é errado. Mas o nosso Regimento Interno, e eu faço parte da CCJ, o Deputado que me antecedeu também faz parte da CCJ, ela admite que mesmo as emendas que têm parecer contrário venham a Plenário. E o que a presidência faz é simplesmente cumprir o que o nosso Regimento Interno diz. Se for contrário, então muda-se o Regimento, mas até este momento tem um Regimento que diz que as emendas, mesmo com parecer contrário, vêm para cá e serão votadas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A partir do momento em que tenhamos que discutir as emendas, eu responderia dessa forma. V. Exa. já se antecipou, efetivamente essa é a questão.

Mas, com a palavra o Deputado Elio Rusch, para discutir o projeto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa do Paraná, funcionários que estão hoje aqui na galeria, representando todo o quadro do nosso Estado. O projeto, quando veio para a Assembleia, propondo o aumento para o funcionalismo público do Estado, é importante que se diga o que se antecedeu a esse projeto.

Deputado Douglas Fabrício, uma mensagem também do Executivo Estadual veio para cá, datado de 4 de

março, e foi lida no dia 8 de março deste ano, reajustando o salário-mínimo no Estado do Paraná. E o aumento que o Governo do Estado propôs naquela ocasião, no mês de março, foi de 15% sobre o salário-mínimo, com o argumento que havia um aquecimento na economia e que a sociedade do Paraná poderia suportar o aumento de 15% do salário-mínimo.

O que os Deputados fizeram naquela ocasião quando votamos o salário-mínimo regional do Estado do Paraná? Alertamos os Parlamentares desta Casa, alertamos o Governo do Estado que, no momento que ele enviasse a mensagem propondo a reposição salarial para o funcionalismo público, deveria ser o mesmo aumento que está propondo para o setor privado. Usa um argumento para reajustar o salário-mínimo no Estado do Paraná e usa o inverso para reajustar a folha do funcionalismo público no Estado do Paraná. Dois pesos e duas medidas. Ou aquela velha frase: cortesia com o chapéu alheio fica muito fácil. Fica fácil para o Governo do Estado fazer propaganda, correr o interior do Estado, ir aos outros Estados da Federação e dizer que o maior salário-mínimo do País está no Estado do Paraná. Mas lembrem que esse mesmo Governo, quando aumenta em 15% o setor privado, aumenta apenas 6% para os seus funcionários. E com um agravante: tem milhares de funcionários, tanto na Civil como na Militar, recebendo menos no salário básico que o mínimo regional. Aliás, não recebem nem o salário-mínimo nacional, e cito um exemplo: a Polícia Militar.

A nossa Constituição do Estado do Paraná assegura à Polícia Militar que o soldo inicial não poderá ser inferior ao salário-mínimo vigente no Estado. É importante que se diga isso. Isso é constitucional. E o salário-mínimo vigente no Estado é mais de R\$ 600. E o soldo do Soldado Militar está abaixo de R\$ 400, está abaixo do salário-mínimo.

Que se tenha coerência! Se eu sou administrador do Estado, do País, do Município, e tive o poder e condições legais para instituir um salário-mínimo na minha jurisdição, quando eu reajusto este salário deve reajustar o mesmo índice para os meus funcionários. É isso que os Deputados da Oposição querem. E quem criou essa fato não foram os Deputados da Oposição, não foram os da base que tiveram que retirar a assinatura por estarem sendo ameaçados que se não votarem com o Governo estarão excluídos da base do Governo.

Nunca vi isso na história. Tenho 32 anos de vida pública, vou para 33 anos, 14 anos no Legislativo Municipal, vou para 19 anos no Legislativo Estadual, e nunca vi nenhum Prefeito, - o Deputado Ademir Bier foi Prefeito naquela cidade - de nenhuma Cidade, ameaçar os seus Vereadores. Nunca vi um Governador tornar público e usar a sua TV para chamar a atenção dos seus Deputados, da sua base e dizer: "Ou vocês estão comigo, ou não venham mais me incomodar." Ora, defender os interesses dos funcionários, ou defender os interesses do Estado do Paraná, isso é incomodar o Governo? Os Poderes têm que

ser harmônicos, isso é necessário num regime democrático, mas devem ser independentes.

É lógico que a legislação faculta todos os partidos fechar questão. Pode fechar, como tem partidos que fecharam questão. Agora, ameaçar os Deputados e falar para os Deputados da base: “Quem não votar comigo, não venham mais me incomodar, não venham mais pedir verbas para os seus municípios”, é a mesma coisa que dizer que o imposto que pagamos tem o carimbo de determinado partido. O imposto que o paranaense paga não tem carimbo de partido. E o administrador não administra para o partido, nem Presidente da República, nem Governadores e nem Prefeitos. Eles devem administrar, o Presidente da República para o seu País, os Governadores para os seus Estados, os Prefeitos para os seus municípios. Assim entendo que o homem público, o administrador e o executivo deveriam ou devem agir. E não com ameaças. Longe da gente.

Já fui Deputado da Situação, sim; já fui vaiado aqui na Assembleia, já jogaram moedas, tudo. Também já fui aplaudido. Mas tenho mantido, ao menos agora neste momento, a coerência, e dizer para os paranaenses, porque os Deputados da Oposição apresentaram os 15%, para que não venham dizer que é demagogia. Demagogia, paranaense, é conceder 5% para o setor privado e para os seus funcionários 6%. Agora, pedir a coerência do administrador em relação às suas atitudes administrativas, entendo que é o direito dos Parlamentares.

Espero que os Srs. Deputados, independente de Situação, de Oposição, vamos votar com a coerência, com a razão, de acordo com aquilo que cada um achar que deve ser feito, e a maioria vota. E a minoria pertence ao quê? Nós, como Democratas que somos, e cada um como democrático que é, e a democracia só se fortalece quando se respeita a decisão do Parlamento, porque o Parlamento enfraquecido fortalece o regime...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Peço a compreensão de V. Exa., o prazo é improrrogável, para não se abrir precedente para os demais oradores.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Rangel, por 10 minutos improrrogáveis.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Deputadas.

Hoje estamos votando o reajuste dos servidores públicos. E nós, Deputados Estaduais, como servidores públicos, companheiros, colegas de trabalho e funcionários dos senhores, sabemos da importância dessa votação. Sabemos que o que for definido nesta tarde vai entrar para história, porque não é apenas uma votação senhores servidores, mas sim vamos dar o verdadeiro reconhecimento, de um Poder constituído, ao que vocês representam para a sociedade do Estado do Paraná. Temos poucos servidores aqui nas galerias, mas são milhares que estão me acompanhando em suas casas, milhares que estão tra-

balhando, neste momento, e não podem acompanhar a votação na Assembleia Legislativa, mas que estão torcendo por uma grande vitória da justiça.

Eu queria saber, senhoras e senhores, o que os nossos professores representam para o futuro dos nossos filhos. Fala-se tanto em valorização da Educação e, hoje, Sr. Presidente, é dia de prova para todos nós. O que um assistente social, um enfermeiro, um dentista representa? O que existe de mais precioso na vida de uma família? Saúde. Fala-se tanto em valorização da Saúde. Hoje, senhoras e senhores, é dia de consulta. E o que falar dos policiais? O que o policial representa para a paz e para tranquilidade? Fala-se tanto em valorização dos nossos policiais civis e militares. Brigamos tanto, lutamos pela valorização dos nossos profissionais da área de Segurança. Pois bem, hoje é dia de dizer muito obrigado e poder retribuir. Vamos dizer tudo isso, agora, senhores e senhores, no voto. E espero que isso fique registrado.

Vamos votar algo importantíssimo: o reconhecimento. Não é apenas a valorização ou um reajuste maior que seis, para 15%. Não! É muito mais do que isso. Por que para a iniciativa privada se dá 15% e para as pessoas que fazem, compõem o alicerce da nossa sociedade, 6%? Falta coerência! Isso não é coerente!

Estamos aqui para ampliar a discussão e, agora há pouco, estava dando uma entrevista para redes de televisão de todo Estado do Paraná, e um jornalista me fez uma pergunta muito interessante: “Mas, Marcelo, os Deputados de Oposição vão lutar, vão discutir, vão apresentar as emendas, vão até tarde da noite discutindo, tentando uma vitória no voto.

Aí vem a máquina do Governo, vem o facão do Sr. Governador, as ameaças que fez na “escolinha” para todos os Parlamentares da Assembleia e, em poucos segundos, se derruba uma proposta que considero justa. E o senhor acha que, de repente, não está perdendo tempo? E eu disse a ele: não, de jeito nenhum! Eu vou lutar e vou continuar aqui. Subirei nesta tribuna quantas vezes forem necessárias, até a hora que for necessário, porque quero manter viva pelo menos a esperança, Deputado Waldyr Pugliesi. Esperança! Eu acredito que teremos um grande dia! Hoje sim poderemos ter algo diferente. Espero que a noite dos servidores públicos do Estado do Paraná seja uma bela noite, com uma vitória. Temos que acreditar nisso.

Vou votar pela coerência, senhoras e senhores. As pessoas que estão me ouvindo, me assistindo, as pessoas que acompanham meu trabalho sabem que sou Deputado de Oposição. Temos um trabalho árduo. Estamos apresentando as emendas de 15% e estamos assumindo, também, a emenda do Deputado Mauro Moraes, que teve que retirar o seu nome por questões partidárias. O que acho um absurdo, mas estou assumindo a responsabilidade, juntamente com outro companheiro do PPS, Deputado Douglas Fabrício, e também estaremos apoiando a emenda que prevê os 15%, além dos 6%, e vamos discutir todas elas.

Considero que foi um equívoco muito grande, por parte do Governador, ir à Escola de Governo e, publicamente, dizer que Deputado que votar a favor do funcionário público, não será mais recebido por ele. Fico me perguntando: o Deputado, quando faz campanha, pede voto e vai de casa em casa, pede apoio para que aqui na Assembléia possa trabalhar com isenção.

Não sou funcionário do Sr. Governador. Sou funcionário do povo, dos funcionários públicos, e represento não só uma região, como todo o Estado do Paraná. Vou defender o que acho justo, correto e coerente. A coerência, agora, é a valorização ao funcionalismo público. Vou votar em todas as emendas. Se for possível vou encaminhar em todas as emendas. Agora, o meu nome ficará registrado no documento oficial da Assembléia Legislativa e no Anais da história desta Casa. Vou poder entrar em qualquer repartição pública e dizer que fiz a minha parte. Dentro de instantes terei orgulho de votar SIM às emendas, com um reajuste de 15% para todos os servidores públicos, principalmente para os policiais civis e militares, que há anos estão torcendo pela aprovação do Plano de Cargos e Salários. E infelizmente o projeto não vem, os reajustes não vêm, a valorização profissional não existe e continuamos ainda sofrendo, em um momento em que reivindicamos o que é correto. Isso não está mais certo.

Acreditamos, Sr. Deputados, que teremos uma grande votação. O acompanhamento de todo o Estado do Paraná será muito benéfico, inclusive para as próximas votações da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, esse é o meu pronunciamento. Pretendo me pronunciar mais vezes.

Era isso.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para discutir o projeto, com a palavra o Deputado Jocelito Canto, por 10 minutos, improrrogáveis.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que devemos garantir, primeiramente, neste momento de crise e demissões que o País vive, é a garantia de termos um aumento. Esse aumento está estipulado, será dado. Enquanto outros Estados não concedem nenhum aumento, o Paraná ainda consegue conceder um aumento aos servidores. É claro que o ideal não seria 6%. O ideal seria 50, ou 70, ou muito mais. Mas não adianta também se prometer alguma coisa e depois não poder pagar, porque aí é muito pior.

Se analisarmos aqui todos os Deputados que estão a discursar, todas as suas Prefeituras, dos seus partidos, também vão conceder este mesmo aumento. Não é diferenciado. É assim, Deputado Valdir Rossoni, o PSDB, onde administra. Ponta Grossa, 6%; Curitiba, que tem o maior Prefeito do Brasil, grande Beto Richa, 6% de

aumento. Todas as Cidades que os Deputados vão falar aqui muitos dos Deputados que estão aqui, todos vão conceder nesta faixa. Não há mágica. Acho que todo mundo deveria receber aumento. Mas, a economia que estamos vivendo neste momento é esta.

Vamos analisar os últimos Governos. Os aumentos anteriores e do atual Governo. Façam vocês essa reflexão. Vamos começar lá de trás, do tempo do Governador Richa, passando pelo Álvaro Dias, pelo Lerner, voltando ao Requião. Vamos analisar, com coerência, para chegarmos aos números e analisar aquilo que falei anteriormente, todos os governantes estão procedendo o aumento que podem. Prefeituras de todos os partidos que estão a discursar aqui. O discurso proferido aqui pelos partidos que se dizem hoje a favor do aumento, os seus partidos, onde eles governam, são obrigados a dar o aumento que podem, É isso que todos estão fazendo.

Presidente, fico triste quando vejo calado o Deputado Durval Amaral, o maior constitucionalista desta Casa, ele ri. Quero perguntar ao Deputado Veneri, que é outro estudioso das leis, quero perguntar aos senhores, por que o projeto quando vai para a CCJ, que diz que ele é inconstitucional, ele morre lá e não volta mais? Por quê? Que jeitinho é esse que o Parlamento deu? Porque a lei diz que não pode. O artigo 68 diz que não podemos mexer. Quando faço um projeto que é inconstitucional, ele morre na CCJ. E o que é a emenda? Não é um acessório? O acessório pode vir? Quando ele é morto, o projeto, na CCJ acaba? Por que o acessório vem para o Parlamento para criar isso? A Constituição diz que não. Aí o Parlamento se expõe. Expõe-se porque é normal, porque alguns Deputados vão discursar para serem aplaudidos.

E tem Deputado aí que é advogado falando. Eu não sou advogado, não sou formado, sou um mero radialista. E aí vou começar a provocar o próprio Parlamento para discutirmos o fim desse jeitinho que expõe o Parlamento. Um contra o outro e que vira discurso, claro, porque o Deputado Elio Rusch, nosso amigo, tenho o amor respeito por ele, que discursa hoje, claro, tem que discursar mesmo, V. Exa. é Oposição, tem que fazer isso mesmo, mas lá no passado V. Exa. acabou de dizer que fazia o contrário. É isso, é o papel da Oposição e eu não posso discordar.

Lá na Câmara de Curitiba o Beto Richa deu 6% de aumento, 6.5. Os Vereadores da Oposição, lá PMDB e PT, fizeram o quê? Senhores, fizeram emendas de 14, 15%. O que aconteceu lá? Você que está em casa, sabe o que aconteceu lá? A Bancada do PSDB, tem PPS, todos que são da bancada do nosso querido Beto Richa, derrubaram todas as emendas, e a Oposição fez o quê? Discurso. Aqui a mesma coisa agora. Agora vamos ter a Oposição discursando: “Olha, minha, mãe, eu queria que a senhora ganhasse...” Está registrado. Eu não sou advogado, eu sou radialista, para querer mostrar o que não existe, querer dizer que está dando um aumento que não é, que não pode, nós não podemos mexer, está aqui. Convença-me o maior jurista desta Casa, o maior, que nós

podemos fazer esta lei. Desafio V. Exa., Deputado Durval Amaral, que é um gênio da questão do Direito. Por que acessório vem para este Parlamento, Deputado Durval Amaral? Porque temos interesse. Quando o Parlamento tem interesse, acontece. Quando não tem, não tem interesse, não tem corporativismo, não tem nada. Ah, vamos agora lavar as mãos, vamos acabar com isto.

Só estou fazendo este desabafo aqui porque quero, acima de tudo, que as pessoas entendam o que estamos fazendo. Que entendam que muitos que vão discursar, de lá e daqui, é a mesma coisa. Quando estão no Governo, contra; quando são do Governo estão a favor e vice-versa. Está aqui o exemplo da Câmara de Curitiba, é só olhar, os partidos são os mesmos, os caciques são os mesmos. Quem manda no PSDB do Paraná é um... é tudo a mesma coisa, senhores.

Então, fica este desafio aqui. Eu só queria entender, senhores que entendem de lei neste Parlamento, que é meia dúzia que comanda isto aqui, o restante é tudo cacique pequeno. Por que acessórios vem para o Plenário? E quando fazemos leis que dizem que são ilegais vocês...

(ininteligível)

... na CCJ, por quê? Expliquem para o povo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Nós conhecemos o Regimento da Casa. Todo Parlamentar tem direito de fazer o encaminhamento, mas apenas um apelo em nome do bom senso, em homenagem aos servidores que estão aqui nas galerias, muitos moram longe, e aos que estão em casa acompanhando, ansiosos para ver qual o resultado da votação e considerando o que já passamos aqui por esta Casa, ninguém vai convencer ninguém, cada Parlamentar tem sua opinião formada. Que os nobres Pares abreviem os discursos para que possamos votar, o mais rápido possível, este projeto e principalmente as emendas de interesse do servidores.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Belinati, embora V. Exa. tenha feito, obviamente, um apelo para o bom senso dos Srs. Parlamentares, temos que respeitar as inscrições.

Peço apenas, estamos discutindo o projeto, depois tem o encaminhamento da votação, depois o requerimento se vota em bloco ou não, depois o encaminhamento das emendas. Então, aos Deputados que não acatarem a sugestão do Deputado Belinati, os servidores poderão ficar aqui até meia-noite, meia-noite e meia, mais ou menos. Eu tenho paciência. O Deputado Nelson Justus, com compromisso, me incumbiu de presidir aqui, com a anuência do Deputado Anibelli, nosso 1º Vice-Presidente, e eu vou ficar aqui, pacientemente, conduzindo os nossos trabalhos.

Deputado Douglas Fabrício, para discutir, por 10 minutos.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos discutindo o projeto do Governo do Estado, que propôs um reajuste ao funcionalismo público da ordem de 6%.

Sei que o Deputado Belinati está preocupado com o horário, mas fomos eleitos para que votemos, e nós ficamos aqui até 3h da manhã, um dia, discutindo projeto. Eu vi gente mudar o voto aqui de acordo com o que alguns Deputados convenceram. Então, tenho fé que vamos conseguir. Aqueles que ainda não pensaram em votar a favor das emendas, tenho fé que vamos conseguir, na insistência, que votem a favor.

Vamos falar então do projeto. O projeto, os Deputados já apresentaram, já discutiram e colocaram aqui que o Governo quer dar 6% de aumento. Como estamos discutindo o projeto, somos favoráveis, vamos votar o projeto, aprovando os 6%. Agora, somos favoráveis às emendas também, que aumentam de 6% para 15%. Têm várias emendas aí. Temos emendas que aumentam de 6 para 15%; temos emendas de outras bancadas. Quero repetir aqui que vamos votar favoravelmente à todas as emendas. Reiterar, mais uma vez, o pedido de voto para os Deputados do PT, que nos ajudem a aprovar todas as emendas.

O argumento do Governo é que não tem caixa. Alguns Deputados que defendem o Governo se utilizam dizendo que em algumas Prefeituras foi dado só 6% de aumento, ou foi menos. Mas, eu não vi nenhuma Prefeitura no Paraná criar o salário-mínimo regional maior do Brasil. Nenhuma Prefeitura criou. Lá na Prefeitura estão mantendo a coerência. Não fizeram nenhum outro pagar mais aumento.

O que estamos cobrando do Governador é coerência. Se ele fez a iniciativa privada pagar 15% de aumento no salário dos seus funcionários, ele que dê o exemplo agora dando também 15% de aumento.

Por que pode dar 62% de aumento, através de decreto? O Decreto nº 4281, em fevereiro deste ano, aumentou, destinado a ocupantes de cargos e funções de Diretor Geral de Secretarias. Então, para chefe o aumento é de 62%; agora, para o funcionário, é de 6%.

Esse é o Governo! Aí falam que nós somos incoerentes, que somos demagógicos.

Outro exemplo, 43% respectivamente para Reitores das universidades estaduais e para Diretores, Presidentes ou equivalentes aos demais Diretores de autarquias. É o decreto do Governo do Estado.

Estamos discutindo o aumento do funcionalismo público. Projeto de lei do Governo, aqui foi um decreto, ele aumentando alguns cargos dentro do Governo.

Então, a minoria ganha um aumento maior, bem maior. A maioria ganha um aumento menor, bem menor. Quem vai defender o servidor público numa situação dessa? São os Deputados, eles não têm outras pessoas para recorrer.

Por isso que estamos aqui defendendo e ficaremos até a madrugada, se for possível, para defender o servidor público. Não adianta querer encerrar a votação já.

(Aplausos)

Aqueles que não querem encaminhar nós respeitamos que não encaminhem. Agora, vamos discutir esse projeto até a madrugada e contamos com a presença dos professores, dos policiais militares, dos funcionários. Se não puderem ficar, não tem problema, estamos aqui para defender, esse é o nosso papel e vamos ficar.

Não consigo entender como é que vamos explicar para um profissional da Polícia Militar, por exemplo, que ele, no seu soldo que é abaixo do salário-mínimo, já foi colocado aqui, vai ter só 6% de aumento. Mas ele mesmo, para a sua empregada doméstica, vai ter que dar 15% de aumento, e quem propôs isso foi o Governador. Se tivesse sido proposto por um Governador uma proposta, e depois, outro Governador, outra proposta, daria para entender. Como vou explicar para um professor que ele vai ter aumento de 6% de salário, mas ele, professor, deve dar 15% de aumento para a sua empregada?

A empregada doméstica merece ganhar bem e nós votamos e aprovamos esse projeto, 15% ela merece. Mas o professor também merece, nós estamos no mesmo Estado, na mesma economia. Por que quando é para dar aumento no salário-mínimo regional o discurso é de que a economia vai bem, que o Paraná está se desenvolvendo, e na hora que é para dar aumento ao funcionário público, e aqui destaco o professor e o policial militar como exemplo, aí a economia não vai bem, começam a fazer comparações com outros Prefeitos, com outros Estados?

Estamos discutindo a situação do Paraná, não é de nenhuma Prefeitura. Devemos cobrar que os Prefeitos realmente valorizem os funcionários públicos, porque eles que fazem concurso para trabalhar como servidor público, que escolheram aquilo como parte de sua vida. Na hora de discutir aumento de salário, alguns Deputados pedem para que paremos de falar. Nós estamos aqui para defender!

O decreto para os cargos na Secretaria da Saúde, cargos de chefia, fizeram um remanejamento no final do ano passado, Decreto nº 4089, reajuste de chefias de hospitais.

É aquilo que falei, tenho aqui o relatório, inclusive, tem casos de 139% de aumento. Merecem essa correção? Merecem! Estavam com salário defasado, precisou melhorar, foi feito o reenquadramento através de um decreto e tiveram um aumento. Tem casos aqui de 121% de aumento, 35%, enfim todos os casos que estou vendo aqui foi aumento maior que os 6%. É essa incoerência que cobro postura.

Ameaçar Deputados que se forem da Oposição não podem nem chegar perto do Palácio. Se falar em levar uma ambulância para determinado Município: “É Deputado de Oposição? Fora!” V. Exa. ganhou quatro ambulâncias com viaturas para Ponta Grossa e já ouvi dizer que vão até demitir a pessoa que conseguiu assinar os documentos. Não pode ser assim.

Num Governo que fala que é democrático, que defende os pobres, quem são os pobres, os funcionários,

ou os cargos de chefia que ganham mais? Aqui nesse caso os pobres são funcionários, porque o salário é menor. Chefes têm salário maior. Salário menor deveria ganhar mais aumento; chefes, que têm salário maior, deveriam ganhar menor aumento. É ao contrário.

Estamos discutindo o projeto do Governo e queremos que tenha aumento coerente. Não é possível imaginar que está anoitecendo. “Até que horas vamos ficar aqui? Até a hora que for preciso, até a hora de votarmos e aprovarmos, até a hora que vão cansando, que são do lado do Governo, que vão votar a favor do Governo, se quiser descansar na sua casa, pode começar a sair, já passou das 18h. Aí, nós que vamos defender os funcionários, vamos ficar aqui até o final. Vai que nós ganhamos na cansa e conseguimos aprovar os aumentos aos funcionários? Vou voltar mais vezes aqui nesta tribuna, até não iria, mas vou voltar, porque vou continuar até o fim defendendo o funcionário público.

É nosso papel aqui reivindicar coerência. O projeto do Governo, é bom 6%? É bom, mas pode e deve melhorar, porque queremos que seja 15% e o DIEESE afirma também que podem ser dados os 15%.

Só para finalizar, pedir mais uma vez o voto do povo do PT. Deputados do PT, vamos votar junto conosco, bem como os demais Deputados, como do PMDB, do PPS e de todos os partidos. Vamos votar a favor dos funcionários.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Questão de ordem, Sr. Presidente

(Assentimento)

Não cabe aparte no pronunciamento do Deputado neste momento?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não cabe aparte e o tempo é improrrogável, ou seja, não tem um minuto para concluir.

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, se tiver lugar, quero me inscrever para falar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Só há uma vaga. Vou inscrever V. Exa.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

É a favor dos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

Nesta Casa, Sr. Presidente, já fui Oposição, entendo e respeito o papel da Oposição, o trabalho que a Oposição tem que fazer, e quando se trata de aumento do

funcionalismo, também entendo o anseio de todo trabalhador, quer seja da iniciativa privada, ou do serviço público, de receber um aumento. É natural, e existem formas de se lutar por esse aumento de vencimentos, mas quero resgatar aqui algumas coisas sobre o Parlamento. Todos temos lembranças e todos os Deputados têm a fotografia do dia da posse, quando foram chamados, um por um, e vieram aqui neste microfone da frente para jurar respeitar as leis e a Constituição, que é um elenco de normas que determina direitos e deveres do cidadão e também estabelece até onde vai o poder de cada um dos Poderes: do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, ou seja, o que cabe a cada um, e eu jurei a Constituição.

As pessoas que me ouvem e os funcionários públicos que desejam um aumento maior não têm a obrigação de conhecer o Regimento Interno da Casa, não têm obrigação de conhecer profundamente a Constituição do Estado do Paraná, jurada pelos Parlamentares, mas o Deputado tem. O Deputado sabe perfeitamente até onde vai o seu direito como Deputado, de apresentar projetos, de apresentar emendas, de beneficiar, de votar a favor, de votar contra, enfim, conhece tudo.

Quero ler para os senhores aqui, um único dispositivo da Constituição, para não cansar o Plenário e nem tampouco as galerias. O artigo 66 da Constituição, que os 54 Deputados juraram cumprir, diz:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargo, função ou emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;

A Constituição está dizendo que é matéria exclusiva do Executivo. Quando se vota contra a emenda apresentada no Parlamento, não é contra o desejo que o servidor público tem de ter um aumento maior, não é contra a luta que as categorias, que os sindicatos dos trabalhadores desempenham nas suas funções de pleitear melhor vencimento, melhor remuneração para os seus associados, mas o que se faz aqui - desculpem-me os encaminhamentos a favor das emendas - é uma jogada que aqueles que estão fazendo o discurso sabem ou deveriam saber, pelo mandato que têm, pela Constituição que juraram, sabem que não se pode dar uma emenda aumentando salário.

Têm inúmeros julgamentos do Supremo Tribunal Federal aqui, inúmeros, pela inconstitucionalidade de emendas apresentadas no Parlamento. Não significa que os Deputados não sejam a favor de um melhor salário. No entanto, quando se pegar um professor, Deputado Cheida, que o aluno reprovou, e aí o conselho de classe diz que tem que aprovar esse aluno. O professor teria vontade de fazê-lo, mas não pode fazer. Se você pegar um policial militar que prendeu uma pessoa, pode ser um vizinho dele e tenha condenação, ou tenha uma ordem judicial, e vem lá os seus amigos, seus parentes e dizem para soltar; ele talvez queira soltar, mas não pode! Não pode fazer,

porque extrapola a legitimidade do que ele vai fazer. Da mesma forma é neste Parlamento!

Vocês imaginem uma coisa: a confusão da Administração Pública se, daqui a pouco, o Presidente Augustinho Zucchi, que é Deputado mas é funcionário da EMATER, faz uma emenda dando um aumento de 30% para a EMATER; um outro faz uma emenda pedindo 35% para a Saúde; um outro, Deputado Mauro Moraes, da 21% para a PM, quando a maior parte das emendas é 15% para o servidor no geral. Quer dizer, ele achou que não está bom 15%, tenho que dar 21% para outra categoria: que tipo da Administração Pública se teria se não fosse regida pela Constituição a competência de cada Poder?

Acho, sim, a Bancada de Oposição teria um papel legítimo na votação desse projeto, Deputado Valdir Rossoni, ir para tribuna e desancar em cima da administração, dizendo que poderia dar mais. Poderia fazer isso, mas não de sustentar uma emenda que é inconstitucional, sabe que não pode ser feita. Porque o Deputado, volto a dizer, ele pelo menos deveria saber qual é a atribuição do Parlamento e deveria cumprir o que jurou aí na frente e não nos colocar - que somos também defensores do servidor público - numa situação que votamos pela derrubada das emendas e gerar para os servidores, que somos contra aumento de vencimento!

Quero dizer uma coisa, principalmente aos servidores: não passa do discurso! Porque muita gente que vai discursar na tribuna, terminou esta Sessão, não mexe mais um dedo em favor do servidor público, nenhum dedo mais! Aproveita para fazer média, mas nunca atravessou a rua para conversar com a Secretaria da Administração, do Planejamento, ou com o Governo, em defesa dos trabalhadores do serviço público. Isso, minha gente, não é o que vai levar ao aumento para o servidor. Me desculpem, mas não é!

Não sou nada da minha bancada, não sou nada no Governo e não sou nada no meu partido. Mas me predisponho a ficar à disposição dos servidores públicos, para que após a concessão deste aumento, façamos nesta Assembléia Audiências Públicas, para discutir com o DIEESE, com os sindicatos, qual é a possibilidade de aumento que o Governo pode dar. Disponho-me a acompanhá-los em audiência, se for necessário, mas me nego a esse trabalho que não vai levar a nada. Se esta Assembléia desse 54 votos a favor do aumento do vencimento, o Governo não aplicaria, porque é inconstitucional. E não quero enganar servidores, com os quais tive muitas e muitas audiências buscando melhoria salarial quando fui Chefe da Casa Civil, não quero fazê-lo, me nego a fazê-lo. Tenho 27 anos de mandato nesta Casa, e o respeito que temos perante as categorias é por não acenar com produto que não possa entregar. E este aumento não se pode entregar, porque é inconstitucional.

Vejo aqui, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que foi Líder do Governo passado, quantas e quantas vezes, na tribuna, esse discurso foi feito por V. Exa. e, na opor-

tunidade, membros da Oposição faziam discurso contrário. E a partir de 2010, dependendo de quem for Governo, marquem o discurso dos Deputados a partir do próximo Governo: quem vai estar na Situação quem vai estar na Oposição, e sejam se a posição é de coerência com as normas constitucionais e com o Poder Legislativo. Ou vejamos se é um jogo de plateia.

Volto a dizer, Deputado, Líder do PMDB, Waldyr: acho válido e acho justo que a Oposição vá à tribuna e que diga que o Governo tinha que dar 15, 16, 10, 20, como queira, no discurso, na defesa do interesse. O que não pode é transformar isso numa emenda, querendo mudar o projeto original do Governo, que foi alicerçado em cima do que pode pagar. Essas emendas não têm sequer o custo que elas criariam para o Tesouro do Estado, que é fundamento básico, necessária para poder aplicar. Não tem nada, tem uma folha de papel que não sei porquê chegou a esse índice. Entendam: Índice do Servidor Geral porque, aprovamos aqui um índice de 15% para a iniciativa privada. Mas não entendo, para a Segurança Pública, por que 21% por que não foi 25, por que não foi 18? Porque não existe um cálculo para isso, não existe o levantamento de quanto isso vai custar na folha da Segurança Pública.

Apenas para encerrar. Lembram, Srs. Deputados, a Assembleia Legislativa deu 6% aos funcionários desta Casa, que na sua grande maioria são funcionários efetivos e muito mal remunerados. Não viu um Deputado, da Situação ou da Oposição, apresentando uma emenda ao projeto de resolução da Mesa Executiva, melhorando o salário dos trabalhadores desta Casa. Sabe por que não deu? Porque sabe que não é competência do Plenário, sabe que isso é uma decisão da Executiva e sabe que se der o aumento vai faltar dinheiro para a manutenção da receita da Assembleia Legislativa.

Então, vamos jogar sério. Vamos ajudar o trabalhador? Vamos! Vamos fazer Audiências Públicas, vamos às Secretarias de Estado, mas não vamos nos empenhar nessa questão de aplausos ou vaias em cima de um projeto que não pode ser votado por ser inconstitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Professor Lemos.

Lembrando: estamos discutindo o projeto, não as emendas. As emendas teremos encaminhamento próprio.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT) (Para Discutir)

Acompanhamos com atenção várias falas e eu, que já militei muito tempo, seja lá no movimento sindical, lá na agricultura, seja no serviço público municipal, estadual, como professor, como presidente da APP, Sindicato dos Professores do Paraná, como coordenador do Fórum dos Servidores que fui, junto com os vários sindicatos, são 14 sindicatos do serviço público do Estado do Paraná, fui inclusive por mais de seis anos, até agora, em fevereiro deste ano, quando passamos a coordenação para

outros companheiros que representam o servidor público, não poderia deixar de vir aqui para lembrar que é importante observamos o seguinte: o artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná determina assim, que é privativo do Executivo encaminhar para esta Casa a mensagem, e ele encaminhou.

E nós, aqui nesta Casa, depois que o Executivo encaminha um projeto, os 54 Deputados, temos o direito, o dever de debater, de melhorar o projeto; do contrário o Governador poderia ter feito por decreto. Por que ele não pôde fazer por decreto, por resolução, como fez para outros servidores com cargo em comissão? Nós, aqui nesta Casa, já acompanhamos projetos de iniciativa do Executivo não o fez.

Nós convencemos aqui vários Deputados, o projeto aqui foi debatido, foi aprovado, por exemplo, a Lei nº 13807, que foi promulgada no dia 15 de outubro de 2002, ela não foi provocada pelo Executivo, ela garantiu no mínimo 20% de hora-atividade para os professores a rede estadual do Estado do Paraná. Ela aqui foi discutida, foi votada, foi aprovada por unanimidade, foi ao Palácio Iguazu, o Governador Jaime Lerner se recusou a sancionar, ela retornou a esta Casa e foi promulgada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Hermas Brandão à época. Passou a valer no dia 1º de janeiro de 2003, e o Governador Requião, ao tomar posse, implementou, fazendo com que o Estado contratasse 20% mais de professores para servir as escolas, por conta da hora-atividade, ampliando inclusive a folha de pagamento em 20%. Isto foi possível por quê? Porque tivemos nesta Casa aqui o apoio, a compreensão e o voto. E aí o Executivo, mesmo não sendo um projeto de iniciativa dele, que deveria, pela Constituição, foi de iniciativa do Legislativo, é lei, e temos 20% de hora-atividade a partir daquela data.

Estou citando um exemplo. Eu poderia citar aqui outros exemplos, de outros projetos, que seriam de iniciativa do Executivo e não foram, foram de iniciativa do Legislativo, transformaram-se em leis e hoje essas leis são respeitadas.

Limite-me em citar uma, e beneficia a Educação no Estado do Paraná, e eu estava na presidência da APP nesse período.

Quero então dizer que, ao mandar projeto para cá, o Executivo, ele não mandou para cá para apenas homologarmos. Se fosse assim, poderia fazê-lo por decreto e não o fez. Por isso aqui podemos melhorar. Assim como no conselho de classe, aquele aluno reprovado por um só professor, pode sim o colegiado avaliar a situação, somando com o professor e fazer a aprovação desse estudante. Do mesmo modo lá na Justiça, o Juiz não julga sozinho. O promotor público é chamado a dar o seu parecer para que o Juiz possa proferir a sentença.

Nós aqui somos um colegiado de 54 Deputados, que podemos e devemos, por exemplo, fazer com que os nossos servidores do Estado do Paraná, em cumprimento à Constituição Federal, tenham o transporte custeado

pelo Estado. Podemos e devemos corrigir o auxílio-alimentação, que está congelado há nove anos. Podemos e devemos fixar neste projeto de lei o 1º de maio como data para o reajuste de todos os servidores públicos. Porque a Lei nº 15512/07, regulamenta a Constituição Federal e Estadual para determinar que é 1º de maio o reajuste dos servidores. Podemos e devemos melhorar esse projeto que tramita nesta Casa. Podemos e devemos escrever no projeto que, segundo o DIEESE, se o Estado tiver condição financeira, acrescentando sua receita acima do que estava previsto, repassar ao servidor público, no mínimo, completar os 15%. Porque se é verdade que este ano a receita é menor, no ano passado o Paraná teve crescimento da sua receita acima de 17%. No entanto, o servidor teve 5%. Neste ano, a previsão de crescimento da receita, segundo o DIEESE, deve ser maior que a previsão de receita que a Secretaria da Fazenda estima. O Paraná criou metade dos empregos do Brasil nesse 1º trimestre. Então, a economia do Paraná está diferente dos demais Estados brasileiros, está acima da média nacional.

Por isso, as emendas que apresentamos vamos sustentar até o fim. Queremos fazer um apelo para votarmos em separado as emendas, conforme requerimento da Mesa. Mas se não for possível, seremos obrigados a fazer a defesa de todas as emendas, inclusive aquelas que têm reajuste diferenciado, que entendemos que, na data base, todo servidor deve ser tratado do mesmo modo e ter reajuste igual para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Último orador inscrito, para discutir, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não estou conseguindo entender o que está acontecendo na discussão do aumento do servidor público. Vejo aqui, de um lado, as emendas dos Parlamentares de Oposição; do outro lado, o PT não vota com os Deputados da Oposição e nós vamos votar as emendas da Oposição. Não consigo compreender o que está acontecendo hoje, Sinceramente, é uma coisa lógica: quem mais representa o servidor público, aqui nesta Casa, é o PT. E eu vejo aqui o entendimento e o que sondei no Plenário, Deputado Rangel, de que não vamos nem conseguir votar as emendas em separado. Quer dizer, não teremos a oportunidade de discutir emenda por emenda. E há aqueles que querem cercear o direito dos Parlamentares de defender sua opinião.

Quando votamos e fixamos o salário-mínimo da iniciativa privada, eu disse que votaria favorável e, certamente, o Governo tinha feito um estudo de que a economia do Estado do Paraná suportava aquele aumento de 15%. Acreditei naquilo, votei naquilo e foi dado o aumento. A partir do momento em que o Governo dá um tratamento a um setor da sociedade paranaense, eu quero

crer que, nada mais justo, do que o Governo dar seu exemplo e dar o mesmo aumento aos servidores públicos. É lógico. Vamos trabalhar aqui com a seguinte hipótese: um servidor público que tem que contratar uma empregada doméstica, ele teve que dar aumento para essa trabalhadora que trabalha na sua casa. É verdade ou não? É verdade. Aí o servidor público vai receber 6% de aumento. Por quê? Baseado em que cálculos? Onde é que está a base de tudo isso? Então, quer dizer, quando vai fazer continência com o dinheiro do servidor público, que paga a trabalhadora doméstica que trabalha na sua casa, 15% é justo. Agora que vamos dar aumento ao servidor público, vamos dar o mesmo! Não tem justificativa tratarmos setores iguais de forma diferente!

É claro que o Governador, do alto do seu poder, se posiciona e enquadra muita gente aqui dentro desta Casa. Eu vi Parlamentares que fazem e faziam o discurso apaixonado em favor dos servidores públicos e, hoje, vi aqui pronunciamentos quase que pedindo desculpas pelo discurso que está fazendo, porque foi enquadrado. O pronunciamento do Governador é claro e marcou. Um retira a emenda.

É uma outra questão que me deixa aqui o seguinte: tenho visto aqui muitos Parlamentares, não vou citar, Professor Lemos, apenas dos professores, que V. Exa. sempre foi aqui um defensor dos professores do Paraná, mas temos o caso da Segurança Pública. Nós fazemos um discurso na rua e, quando chegamos aqui dentro, fazemos um outro discurso, porque o Secretário ou o Governador não gostam.

Que poder tem esse homem que intimida tanto a V. Exas.? Qual é o poder? Porque não vejo, no Paraná, nada de extraordinário no momento. Se estivesse fazendo uma revolução na minha região ou aos eleitores que represento, até de repente deveria entender, mas não vejo nenhuma novidade. O número de ambulâncias que vêm a Curitiba é muito maior do que quatro anos atrás. As rodovias, que queremos saber quantos quilômetros foram recuperados, está aí o Deputado Elio Rusch indo à Justiça para saber quais os trechos que foram recuperados. Não consigo compreender. Aí vem aquele discurso: "Porque os Prefeitos do seu partido deram 6%". Outro dia fiz aqui a defesa e coloquei com clareza que cada governante tem que dar o que pode, dentro das condições orçamentárias. Quando o Governador trata aumento de salário de maneira diferente, não consigo compreender.

Por essa razão, Deputado Elio Rusch, V. Exa. que conduz a Liderança da Oposição, espero contar com o apoio dos Parlamentares do PT, nas suas emendas. Porque senão onde está a reciprocidade? Temos um posicionamento claro. V. Exa. reuniu, conversou, decidiu, deliberou e vamos segui-lo. Há de se compreender e deixar claro, aqui, através da TV SINAL, que não estamos recebendo o apoio, principalmente na emenda que concede aos servidores públicos o mesmo aumento que o Governador determinou ao salário-mínimo. E fomos derrotados quando quisemos colocar uma emenda no projeto

do Governo, que nenhum servidor público poderia ganhar menos que o salário-mínimo. A incoerência é tão grande, que não há como compreender.

É por esta razão que ficaremos aqui até a calada da madrugada, encaminhando. Certamente há servidores públicos ouvindo os Parlamentares e eles entenderão quem realmente se encoraja em dar o mesmo tratamento. Não é uma questão de discutir o que o Governador quer ou não. É uma questão de dar o mesmo tratamento. É a isonomia ao trabalhador da iniciativa privada e ao servidor público. Vamos encaminhar emenda por emenda e certamente usaremos novamente esta tribuna. Por isso espero contar com o apoio dos Parlamentares à emenda proposta pelos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Art. 171. No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado...

Estão inscritos os Deputados Rossoni, Traiano, Reni e Durval, que encaminharão a favor do projeto.

Com a palavra o Sr. Ademar Traiano, por cinco minutos.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários públicos presentes, que levarão para casa a imagem deste Plenário que poderá, a partir de agora, permitir ou não a possibilidade do funcionalismo público deste Estado viver um novo momento ao ter na sua conta bancária, na sequência, um reajuste à altura do que merece o funcionalismo público estadual.

Mas, quero aqui, Srs. Parlamentares, aproveitando o tempo que tenho, que é limitado, de apenas cinco minutos, e fazer um questionamento, uma indagação e uma provocação ao mesmo tempo. Vejo que nesta Casa, os grandes defensores da defesa intransigente dos sindicalistas, dos funcionários públicos, quem sempre defendeu a bandeira da defesa desses funcionários foi o Partido dos Trabalhadores. E agora, vejo que o Partido dos Trabalhadores encolhe-se dentro de si com o argumento de que, sabendo já perfeitamente que as suas emendas serão rejeitadas, porque eles estão no colúio do entendimento com o Governo Estadual e fazem essas emendas apenas sob o pretexto de agradar o funcionalismo público, propondo um aumento de acordo com o crescimento da receita, mas já sabem que essas emendas serão sepultadas, serão soterradas, porque há o entendimento entre o PT como Bancada do Governo e o próprio Governo. Mas, ele têm que dar uma satisfação à opinião pública.

Portanto, ao tempo em que fazem essas emendas, na verdade, estão enganando a consciência daqueles que em casa estão, dos trabalhadores paranaenses, dos funcionários públicos que sempre acreditam nas propostas do PT.

Fico indignado, porque se o PT quisesse dar o aumento ao funcionalismo público deste Estado, não usaria de subterfúgio, apresentando emendas que não poderão acontecer, porque elas já estão, com certeza, acordadas com o Governo. Mas acompanhariam, sim, as emendas propostas pela Oposição, se essa fosse a postura do PT conosco, estariam aqui advogando o aumento de 15% proposto pelas Oposições nesta Casa.

O porquê desta proposição de 15%? Porque entendemos que ao tempo em que o Governo faz a ingerência na iniciativa privada, obriga o empresariado paranaense a pagar os 15% para os seus funcionários, ele não dá o exemplo, não faz a lição de casa, e quando aqui cobramos publicamente do Governo, vem aquele discurso de que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede o Governo de conceder esses aumentos.

É simples, Srs. Deputados, o Governo que deixe de dar para os Srs. Deputados os ônibus, quem sabe, ou algumas outras coisas que estão dando como moeda de troca. Deixe de dar esses benefícios e conceda o aumento ao funcionalismo público estadual. É assim que entendemos. É desta forma que eu, com certeza, compreendo que é possível, sim, conceder esse benefício, até dentro do espírito da lei. Porque se formos abdicar de algumas benesses que o Governo faz, como moeda de troca, com os seus Parlamentares, poderíamos estar concedendo esse benefício de 15% ao funcionalismo público estadual, coberto, com certeza, pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por isso, Srs. Deputados, quero aqui, ao encerrar as minhas palavras, provocar mais uma vez a Bancada do PT...

O SR. ELTON WELTER (PT)

Como é que vai votar o PSDB, Deputado Traiano?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Traiano, estamos sendo rigorosos no controle do tempo. V. Exa. conclua, por favor.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras. O PSDB nunca usou deste artifício para conquistar o voto, a não ser o PT. Isto é com certeza o que posso dizer neste momento. V. Exas. sabem usar com muita eficiência, fazer com que essas galerias venham aqui para aplaudirlos V. Exas. Mas, fica apenas o discurso, que na hora de exercer, na prática, V. Exas. acobertam-se sob o manto do Governo, das benesses do Governo e esquecem do povo que os elegeu.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Reni Pereira, para encaminhamento da votação, por cinco minutos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero me inscrever também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. vai falar a favor do projeto?

(Assentimento)

Não há mais como fazer a inscrição, porque já se esgotou.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Eu falo contra o projeto, Sr. Presidente. Não sei se estou inscrito nessa ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não. V. Exa. está a favor do projeto?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Não, contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Contra o projeto, V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, desculpe, Deputado Reni, mas V. Exa., até para poder definir bem os oradores aqui, V. Exa. não pode inscrever. O Deputado Reni tem uma posição e eu conheço a posição dele. Veja, V. Exa. acabou de inscrever para ser a favor do projeto o Deputado Traiano, que falou contra o projeto. V. Exa. tem que escolher, porque não dá, daí vamos ter 10 oradores, cinco contra e cinco a favor, sem saber a posição.

O Regimento é claro, quando diz contra ou a favor, nós estamos falando em Situação e Oposição, posições divergentes. Mas V. Exa. tem que esclarecer...

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Acho que cabe a questão de ordem de V. Exa., porque muitos Parlamentares estão encaminhando o projeto e falando das emendas.

Então, o que estamos pedindo é o seguinte: que se faça o encaminhamento de acordo com o projeto, a lei. Favorável ao projeto, nós teremos votação, Deputado Reni, no painel. O Regimento é claro: encaminhou favorável, deverá corresponder com o voto; encaminhou contrário, da mesma forma.

Então, solicito a V. Exa. se vai encaminhar favorável ao projeto ou contra?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Vou encaminhar contra, mas com o devido respeito, o Regimento não diz que você pode encaminhar...

(Vozes paralelas)
(Tumulto no plenário)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, depois ele vai ter que votar contra o projeto...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. vai encaminhar contra o projeto ou a favor do projeto?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vai ter que votar contra o reajuste.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Romanelli, apenas para dizer o seguinte: não estamos aqui nos bancos escolares.

Acho que cada Parlamentar deve colocar a sua posição conforme o Regimento. Eu não posso discutir aqui se o Deputado Reni diz que vai encaminhar contra. Ele tem este direito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só quero me inscrever a favor do projeto, que sobrou uma vaga agora.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, aí já está o Deputado Tadeu Veneri na vaga de um dos Deputados.

V. Exa. tem a palavra, Deputado Reni.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, quero encaminhar contra e quero dar número ao meu encaminhamento. A Lei nº 15512, de maio de 2007, o que diz esta lei? Ela diz que todo ano, no mês de maio, o Governo deve fazer a reposição das perdas inflacionárias. E o que diz a mensagem? Que esses 6% são exatamente a soma da inflação do mês de abril do ano passado até abril deste ano.

Portanto, há uma desnecessidade do projeto de lei. Por quê? Porque o Governo, quando mandou para cá uma mensagem reajustando o mínimo regional a ser pago pela iniciativa privada, fez dentro de uma prerrogativa que lhe cabe, foi aprovado o mínimo, falou que a economia do Paraná comportava esse aumento.

Portanto, se a economia do Paraná suporta o aumento para a iniciativa de 15%, é porque a economia do Paraná também aumentará e comportará um aumento de arrecadação, que poderia o Governo conceder, sim, um aumento salarial, porque aqui o aumento é zero e há uma desnecessidade dessa mensagem. É tão-somente para dizer que veio uma mensagem para esta Casa dando 15% para a iniciativa privada, e se nós não dermos nada para a Assembléia Legislativa, como que nós falaremos que vale uma regra para a iniciativa privada e para o funcionário público outra?

É um engodo, não tem aumento nenhum nesse projeto e há uma desnecessidade as ameaças de retirar. Mesmo que se concretize, no mês de março elas vão ter

que repor. Se essa lei for rejeitada aqui no mês de maio, eles vão ter que repor por essa Lei nº 15512. Mas, e o impacto? O projeto não tem impacto nenhum, ele informa o impacto, mas o impacto já está previsto no orçamento que aprovamos no final do ano passado.

Essa reposição da inflação já está aprovada por esta Casa, por unanimidade, na votação que fizemos aqui na última Sessão do ano passado, quando aprovamos o orçamento, numa das últimas Sessões.

Encaminho contra por isso e já vou justificar também que votei na CCJ contrário às emendas, porque entendo que as emendas são inconstitucionais, e realmente são. A questão de mérito, elas são revestidas de mérito, porque tenho notícias, e oportunamente farei um requerimento que inclusive, estão comprando helicópteros para o Governo do Estado. Estão tendo uma série de despesas que poderíamos fazer uma valorização do servidor. Vale sim. Infelizmente, no Plenário, não conseguimos chegar ao mérito, se não aprovarmos as emendas quanto à constitucionalidade. Votei sim, contrário a constitucionalidade na CCJ, porque elas não estavam revestidas do impacto financeiro. Mas esse projeto também não traz impacto financeiro.

Quero dizer que sou contra o projeto, e esse projeto, se sinalizar algumas coisas em relação a qualquer ganho dos funcionários públicos, ele tem que, pelo menos, contemplar a justiça, no que diz respeito à promoção de funcionários que estão esquecidos quanto ao aspecto legal, e respeitar as leis que já determinam a promoção no que diz respeito, inclusive, à adequação.

Temos alguns decretos que concedem aumento de mais de 50% para algumas castas de funcionários públicos. Infelizmente, não é para aqueles que amassam barro.

Assim como, por decreto, se concedeu aumento de remuneração, algumas vantagens a mais para algumas classes, também o Governo pode sinalizar com aumento e basta querer.

Quero deixar bem claro que sou contra o projeto, porque ele é tão demagógico quanto as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero inicialmente agradecer as palavras sempre elogiosas do Deputado Jocelito, que em sua sabedoria expressa sempre, de maneira muito clara, a sua opinião aqui na Assembleia Legislativa. Como Presidente da CCJ, até anunciei antecipadamente a meus Pares, que se tivesse que dar voto minerva sobre a constitucionalidade das emendas, daria pela inconstitucionalidade.

Ocorre que nós agora estamos analisando o mérito. Tenho isenção absoluta para manifestar a minha opinião, e mais do que isso, o meu voto de respeito aos servidores do Estado do Paraná.

O Governo Requião se antecipou ao momento mais profundo da crise econômica e fez uma minirreforma tributária no Estado do Paraná, eu cansei de ouvir, e dei razão ao Governador quando ele dizia que era necessário, no momento agudo da crise, que o Poder Público fosse um indutor, que pudesse efetivamente gastar, e gastar bem, gastar em custeio, em infraestrutura, porque essa seria a melhor forma de injetar recursos na economia do Estado e na economia do País.

Quando você investe em salário, quando você investe no servidor público, está investindo na economia, está gerando riqueza, está gerando desenvolvimento, e tenho certeza que esse é o espírito que defendeu o Governo quando do momento da crise e que norteia e que deve nortear a todos nós. Por isso mesmo não tenho dificuldade nenhuma em dizer que aumentar o salário dos servidores públicos do Estado do Paraná, ou dar reajustes aos servidores públicos, é injetar recursos na economia do Estado do Paraná. Tanto isso é verdade que o Governador, totalmente consciente desse preceito que ele cantarola a todo o Estado do Paraná, deu e impôs à iniciativa privada 15% de reajuste, inclusive com ganho real de salário para os trabalhadores. Ótimo! Cabe a mim, como Parlamentar, aplaudir e reverenciar essa iniciativa do Governador; mas cabe a mim, como Parlamentar, cobrar também coerência, porque se os nossos irmãos da iniciativa privada recebem um benefício, com muito mais razão devem os servidores públicos - que levam a vida e o dia a dia do Governo e do Estado do Paraná, são os servidores públicos que efetivamente carregam todos os programas do Governo do Estado do Paraná - receber também uma proposta igual, de 15%.

Posso dizer que sou um legalista, sim. Tem o Poder Executivo a iniciativa de mandar o projeto. Ótimo, mandou! Tem a Assembleia Legislativa a prerrogativa de emendá-la, e é o mérito que estamos tratando aqui. Vamos emendar. O Governador que veto. Se ele não estiver satisfeito, vetado vem para a Assembleia Legislativa. Ninguém está enganando ninguém, e os servidores são inteligentes para saberem que esse é o jogo democrático. Agora, se derrubarmos o veto, posteriormente, então com toda certeza recorre-se ao Poder Judiciário, que vai dizer se temos razão ou não.

Para finalizar, quero dizer que o Parlamento tem que ter ouvidos, e nós temos ouvidos para ouvir o clamor dos servidores públicos. Temos palavras para falar, e faço das palavras dos servidores públicos as minhas palavras neste Parlamento. Eu, como Parlamentar, prefiro ficar com a mão estendida ao servidor, que estende a mão ao Parlamento pedindo socorro neste momento; e a mão estendida do servidor público, quero tê-la para abraçá-lo e para dizer que o servidor público está certo na sua reivindicação. Então, prefiro ficar com o servidor público, ouvir o servidor, falar pelo servidor e assumir o compromisso de defender essa causa, porque quem me olha é porque quer ser enxergado.

Eu, como Deputado que sou, eleito pelo povo do Paraná com o apoio modesto dos servidores públicos, não posso deixar de ouvir o servidor, não posso deixar de enxergar o servidor, e não posso deixar o servidor com a sua mão estendida sem que eu retribua com um abraço, dizendo que a Oposição vai votar pelo reajuste de 15% para os servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar ao próximo orador, há um Requerimento sobre a Mesa nº 2380, do eminente Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo, constante do expediente, que requer a prorrogação desta presente Sessão Ordinária por duas horas, com base no artigo 81 do Regimento Interno deste Poder.

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel, por cinco minutos.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo mais uma vez à tribuna, mas agora para encaminhar. O encaminhamento é para você dizer como irá se proceder numa votação, e principalmente, Deputado Ney Leprevost, pedir apoio aos nobres Parlamentares para aquela proposta que você considera a mais sensata. Senhoras e senhores, eu considero a proposta mais sensata a de um reajuste justo para todos os servidores, um reajuste de 15%. Pois isso foi concedido para a iniciativa privada, com a nossa anuência nós votamos, aprovamos, vibramos também com a vitória do reajuste; mas agora precisamos vibrar, torcer, lutar, reinvidicar de todos os servidores. Porque primeiro se dá exemplo dentro da casa, quando o Governo do Estado mandou uma proposta de reajuste de 15% para que o microempresário, para que a dona de casa, para que todos da iniciativa privada possam repassar isso aos trabalhadores, e nós achamos correto. Agora, quando se fala de dentro de casa, dos seus próprios servidores, dos seus próprios trabalhadores, o discurso muda completamente. Será que os professores não merecem os 15%? Será que os servidores da Saúde não merecem os 15%? Será que os policiais, que infelizmente sofrem com o baixo efetivo no Estado do Paraná, aliás, é um dos menores efetivos de todo o País, e correm risco de vida justamente pelo baixo efetivo que temos no nosso Estado, será que os policiais não merecem um reajuste digno de 15%?

Alguém pode chegar na outra tribuna e dizer: “É inconstitucional, é demagógico, o Governo não tem dinheiro”. Pois eu retruco: o Governo tem dinheiro, sim senhor! O DIEESE fez um estudo recentemente e apontou que o Governo em dinheiro para os 15%. E vou além, com a folha de pagamento chegaríamos a 46%, alguém inclusive do que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 49% para a folha de pagamento. Ou seja, senhoras e senhores, dinheiro tem, legal é, disposição da

Oposição nós temos, deste Plenário, e se Deus quiser estaremos aprovando o reajuste.

Mas, para encaminharmos neste momento, gostaria de pedir a atenção da Bancada do PT, com muito respeito, inclusive parabenizando pelo fato de a bancada também ter encaminhado emendas de reajuste na ordem de 15%. Como o PPS fechou questão, e todos os Deputados - segundo documento expedido pelo partido - vão ter um pronunciamento definitivo a respeito dessa questão, gostaríamos de pedir o apoio também do PT, o apoio à Bancada de Oposição, porque se a Bancada do PT nos apoiar temos chance, sim, de vencer, temos essa possibilidade. Mas se não tivermos o apoio do PT, vamos perder, os servidores vão acabar perdendo.

Neste momento o mais importante é termos um discurso único, PPS, PP, e porque não dizer até mesmo a base do Governo. Existem Deputados do Governo que, neste momento, estão se perguntando se vão ceder às pressões do Governador Roberto Requião, ou não corresponder aos anseios de cada servidor público do Estado do Paraná.

Torço para que seja uma grande noite. Estamos encaminhando a votação. Voto pelas emendas, pelo reajuste justo de 15% para todos os servidores, os alicerces da nossa sociedade do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Último orador inscrito para encaminhamento, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Entendo que o projeto de 6% tem mérito e os servidores públicos também sabem disso. Sabem que nesse Governo não há perdas salariais, no que diz respeito à recomposição inflacionária. Mas há, sim problemas que poderíamos ter resolvido, e já foram abordados aqui por outros Deputados, que não foram com a progressão, que não foram com o auxílio-alimentação, e que não foram resolvidos, na diferença que há, ao vale-transporte.

Entendemos sim que podemos fazer justiça ao servidor público, no que diz respeito à perda inflacionária. Mas que faça justiça às outras perdas, que ao longo do tempo estão sendo sentidas e que não estão sendo recompostas e podem ser recompostas. O Paraná é um estado que tem condições, por isso que tem os 6% por ser o Estado que tem o maior crescimento nesse período, por ser o único Estado da Federação que fez uma reforma tributária. E essa reforma tributária não fez ainda com que todos aqueles efeitos prometidos chegassem ao bolso do consumidor. Em compensação o aumento da energia elétrica, da telefonia, o aumento dos combustíveis já chegou. Portanto, há hoje um aumento de arrecadação nos cofres do Estado e que vai continuar o aumento no próximo período.

Por isso, entendemos que o projeto tem mérito, mas pode ser aperfeiçoado com emendas, que tanto a Oposição apresentou como nós apresentamos. Não vou entrar aqui no debate de como a bancada vota, porque é uma decisão da Bancada. Aliás, nunca perguntamos como a Bancada do PSDB votava no tempo de Jaime Lerner. Certamente votava como determinava o Governador Jaime Lerner.

O que estamos dizendo é que esse projeto pode ser melhorado, e será, com as emendas que temos. O PT tem consciência disso, discutiu com o Fórum. Não apresentou as emendas que o Fórum gostaria que apresentássemos na sua íntegra; apresentou emendas e algumas são semelhantes. Gostaríamos muito de poder votar esse projeto, aprová-lo e não votar as emendas num pacote. Porque se votarmos num pacote, teremos uma decisão que não agradará nem os servidores, nem a Oposição e nem a Bancada do PT.

Como muitos já colocaram aqui, todos nós somos favoráveis ao projeto, todos os Deputados, não tem nenhum Deputado contrário ao projeto. Tanto que ele passou em 1ª votação, vai passar em segunda. Temos divergência, sim, porque entendemos que é possível melhorá-lo, e aí desculpe, Deputado Romanelli, mas as emendas não são feitas.

Deputado Romanelli, eu ouvi uma declaração sua no jornal, não sei se verdadeira ou não, que as emendas são muito mais para jogar para a platéia. As emendas são de uma convicção profunda de quem conhece a vida do servidor, de quem sabe como vive o servidor, por tanto não é jogar para a platéia, não é demagogia, e não acredito que seja demagogia jogar para a platéia. Quando o Governador Requião, por exemplo, faz três decretos e nos três ele ampliou o salário de diversos servidores em até 100%, porque entende o Governador que é preciso passar isso, como entende o Governador que é preciso que se recomponha.

O Estado do Paraná é um dos poucos Estados que está recompondo dos 6%, os senhores servidores sabem disso, mas sabem também que têm sido gratos a isso. O senhor sabe que o Governador Requião contou, na sua eleição, com o apoio dos servidores públicos. Os servidores sabem também tudo o que foi feito nesse período, não temos divergências quanto a isso. Temos votado todos os anos projetos que recompõem as perdas salariais, temos feito isso, porque entendemos que é preciso, e espero que os próximos Governos tenham a mesma sistemática.

É preciso que entendamos, e obviamente respeitemos, a posição que tem cada um dos segmentos: que alguns escutam mais, em determinados momentos, e outros menos. É do jogo.

Os partidos não tem uma posição só, assim é feito na Câmara Municipal, onde os 6% que foram apresentados pelo Prefeito Beto Richa, a nossa bancada também apresentou um projeto para aumentar de 6 para 15%, voto favorável e contou com o apoio do PMDB. Ninguém chamou os Vereadores de demagogos, nem de ter jogado

para a torcida, porque entendem os Vereadores que era preciso que se fizesse isso. Assim como entendem os Deputados que é preciso que se faça isso, e nem por isso são demagogos, nem por isso jogam para a torcida; jogam sim, por aquilo que acham que é melhor para aquele que entende representar.

Por isso somos favoráveis, e na sequência vamos discutir o encaminhamento das emendas. Esperamos que possamos votá-las desanexadas e esperamos que ao término da Sessão, sem dúvida, tenhamos um ganho para o servidor público, porque é ele e mais ninguém que faz com que o Estado possa ter ganho de arrecadação, que possa aumentar determinadas categorias e que possa fazer uma reforma tributária, como foi feito recentemente, porque é ele que, na ponta, vai sentir o ônus e os bônus.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrado o encaminhamento de votação. Vamos para a votação. Solítico aos Parlamentares que tomem seus assentos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, chamada nominal e votação no painel.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A votação será nominal. Solicito aos Srs. deputado que tomem seus assentos. Há quórum.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Jonas Guimarães)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Item 01 - 2ª discussão do Projeto de Lei nº 186/09. Mensagem nº 020/09. Deputados favoráveis deverão votar com expressão SIM. Está em votação. Encerrada votação.

Cinquenta e um Deputados votaram SIM.

Está aprovado por unanimidade, artigo por artigo.

Vamos proceder à votação das emendas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Eu fiz uma questão de ordem ao Presidente Nelson Justus, que não dirige a Sessão neste momento, e V. Exa. é o Presidente e tem o poder da resposta. E perguntei

sobre a questão da legalidade das emendas serem votadas, já que elas foram qualificadas como institucionais na CCJ. A partir do momento em que elas são inconstitucionais, baseado na Constituição Estadual e Federal, elas não podem ser votadas. Então, queria perguntar a V. Exa.: qual é o trâmite que V. Exa. vai dar em relação a essas emendas?

Se elas foram qualificadas como inconstitucionais na CCJ, elas não podem ser votadas aqui, elas não devem ser votadas, porque quando você manda um projeto inconstitucional lá, ele também acaba sendo arquivado na CCJ. Se V. Exa. decidir o contrário, quero dizer que amanhã vou provocar o Poder Judiciário para dar um parecer para acabarmos com esse erro todo, aquela confusão de todo ano um fazer um discurso e o outro fazer outro. Amanhã, me comprometo juridicamente a buscar um advogado para buscar uma decisão contra a Mesa Executiva, no que se refere às emendas. Gostaria de saber qual é sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Eu respondo à questão de ordem de V. Exa.: Artigo 170.: *As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou contrário.* O próprio Regimento estabelece que a emenda, mesmo com parecer contrário, poderá ser votada. Agora o acatamento da emenda ou não, depende, obviamente, do momento em que ela é encaminhada.

Quando a emenda é encaminhada e a Mesa acata e encaminha à CCJ, esta poderá dar o parecer contrário, e temos inúmeras emendas com parecer contrário que são votadas em Plenário. O parecer contrário serve, na verdade, para orientar aos Parlamentares quanto à constitucionalidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só queria fazer uma questão de legalidade. A Constituição Federal e a Constituição Estadual nos proíbem de mexer em questão orçamentária. É claro isso. Está na Constituição. É essa questão de ordem que eu invoco a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem razão o suficiente para que não deixemos de votar as emendas, mas para que os Deputados, na sua consciência e entendimento, possam votar contra ou a favor.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas se elas são inconstitucionais, não podem ser votadas!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Se elas são inconstitucionais, estão aqui colocadas para que o Plenário decida.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, vou discordar de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está decidida a questão de ordem levantada por V. Exa., embora V. Exa. discorde.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Encaminhei hoje à Comissão de Constituição e Justiça, protocolado às 12h05, um requerimento atendendo a uma determinação, através do ofício do partido, em um fechamento de questão. Logo após ter apresentado as Emendas nºs 13, 14 e 15, o partido me oficializou que eu estaria incorrendo em erro de desligamento da bancada de partido e, em consequência, respectivamente também eu teria o meu mandato cassado.

Então, retirei essas emendas. Pedi, em ofício, à Comissão de Justiça, essas emendas. Saber de V. Exa. se foi pedido exatamente a retirada, porque ainda ela consta.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sr. Presidente, ouço com muita atenção a sua questão de ordem. Digo a V. Exa. que não temos condição de respondê-la. V. Exa. encaminhou à CCJ, ela apreciou essas emendas e elas vieram a Plenário. As emendas estão em plenário. Sua questão de ordem esclarece o seu posicionamento com relação à retirada, de tal forma que a sua posição à bancada, imagino esteja resolvida.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Eu e o Deputado Marcelo Rangel somos co-autores desta emenda, que o Deputado Mauro Moraes falou. Ele retirou pelos motivos alegados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Elas estão mantidas.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Certo. Mas nós mantivemos. Por isso mesmo que estão aí para serem votadas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Exatamente. Acho que está esclarecido que as emendas estão mantidas.

Há vários requerimentos sobre a mesa. Vou votá-los por ordem de procedência. Há um Requerimento nº 2298, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo, constante do expediente, que requer a votação em bloco das emendas de Plenário, constantes do Projeto de Lei nº 186/09, que receberam parecer contrário da CCJ, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Esclareço aos Srs. Deputados que, aprovado este requerimento, estarão prejudicados os outros requerimentos que pedem destaque para as emendas.

Está em votação o requerimento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Algumas dessas emendas conflitam. Por exemplo, uma emenda propõe 15% de direito e outra, que é a do Partido dos Trabalhadores, progressivamente. Faço uma questão de ordem à V. Exa., para esclarecimento ao Plenário. Suponhamos que votemos em bloco e que seja aprovado em bloco. Como podemos aprovar em bloco de emendas que são diferentes entre si?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Tadeu Veneri, respondo a questão de ordem de V. Exa, que pelo Regimento isso é perfeitamente possível, porque as emendas que receberam parecer contrário têm a possibilidade, basta que possamos seguir o Regimento, ou como sempre se fez aqui, que se remeta essa decisão ao Plenário através de um requerimento, solicitando a votação em bloco.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, fazer uma questão de ordem. O artigo 170 do nosso Regimento Interno diz o seguinte: *As emendas serão votadas em grupo, conforme tenha o parecer favorável ou contrário.* Todas as emendas receberam o parecer contrário da CCJ. Como o artigo 170 estabelece uma regra, e ao nosso entender, regra não se vota, por essa razão acho que o requerimento apresentado pelo Deputado Romanelli, Líder do Governo, está prejudicado pelo artigo 170. O que se vota são as exceções. Por isso, apresentamos os pedidos de destaque, para votarmos as emendas em destaque. Porque o Regimento Interno, artigo 170, já define que a regra é em bloco. Como é em bloco, devemos votar agora os requerimentos que pedem preferências.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Elio Rusch, entendo a posição de V. Exa., mas esta Presidência entende que o requerimento do Deputado Romanelli não contradiz com o artigo 170. E o Plenário define. Se o requerimento do Deputado Romanelli foi derrubado, aí passaremos a apreciar os requerimentos que pedem destaque às emendas. Caindo aí na preocupação do Deputado Tadeu Veneri. Caso contrário, se o Plenário entender que procede o requerimento e aprovar, obviamente que os demais estarão prejudicados.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra à Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Por que voto contra? Porque tivemos uma grande discussão com o Fórum Sindical, viemos acompanhando todas as emendas que o Fórum Sindical defendia, e apre-

sentamos essas emendas aqui como a Bancada do Partido dos Trabalhadores, e são emendas realmente de acordo com a realidade que vivemos hoje no nosso Estado do Paraná.

Não são emendas demagogas, porque foram bem discutidas, que não era possível, neste momento, o reajuste de 15 ou 20%, tendo em vista a questão da receita do Estado.

E tendo em vista isso, a nossa bancada apresentou uma das emendas que é um reajuste, mantém o projeto da forma original, reajuste de 6%, porque sabemos que isso é o que é possível neste momento. Mas, se aumentar a receita, que esse aumento seja repassado para o funcionalismo público, chegando até uma porcentagem de 15% que é o que os servidores hoje reivindicam.

Se votarmos todas as emendas num voto só, como fica esse pacote em que tem a nossa de 6% podendo chegar a 15% de acordo com o aumento da receita, com emenda de 12 de 15, de 20? Então, entendemos que votar no pacote significa realmente fazer com que nenhuma emenda possa ser aprovada aqui e nenhuma emenda possa ser acrescentada ao projeto, fazendo com que o projeto seja ainda melhor.

Entendemos todo o esforço do Governador Roberto Requião até hoje. Entendemos que o possível hoje é 6%. Por isso que apresentamos aqui uma série de emendas, já defendidas pelos demais Deputados. E quero dizer que me sinto bem à vontade em dizer que quero ter o direito de votar as emendas que discutimos junto ao Fórum Sindical, porque tenho certeza que essas é possível o Estado cumprir.

Agora não me sinto no direito de votar emendas que vão modificar e fazer um bolo do projeto. Não sei se vai ser de 15, de 10, 21, ou se não vai ter reajuste nenhum. Se queremos seriedade no projeto, temos que votar emenda por emenda. Se possível, votamos em bloco as emendas do PT, mas se não for possível, defendo emenda por emenda, porque quero ter o direito de defender aquilo que discutimos com o Fórum Sindical.

Agora, não quero votar emendas demagogas e nem ser pautada pelo PSDB. Porque vivi aqui nesta Casa na época do Jaime Lerner, e não vi em nenhum momento reajuste para os nossos servidores. Não é o PSDB que vai decidir o meu voto. Eu tenho consciência do meu voto, sempre bem discutido, e tenho certeza que vou saber votar na hora certa e no momento certo.

Agora, não quero cobranças aqui de quem nunca votou. Peço desculpas aos Deputados que são novos na Casa, que estão votando pela primeira vez, não estou me referindo a esses Deputados. Agora, Deputados antigos que estão aqui, Deputados que nunca souberam valorizar os servidores públicos durante os oito anos do Jaime Lerner nesta Casa, eu não vou ser pautada por estes Deputados.

Desculpem-me, vou votar de acordo com minha consciência e quero votar sim, quero votar com os servi-

dores, mas de acordo com as emendas que apresentamos aqui nesta Casa, de acordo com as emendas que a Bancada do Partido dos Trabalhadores discutiu, debateu e sabe que realmente é possível ser cumprido.

Quando eu falo dessas emendas, falo não só das emendas da questão do reajuste dos 6%, e podendo ser reajustado conforme o aumento da arrecadação do Estado, mas também falo da questão do auxílio à cesta básica, sabemos o quanto é importante para quem ganha até dois salários-mínimos, então é importante que essa emenda também seja aprovada, é importante que seja dada a promoção e progressão aos servidores, como já tem um compromisso do Estado, ainda no ano passado, e é importante que isto seja assegurado ao projeto e por isso que eu aqui defendo, sim, as nossas emendas e defendo que as emendas sejam votadas, inclusive uma a uma, para que possamos apreciar, ver o que realmente é condizente com o projeto, aquilo que é possível ser aprovado, aquilo que é possível o Estado cumprir.

Agora, não vou votar aqui um pacote, onde tenhamos apenas a questão de promoção de alguns Deputados que nunca fizeram nada pelos servidores quando tiveram oportunidade, que nunca chamaram para discutir, nunca fizeram isto, nunca chamaram o sindicato para sentar com o Governador Jaime Lerner para ver o que era possível de valorização dos servidores. Não vou ser pautada por essas Deputados.

Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Tadeu Veneri. V. Exa. encaminha contra o requerimento ou a favor? Contra o requerimento. Por cinco minutos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Deputada Luciana Rafagnin já foi extremamente clara do motivo de termos nos posicionado contra a anexação de todas as emendas, porque são emendas, Sr. Presidente, que criam, realmente, uma situação, no mínimo, confusa.

Eu pergunto aos Srs. Deputados como é que nós vamos fazer - e foi esta a questão de ordem que fiz à Mesa - se em tese aprovarmos todas as emendas num pacote só, como quer o Líder do Governo, votando de uma vez só? Vamos estar votando a emenda do Deputado Mauro Moraes, que prevê 21% para a Polícia Militar, embora tenha retirado o nome, mas a emenda ainda é dele, vamos aprovar a emenda do PSDB e do DEM, que fala de 15% para todos os servidores. Já são duas emendas diferentes, vamos aprovar a emenda do PT, que fala, além dos 6% até que se chegue a 8% progressivamente, nós tenhamos, conforme a arrecadação, todos os meses ou a cada semestre, a cada trimestre, esse percentual repassado ou seja, não é para levar a sério. Os senhores servidores, as senhoras servidoras sabem que não é para levar a sério.

Está se pedindo para anexar todas as emendas, porque assim não se consegue fazer com que algumas das emendas, que poderiam ter a maioria dos votos, não obviamente do PMDB, por ser o partido do Governo, Deputado Pugliesi, V. Exa. que é Presidente do partido, teve uma decisão de fechar questão que é absolutamente legítima, mas os outros partidos que não tiveram, ainda que da base do Governo, mas que não tiveram esta mesma situação, podem pontualmente entender que esta ou aquela emenda pode contemplá-los, e o que o Líder do Governo faz é impossibilitar que qualquer servidor tenha qualquer coisa além de 6%. É isso que precisa ser dito.

Estamos impedindo, se aprovarmos em bloco, que as emendas sejam votadas. Estamos colocando uma camisa de força para que todos os Deputados, ou votem a favor de todas as emendas, ou contrário a todas as emendas. Certamente que o Fórum dos Servidores entende quem esteve e quem está ao seu lado este período todo.

Não vamos fazer aqui, numa discussão que parecer uma discussão sofista, discutir o sexo dos anjos. Não se trata disso, mas todos aqui têm um mínimo de conhecimento de como as coisas acontecem. O PT não pode ser colocado como o partido que vai ser a favor ou contra as emendas, quando a maioria dos partidos com exceção do PMDB, que fechou questão. Inclusive o Deputado Mauro Moraes, que até ontem dizia que manteria as suas emendas e que tinha uma posição muito clara, hoje retirou. Hoje o Deputado Mauro Moraes não é mais autor de emenda nenhuma, a sua emenda permanece, porque outros Deputados assinaram, mas ele não é autor de emenda nenhuma. É bom que se diga isso, para amanhã não acontecer: “Olha, a minha emenda caiu, mas eu mantive”. Não manteve. O PT não pode ser cobrado por votar a favor ou contra esse ou aquele processo, porque nós inclusive fizemos um apelo, que possamos chegar junto com a Oposição naquelas emendas que são coincidentes e votarmos essas emendas, que são poucas, são pouquíssimas, duas ou três.

Não sei se haverá possibilidade ou não de fazermos isso, mas tenho certeza de uma coisa: não estranhem se parte dessas reivindicações estão sendo feitas através de emenda hoje, e daqui a um mês, daqui a dois meses, venham através de decreto. Porque parece que quando se trata de fazer qualquer tipo de diálogo, vale apenas uma voz. E essa voz foi dita na “escolinha” na terça-feira.

Respeito muito o Governador Requião, porque é um Governador que tem tido coerência em muita coisa, mas está errado quando diz que não precisa reajustar o valor do vale-alimentação; está errado quando não quer ouvir o seus Secretários do DIEESE, que dizem ser possível, sim, que avancemos em causas sociais. E esse erro vai ser compensado pela luta dos servidores e pela coerência que alguns dos Deputados têm.

Por isso, vamos votar contrário ao encaminhamento feito pelo Deputado Romanelli, porque o Deputado faz um engessamento do processo: ou se vota a favor de tudo, ou se vota contrário a tudo. Ou somos santos, ou

somo demônios. Entendemos que há emendas boas e que podem ser aproveitadas. E por isso vamos votar contra o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Sr. Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Bancada do PT, após uma longa reflexão, divergências, tensões internas e várias reuniões com o Fórum dos Servidores, decidiu trazer a este Plenário cinco emendas ao projeto de lei do Governador. Apresentamos essas emendas com a responsabilidade de um partido que participa do Governo com três Secretários, um dos quais Secretários do Planejamento, portanto, é responsável por todo o debate no interior do Governo para definição de reajuste. E também com a responsabilidade de um partido que tem toda uma história ligada ao movimento sindical mais autêntico da história do Brasil, tanto que o nosso Presidente da República começou a sua ação política como líder de um dos maiores sindicatos operários do País, o Sindicato dos Operários do ABC.

E nós, nesse debate, chegamos no caminho do meio. No sentido bonito desse termo, não no sentido da neutralidade que nós negamos, e nem de ficar em cima do muro. Mas como uma alternativa ao radicalismo ou ao maniqueísmo, quando duas idéias contrárias se defrontam e não tem nenhuma solução de imediação. Todas as emendas que apresentamos ajudam, melhoram o projeto do Governo e não se opõem a ele. Emenda que procuram fugir de uma demagogia fácil, porque é muito cômodo, na hora que se vai votar aqui na Assembleia Legislativa o aumento do salário, vem a iniciativa do Governo, qualquer Deputado pode apresentar 15% para um setor, 20% para outro, e assim por diante. Essa demagogia nós também fugimos, porque sabemos que os servidores são conscientes do que é demagogia, conhecem a história de cada partido, a ação de cada Parlamentar, sabem àqueles que são efetivamente seus companheiros e aqueles que fazem o jogo de cena em determinados momentos. Mas quando estão no poder negam ao servidor, ideologicamente acatam o inchaço do Estado, terceirizam as empresas públicas, temos consciência disso.

Temos consciência também que os servidores sabem que as conquistas verdadeiras se dão nas ruas, na mobilização política, na mobilização sindical, como a APP sempre fez. A APP, grandes aumentos não foram na data-base. Os professores do Paraná, tanto os universitários, como os da rede pública, os funcionários, no caso da APP, eles receberam o aumento diferenciado na ação, demonstrando ao Governo da importância do seu trajeto, da sua história, da sua categoria, e não foi na data-base.

Pesando esses prós e contras das questões, chegamos à apresentação dessas emendas.

A primeira emenda define a data 1º de maio. O projeto não define isso. Sabemos que o Governador vai

dar aumento a partir de 1º de maio, mas daremos mais segurança aos servidores e maior clareza, maior concretude ao projeto de lei, se colocarmos uma emenda dizendo: “O aumento é a partir de 1º de maio.” Essa é uma das emendas que apresentamos.

A outra emenda diz respeito ao vale-alimentação. Daí eu concordo com a questão, não o discurso que ouvi de alguns Deputados, o Governador propôs para a iniciativa privada um aumento maior do que o do mínimo, tinha que dar um aumento maior para os servidores.

No Paraná, nenhum servidor ganha menor que o valor mínimo regional proposto pelo Governador. Os trabalhadores sabem a importância histórica dessa decisão do Governo de criar o salário-mínimo regional. Todos sabem. Não só da iniciativa privada, mas também os trabalhadores do serviço público.

Mas se o Governador criou esse salário-mínimo regional, é justo que o vale-alimentação seja direito de todos os servidores abaixo de dois mínimos regionais e não de dois mínimos nacionais. Essa é a nossa emenda.

A lei, como é hoje, diz que o servidor que ganha até dois mínimos nacionais tem direito ao vale-alimentação.

Nós colocamos dois mínimos regionais, que vai aumentar um certo percentual o limite abaixo do qual todo servidor tem direito a receber o vale-alimentação, que será corrigido por índices oficiais. Portanto, o vale-alimentação, que era R\$ 50, passaria para R\$ 91,34 e aumentaria a amplitude dos servidores que receberiam o vale-alimentação.

A terceira emenda. O Poder Executivo do Estado do Paraná fica autorizado a complementar a reposição em até 15%, condicionando a arrecadação orçamentária às disposições... Ou seja, havendo aumento além do previsto da arrecadação do Estado, o Governador não precisa nem mandar para esta Casa mais, ele dá aumento até chegar a 15%. Isso é um voto de confiança no Governador. Nos sentimos representados por ele.

Ora, se o Governo está dando 6% para os servidores, é justo que os servidores que recebam função gratificada, além do salário, também tenham esse aumento de 6%. Isso é isonômico. Essa é a nossa emenda.

A outra emenda é que estabelece um prazo para que o Governo, além das funções gratificadas, o Poder Executivo, no prazo de 120 dias, deverá efetivar todos os atos necessários para a implementação em folha de pagamento nas promoções ou correções. Porque alguns servidores receberam as promoções e outros não.

Então, são emendas que não ferem o espírito do Governo, que revelam certas diferenças de encaminhamento do PT em relação ao sindicato do PMDB, mas emendas de um partido que tem a responsabilidade do Governo...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exa, eu tentei encaminhar agora um requerimento e V. Exa. não o

recebeu. Queria que V. Exa. dissesse qual é o artigo que me impede de protocolar esse requerimento, que tentei agora há pouco.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, estamos no encaminhamento de votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sim, mas eu queria que V. Exa. dissesse qual é o artigo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou verificar com a Mesa qual é o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas para relembrar os Srs. Deputados que estamos votando o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, e não estamos votando as emendas.

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente e Srs. Deputados. É claro que vou votar contra o requerimento do Líder do Governo, porque se trata de uma grande articulação para fazer um “pacotão” para votar tudo de uma vez, para sepultar tudo de uma vez, para passar com a máquina do Governo por cima de tudo e de todos, inclusive dos servidores públicos. Então, tenho que votar contra o requerimento e encaminhar contra esse requerimento.

Agora, quero também dizer que o Deputado Tadeu Veneri fez um belíssimo pronunciamento e está repleto de razão, correto, porque realmente quem manda está do outro lado da rua, no Palácio.

O Palácio mandou aqui uma orientação para fazer uma articulação para fazer esse pacote e colocar as 17 emendas todas juntas. Nós tínhamos que votar emenda por emenda, concedendo os 15% de reajuste para os servidores públicos, mas é preciso colocar os pingos nos is. Não estamos falando aqui de Governo Jaime Lerner, não estamos falando de passado, mas estamos falando de presente, estamos falando de coerência. É claro que precisamos do apoio da Bancada do PT, e estou estupefato com o que o Governo está fazendo com a Bancada do PT, que apoia o Governo também. Porque, na verdade, o Governo está praticamente deixando a bancada do PT em uma situação ruim.

Então, com todo respeito, vou votar todas as emendas da Bancada do PT. Acho que o PT tem o seu mérito, justamente pelo fato de ter encaminhado as emendas. A Bancada da Oposição também tem o seu mérito e nós vamos lutar até o final para conseguirmos a aprovação. Mas sobre a articulação, é preciso deixar registrado que foi bem articulado pelo Líder do Governo para colocar

tudo em um pacotão. Mas, neste momento, simplesmente peço a ajuda dos nobres Pares para que possamos votar emenda por emenda, e inclusive pedir destaque para as emendas, para que possamos votar conscientemente as emendas individualmente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria que o senhor me inscrevesse entre os Parlamentares que querem desenvolver o raciocínio favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Não entendi a referência à Bancada do PT, pelo Deputado Marcelo, porque os três Deputados do PT que encaminharam, o fizeram contra a votação em bloco. Queremos votar as emendas em separado, para poder diferenciar os vários tipos de emendas que existem aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Só para responder, dizer que também votamos contra, justamente com os pronunciamentos dos membros do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

É um projeto que dá 6% de aumento, que já foi aprovado. Então, todos os Deputados votaram favoravelmente aos funcionários públicos, com 6%. Agora, podemos melhorar o projeto é através das emendas e são mais de 10 emendas.

Vi que o Deputado Romanelli quer colocar todas as emendas em um pacote só, para que possamos votar. Quero defender o raciocínio aqui de que devemos votar separadamente cada emenda, porque com isso podemos, inclusive, ajudar o Governo, porque eu estava lembrando que no ano passado fizemos uma discussão parecida com essa aqui, o projeto foi aprovado, muitas emendas foram rejeitadas, e depois o Governador acabou colocando como decreto, alterando o projeto, ou melhorando o projeto conforme estávamos prevendo nas emendas. Ou seja, ele pega a ideia dos Deputados, rejeita aqui com a sua bancada, mas depois acaba atendendo alguns pedidos de alguns Deputados. É porque às vezes a emenda sai daqui de um Deputado de Oposição e o Governador não quer aprovar emenda de Deputado de Oposição. Mas como tem várias emendas da Bancada do PT, espero que se

conseguirmos fazer separadamente acredito que é melhor para o funcionalismo público.

Pode ser que uma emenda ou outra, de repente, não aprove, mas separadamente vamos ter condição de aprovar. Mas se acontecer de perdermos a votação desse requerimento, e as emendas serem votadas todas juntas, temos que deixar o pedido de voto a todos os Parlamentares que votem a favor das emendas então, porque aí estaremos aprovando todas as emendas, e com isso o Governador depois decide se vai dar 15% de aumento, ou se vai dar 21%, porque com certeza só vai valorizar o funcionalismo público.

Então, defendo que votemos as emendas separadamente. Mas se acontecer de perdermos a votação agora no requerimento e tivermos que votar todas juntas quero pedir o voto de todos os Parlamentares para votarmos a favor de todas as emendas. Se tivermos que votar todas as emendas de uma vez só, vou votar a favor de todas as emendas, porque todas elas beneficiam o funcionário público.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Último orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni. Só comunico a V. Exa. que fará o encaminhamento a favor. Fará o encaminhamento a favor?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. quero o quê?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Eu não tenho o direito de querer nada, apenas preciso saber de V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero dizer a V. Exa. que vou encaminhar aqui o requerimento e acho que poderíamos dar uma resposta. Gostaria que o Deputado Elio Rusch, vou tentar convencê-lo, e até V. Exa. pode ficar surpreso, Sr. Presidente, vou tentar convencer o Líder da Oposição a fazer um acordo com o PT, em retirar as nossas emendas e votarmos as emendas do PT. Aí não há mais o argumento que o espírito de Jaime Lerner está aqui dentro. Porque é o seguinte, espera aí Deputado Péricles, V. Exa. olha no espelho e não vê o seu rosto, sobe na tribuna desfigurado, com vergonha do servidor público, porque não tem como justificar a atitude de V. Exa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Deputado Rossoni, não tenho direito de pedir aparte, então o senhor, por elegância, não cite o meu nome e não me ataque de forma desleal, porque eu não posso me defender neste momento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O que eu falei aqui é o seguinte: que no sentido figurado, quando você chega na frente do espelho e vai

olhar, vê a sua imagem, e quando eu vi o Deputado Péricles, ele não conseguiu ver a sua imagem. Quer dizer, não é nenhuma ofensa, é uma questão de postura política. É uma questão de dizer: quero isso, vou votar por isso e vou lutar por isso. Às vezes a verdade é doída, mas não é ofensa.

Então, não uso mais a figura de quem se sente ofendido por eu estar falando do espelho. Deputado Rangel, V. Exa. não se sente ofendido? Então, uso V. Exa. O Deputado Marcelo Rangel vai à frente do espelho e quer convencer o espelho que seu cabelo é branco. Não vai convencer. A mesma coisa está acontecendo na tribuna desta Casa. É isso que quero dizer, e aí estou ofendendo. A verdade não ofende ninguém.

Deputado Elton Welter, V. Exa. não deve ter me ouvido. Eu disse que iria tentar convencer o Líder da Oposição, porque sigo o meu líder, para retirar as emendas da Oposição e botar em xeque a atitude do PT. Fiz algo errado? Qual o crime que cometi? É uma saída honrosa para quem não vai conseguir nada.

Senhores servidores que estão nos assistindo e nos ouvindo, seremos derrotados agora, porque será votado no pacote e vamos perder. Qual a nossa atitude brilhante? Unirmos ao PT e retirarmos a nossa emenda. Agora, o nosso líder decide por nós. Estou aqui encaminhando favoravelmente ao requerimento, para tentarmos alguma saída e conseguirmos o que disse, brilhantemente, o Deputado Tadeu Veneri, que disse tudo o que eu queria ouvir. Se dermos um passo à frente, estaremos dando em favor dos servidores públicos.

Não adianta querermos tudo e não conseguirmos nada. Não vamos quebrar o espelho! Àqueles que se ofenderam com o espelho: lustrem o espelho, limpem, porque infelizmente estão longe da verdade muitos pronunciamentos que ouvi aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrado o encaminhamento e vamos à votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O último orador inscrito foi o Deputado Rossoni e está em votação. Pela ordem, o Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Artigo 33, Sr. Presidente, requeri a V. Exa. o encaminhamento do requerimento e no Regimento, Sr. Presidente, V. Exa. ficou de responder.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Após a votação respondo ao requerimento de V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas não pode, porque tem que ver com a votação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não tem a ver com a votação!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Tem a ver com a votação, não podemos votar as emendas baseados no artigo 33, Sr. Presidente. Posso ler o artigo?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu já sei do artigo! Vou proceder à votação e estamos em processo de votação! Mas, posteriormente, vou dar a resposta a V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas não pode, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrado o encaminhamento e vamos à votação. Os Deputados que ocupem seus lugares.

Está em votação o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Votando o requerimento.

Os favoráveis votarão SIM; os contrários, NÃO. E aprovado este requerimento os demais estarão prejudicados.

Está em votação. Encerrada a votação: 31 SIM; 17 NÃO; duas abstenções. Está **aprovado** o requerimento.

Portanto, passaremos à votação das emendas em bloco.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Queria ver da questão de ordem agora, Sr. Presidente. Queria que o senhor desse atenção ao meu requerimento, volto a dizer, tudo que estiver sendo feito aqui vou levar ao Poder Judiciário. V. Exa. dê resposta, como Presidente, dirigindo a esta Mesa!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaria que me trouxessem o requerimento do Deputado Jocelito Canto. Neste momento vamos para o encaminhamento da votação das emendas. Peço à assessoria da Mesa que já anote os Deputados que vão encaminhar as emendas. São cinco a favor e cinco contra.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Vamos discutir as emendas, e como não foram discutidas nenhuma vez, não existe limite de inscrição, conforme o Regimento Interno. Não existem números para discutir, existem número para encaminhar. Ou em 2ª discussão, quando foi amplamente discutido na primeira.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Deputado Jocelito encaminha um requerimento à Mesa, onde requer que não sejam votadas as emendas

de Plenário ao Projeto de Lei nº 186: *O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que não sejam votadas as emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 186/09, que receberam parecer contrário da CCJ, com base no artigo 68 da Constituição Estadual.* Deixo de receber o requerimento, porque quando do encaminhamento das emendas, elas foram encaminhadas a este Plenário para votação, e estamos em processo de votação. E V. Exa. tem o direito de recorrer, como V. Exa. falou, à Justiça. Não tem problema.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O artigo 33 define no inciso II: *Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição - que no caso é uma emenda e sua tramitação - será interrompida, de imediato, e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões. Cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça, no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Dessa decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa. Inexistindo o recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será lida como definitivamente rejeitada. Caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.*

Pergunto a V. Exa.: já está devidamente protocolado o recurso das emendas que foram rejeitadas na CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, não me cabe, aqui, analisar. Elas estão na pauta e estão em processo de votação. V. Exa. poderia ter encaminhado este recurso...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Está aqui, Sr. Presidente, estamos iniciando a votação e estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está aqui, V. Exa. poderia ter encaminhado esta questão antes das emendas estarem em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não, as emendas começam a votar agora. O senhor está começando a votar!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas o projeto já foi votado em 2ª discussão. Deputado Jocelito, V. Exa. encaminhou o requerimento e eu não acatei o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas tem recurso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não sei te dizer!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então não pode votar! Se não tem recurso não pode...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Romanelli, vamos proceder o encaminhamento da votação das emendas. Estamos encaminhando a votação das emendas, para encaminhar a votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Mas eu quero discutir!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas V. Exa. não poderá discutir, porque já discutimos o projeto, ressalvadas as emendas. Peço o bom senso dos Parlamentares, já estamos...

(**Tumulto no plenário**)

Estou pedindo o bom senso dos Srs. Parlamentares. Todo mundo está assistindo a nossa Sessão, estamos discutindo isso exaustivamente. V. Exa., Deputado Elio Rusch, me pediu para que eu não encerrassem a discussão na outra Sessão e eu não encerrei. Aqui, todo mundo discutiu, peço o bom senso! Estamos discutindo profundamente essa matéria. Se tinha alguma coisa a discutir sobre as emendas para não acatar, parecer contrário da CCJ, tivemos na CCJ uma discussão exaustiva. Esse projeto veio para cá, recebeu as emendas.

Então peço a compreensão dos Srs. Parlamentares. Estamos em processo de votação das emendas e vamos encaminhar a votação. No processo de encaminhamento da votação vou conceder a palavra aos Parlamentares que querem encaminhar a votação.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Reni.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

O artigo 33, Sr. Presidente, no seu parágrafo 3º, diz que à Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública. Motivo pelo qual o requerimento do Deputado Jocelito merece, pelo menos, ser apreciado pelo Plenário, porque não tem um parecer da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem a decidir, já que a Presidência não acatou o requerimento do Deputado Jocelito. Perfeitamente.

Então, vamos ao encaminhamento de votação. Deputado Douglas com a palavra, para encaminhar a votação. V. Exa. tem cinco minutos, Deputado. Obrigado pela compreensão. E de V. Exa. também, Deputado Elio Rusch, que é um Parlamentar experimentado e, tenho certeza, vai compreender a nossa posição.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente Zucchi, concordamos em cinco minutos, mas que não se limite em cinco Deputados. Se por acaso seis ou sete Deputados quiserem falar, gostaria que fosse respeitado, até porque é regimental, conforme o artigo 117. Emenda é uma proposição. Ela é separada do projeto. É o artigo 117.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Encaminhamento de votação é claro o Regimento: é posição alternada, a favor e contra.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Eu sei. Nós concordamos. Não queremos discutir e, depois, encaminhar. Vamos fazer o encaminhamento, mas não limitado a cinco Deputados, porque essa proposição das emendas ainda não foi discutida. Concordamos com V. Exa., até por apelar para o bom senso, e que venhamos a fazer apenas uma discussão das emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio, vou cumprir o Regimento.

Deputado Douglas com a palavra, por favor.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Augustinho Zucchi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Agora, começamos o encaminhamento de uma vez só, para ir para votação de todas as emendas ao projeto do Governo. Todas as emendas são importantes. Então, se os Deputados votarem favoravelmente às emendas, os servidores serão atendidos.

Venho encaminhar favoravelmente a todas as emendas, mas quero destacar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a emenda que concede reajuste de 15% ao funcionalismo público. Por que 15%? Porque desde o início, desde a primeira vez que discutimos esse projeto, no primeiro momento lá na Comissão de Constituição e Justiça, levantei e disse que deveríamos fazer com o funcionalismo público, nesse projeto, igual fizemos com a iniciativa privada. E o que foi feito com a iniciativa privada? Foi concedido, aprovado um projeto de 15% de aumento para a iniciativa privada.

Agora, vão para votação todas as emendas. Pedimos ao Governo do Estado que também dê 15% de reajuste ao funcionalismo público. Por quê? O DIEESE afirma que tem condições. Eu ouvi vários Deputados discursando aqui, defendendo o projeto, e me chamou a atenção o Deputado Durval Amaral, que afirmou que 15% no bolso do funcionário público é mais dinheiro circulando na economia. O discurso do Governador foi de que, quando aumentasse a iniciativa privada, teria mais dinheiro circulando na economia e isso geraria mais desenvolvimento. Agora, 15% também no salário do funcionalismo público é mais dinheiro na economia, é mais dinheiro para melhorar a economia, ou seja, vamos ser coerentes.

Vamos fazer com o funcionalismo público o que fizemos com a iniciativa privada. Eu não me canso de repetir: como vamos explicar ao professor, como vamos explicar ao policial militar que o aumento dele foi só de 6%, que nós já aprovamos? Por que não aprovamos 15%, como já aprovamos para a iniciativa privada pagar?

Então, peço aqui para todos os Deputado, porque agora é a hora de pedir voto, é decidido no voto. Se tivermos a maioria dos votos, vamos conseguir aprovar as emendas. Por isso, peço a todos os Deputados: vamos votar favoravelmente às emendas. Parece-me que são 17 emendas e todas beneficiando o funcionário público. O que não dá para imaginar é que na hora de aumentar o salário do funcionalismo público, não aprovemos as emendas.

O Governador concedeu reajuste para algumas categorias do funcionalismo público, na ordem de 62%, para outras 43%, para algumas mais de 100%, e para a grande maioria dos funcionários ele só está concedendo 6%. Queremos corrigir isso. Pedir o voto de todos os Parlamentares para que aprovemos 15%. Vamos votar todas as emendas em bloco. Pedir mais uma vez, Srs. Deputados, como já dissemos aqui, esta votação é histórica, para votar a favor do servidor público. Devemos votar SIM pelas emendas, porque todas eles beneficiam o servidor público, muitas das quais sugeridas pelo sindicato que representa a categoria, que estudou. Com isso vamos beneficiar todos os funcionários e estamos com isso também colocando coerência. Se o Governo tem condições de dar 15% para a iniciativa privada pagar de aumento, porque não é ele que vai pagar, é a iniciativa privada, por que não conceder 15% para o funcionalismo público?

O Governador aumentou a energia elétrica, o telefone e a gasolina, o preço do ICMS e com isso aumentou a arrecadação. O Governo, segundo o DIEESE, tem condições de ceder e dar 15% de aumento aos funcionários, porque não afetará a Lei de Responsabilidade Fiscal, como alguns poderão alegar. Voto favoravelmente às emendas e peço o voto de todos favoravelmente às emendas, para que possamos aprová-las, favoravelmente ao projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fico estarecido ao ouvir da tribuna da Situação, com o devido respeito à ilustre Deputada Luciana Rafagnin, minha companheira de região, Deputada que com certeza tem um extremo valor, porque a conheço de onde nasceu, de onde veio e chegou aqui por sua competência. Não posso conceber, Srs. Deputados, ao ouvir o discurso da Deputada Luciana, é lógico que com certeza, alicer-

çada pelo grupo do seu partido, o PT, que não poderão ser pautados pelo PSDB nesta Casa.

Há uma diferença entre ser pautado e ser coerente.

Advogamos desde o primeiro momento, o reajuste de 15% ao funcionalismo público do Estado. Em contrapartida, o Partido dos Trabalhadores segue na esteira daquilo que o Governo estabelece. Vou mais além, Srs. Deputados, lamentavelmente, o Partido dos Trabalhadores, parece-me que enfraquecido e acorvardado, curva-se e rende-se à pressão e ao massacre do Governador Roberto Requião, quando ele diz na “escolinha” que o Parlamentar que não acompanhar o seu projeto, estará excluído do Governo definitivamente.

Percebo aqui que o PT está intimidado. Não reconheço mais o PT, com exceção da postura do Deputado Tadeu Veneri, que daquela tribuna dizia: “Não posso concordar com o Governador Roberto Requião, de impor regras”. Ora, Srs. Deputados, esta sempre foi a grande bandeira de luta do PT. Não enganem os seus companheiros. Acompanhem as emendas das Oposições, porque isto significa dizer que vocês estarão cumprindo realmente com os compromissos firmados em campanha eleitoral, como uma das maiores bandeiras de luta desse partido.

Não se rendam ao Governador Roberto Requião. Não é uma questão de ser pautado, é uma questão de coerência, porque as emendas que V. Exas. propõem nada mais são do que um conchavo com o Governo. Quem não sabe disso? É um acordo com o Governo. Tem que justificar para os seus eleitorais que propeem uma emenda conforme o aumento da receita do Estado, quando na verdade é uma grande mentira.

É por isso que não posso concordar, não posso aceitar esta insinuação de sermos pautados, ou que o PSDB está pautando o PT, pelo contrário. Estamos aqui coerentemente, todos os Parlamentares advogando desde o primeiro momento o reajuste de 15%, por entendermos, senhores funcionários, que a justiça que o Governo faz, porque se ele obriga a iniciativa privada dar aos seus funcionários 15% de aumento, por que ele não faz a lição de casa atendendo os interesses de V. Exas.? Já disse que o Governador pode, sim, abrir mão de determinados benefícios que está concedendo à sua bancada, aos Deputados do PT. Abram mão desses benefícios e distribuam esses recursos em aumento salarial para os nossos funcionários públicos do Estado.

Esse é o nosso sentimento e aqui estamos, todos nós, advogando a causa maior, encarnando o sentimento, o desejo, a vontade.

Quero conchamar, em alto e bom som, que quero me render, e com certeza, se precisar subir aqui nesta tribuna para dizer à Bancada do PT, se conosco estiverem votando elas nossas emendas de 15%, retiro tudo aquilo que falei. Com certeza teremos que ter humildade quando aqueles que entenderem o chamamento maior estiverem atendendo esse chamamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, na sequência do encaminhamento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Bem objetivo, porque na verdade, Deputado Antonio Belinati, sobre o projeto, já nos manifestamos inúmeras vezes. Apenas algumas considerações para dizer aos Deputados e aos funcionários, ao Fórum dos Funcionários que aqui estão presentes, de todas as reivindicações apresentadas pelo Fórum, as emendas foram apresentadas pela Bancada do PT e grande parte dessas emendas foram contempladas também pelas emendas apresentadas pela Bancada de Oposição.

A Oposição se uniu, reuniu, conversou e elaborou as emendas. E por que chegamos aos 15% e não por que seis mais nove? Porque era um desejo, as faixas escritas do próprio Fórum, e aquilo que defendíamos desde o começo.

Mas quero fazer uma outra questão bem rápida: o artigo 45, que fala da Constituição do Estado, são militares estaduais, e assim segue, são direitos do militar estadual; parágrafo 12, são direitos do militar estadual; inciso II, soldo da classe inicial do Soldado nunca inferior ao salário-mínimo fixado em lei. Esta é a Constituição.

E qual é o soldo do policial militar do Estado do Paraná? Abaixo de R\$ 400, quando votamos por orientação a pedido do Governador, S. Exa. Roberto requião, fixando em mais de R\$ 600 o salário-mínimo no Estado do Paraná, e a Constituição diz que nenhum Soldado pode receber menos do que isso.

E o que estamos propondo mais? Que o salário seja aplicado a partir de 1º de maio, que é a mesma emenda do PT. Dos 15% estamos determinando que seja imediato. O PT também pede 15%, 6% agora e 9% de acordo com a receita do Estado. Nossas emendas todas são iguais.

E não venham nesta tribuna, não estou dizendo todo o PT não, alguns Deputados do PT usam esta tribuna para querer justificar para os trabalhadores do Estado do Paraná, do Governo, funcionários públicos, por que vão votar contra as emendas, só vão votar contra porque não seguem, não são pautados pelo PSDB e nem pela Oposição. São pautados sim, e orientados pelo Governador, que chamou a atenção de todos os Deputados na “escolinha” na terça-feira da semana passada.

O que disse o Governador? Quem não votar comigo está fora. Grande parte dos Deputados do PT que assinaram suas emendas e que falaram que iriam votar a favor dos funcionários do Estado do Paraná, hoje estão querendo encontrar uma justificativa porque não querem votar a favor.

Ora, esqueçam Jaime Lerner, esqueçam Jayme Canet, Ney Braga, vamos falar agora. Não se administra olhando pelo retrovisor, Srs. Deputados. Administra-se olhando para frente. Se alguém errou no passado, ele

errou. Agora, não venham querer culpar os Deputados que nem Deputados eram na época: Marcelo Rangel, Douglas Fabrício, tantos outros Deputados que subscreveram essa emenda.

Ora, se são a favor dos trabalhadores, se são a favor dos funcionários, se são coerentes com o seu discurso, quem vai naquela tribuna não é o Elio Rusch. Eu nunca participei do movimento. Vocês nunca me viram com a Força Sindical, hasteando bandeira, trepando no seu caminhão, dizendo que sou a favor do trabalhador, mas sempre os defendi.

Agora, quem está falando de uma forma e agindo de outra, não somos nós. Vamos ver o voto de cada um. É fácil. Vai ter o painel eletrônico. Pega-se depois a votação de cada Deputado e aí podemos saber quem votou a favor e quem não. Ou quem seguiu a orientação, não, o chamamento do Governador - “Quem não votar comigo não recebe mais benefício do Governador” - palavras do Governador e não do Elio Rusch. E esta frase tocou, chocou os Deputados que são da base aliada. Vamos ver quem vão votar, porque até semana passada todos iam votar a favor, ou uma boa parte. E agora? Depois desse chamamento quando o Governador disse: “Quem votar contra o Governo, quem votar a favor, está fora da base e não me tragam mais problemas”?

Eu sempre disse e tenho dito: os Poderes são harmônicos, mas devem ser independentes. Eu nunca vi na história política, enquanto milito na vida pública, Srs. Deputados, um Governador, um Prefeito ou mesmo um Presidente da República fazer esta advertência que o Governador do Estado fez com a sua bancada, e isto será confirmado no painel, na votação das emendas. E não venham dizer: “Não podemos votar porque tem emendas da Bancada da Oposição”. São as mesmas. A redação final é que vai corrigir, com toda certeza. Por isso que tem redação final aqui na Assembleia Legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Queria me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não tenho mais como fazer a inscrição, porque depois só tem mais um Deputado inscrito, que é o Deputado Ney Leprevost.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. é a favor ou contra?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sou contra as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Então V. Exa. vai falar.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Me inscrevi para falar antes do Jocelito.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A favor das emendas já se inscreveram.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Vou me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Contra?

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Contra.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas vou dizer o seguinte: vou cortar a palavra se o Deputado se inscrever contra ou a favor e mudar o seu pronunciamento lá.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Professor Lemos.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apresentamos várias emendas, a Oposição também apresentou emendas. Nós defendemos as emendas com argumentos fundados em análise feita pelo DIEESE, que assessora o movimento sindical. Portanto, não são emendas demagógicas, não são emendas inconsistentes, são emendas possíveis de serem aprovadas.

Por exemplo: primeiro que fixa para 1º de maio o reajuste para todos os servidores, porque o projeto não traz esse dispositivo. Outra emenda que corrige o auxílio-alimentação. Auxílio-alimentação dos servidores é para quem ganha até dois salários-mínimos. A nossa proposta é para quem ganha até dois salários-mínimos regionais. Portanto, alarga essa base de servidor, corrigindo para R\$ 210, os R\$ 50 estão congelados desde junho de 2000, há nove anos.

Apresentamos também a emenda para corrigir as gratificações dos servidores, porque estão congeladas em reajustes já promovidos nos anos anteriores, as gratificações ficaram congeladas. Apresentamos emendas para que a promoção seja implementada no máximo 60 dias após a publicação desta lei. Apresentamos vários projetos, a Oposição também apresentou projetos. E o Professor Lemos, Deputado do PT, vai votar todas as emendas, vai votar favorável.

Pergunto ao Deputado Rossoni: convenceu o Deputado Elio Rusch para retirar para ficar só com as emendas do PT? Estamos esperando. Deputado Ademar Traiano: vossa liderança lidera o PSDB nesta Casa com sete Deputados. E os outros cinco Deputados, que não votam com V. Exas. e nem junto com o Deputado Rossoni, vão votar conosco nessas emendas? Peço o voto do PSDB para todas as emendas no dia de hoje.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não fechamos questão.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Então não cobre dos outros, lidere o seu partido e não lidere o PT. Cobre do seu partido, não pode cobrar dos outros partidos, porque o nosso partido, sou do PT, vou votar com a minha consciência e com a minha coerência. Até greve de fome já fiz aqui nesta Assembleia e o senhor estava do outro lado atacando o setor público.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Depois desse pronunciamento do Professor Lemos, vamos encerrar a Sessão. Acho que chegou. Parabéns, Professor Lemos, V. Exa. foi fantástico. Até greve de fome ele já fez.

Só quero dizer que vou votar contra as emendas, porque as emendas estão colocadas de formas ilegais. Elas são uma grande enganação ao servidor público do Estado. É a maior enganação que se pode fazer, porque elas são ilegais, não deveriam estar neste plenário.

O artigo 68 diz: *Não é admitido aumento de despesa.*

Não podia estar aqui. É tudo uma enganação. Estão enganando o servidor. Não temos legitimidade nenhuma de propor emenda. Está na lei. Essas emendas estão colocadas de forma ilegal neste plenário.

Eu coloquei o requerimento e o Presidente, desconhecendo o Regimento desta Casa, negou-se a receber o meu requerimento. Negou-se a dar importância àquilo que determina o Regimento desta Casa.

Então, senhores, essas emendas não poderiam estar aqui no plenário neste momento, porque elas são ilegais. Elas foram colocadas para fazer demagogia. Enganar vocês que estão de costas, é isso que eles fizeram para vocês. Fizeram exatamente isso, viraram as costas para ganharem votos nas costas de vocês, e vocês não perceberam. Tão inteligentes que são. Os que estão de costas aqui, que coisa feia!

Eu não tenho preocupação com o Plenário. Estou preocupado em fazer aquilo que a minha consciência manda. É só isso. Agora, dizer que o Requião é que manda...

O Requião e o Jaime Lerner têm uma diferença, Sr. Presidente. Eu conheço bem essa diferença, viu Deputado Romanelli? O Requião faz aquela bagunça, grita, xinga, aquela coisa de brigão. O Jaime Lerner é diferente. Sabe o que ele fazia? Mandava dinheiro para as rádios. Quem eram donos das rádios? Era eu? Eu nunca fui dono de rádio. Essa é a diferença. Para a televisão, para o jornal, essa é a diferença. O Requião briga, xinga de vez em quando. Agora o Jaime Lerner manda dinheiro para comprar uma rádio. Teve gente que comprou rádio com o dinheiro do povo. O povo precisa saber disso. Por isso

que não tem dinheiro para os servidores, porque roubaram o BANESTADO. Está cheio de ladrão por aí. Compraram rádio com o dinheiro do povo. É para falar a verdade? Vamos falar. Esses são os ladrões. Deu o quê? Não deu nada. Deu para o pobrezinho do gerente.

Sr. Presidente, registro aqui o voto contra, exatamente por isso, medidas eleitoreiras para enganar a população. Isso aqui, essas emendas, são inconstitucionais. São ilegais. É para enganar o servidor. Estão enganando você, servidor. Você está sendo enganado por todos que fizeram emendas, que as emendas não cabem.

Amanhã vou provocar o Poder Judiciário para que diga se estava certo ou não, e a Mesa desta Casa está errada. Está errado o Presidente Zucchi, que não recebeu o meu requerimento, que não interpretou o Regimento.

Vou requerer amanhã as fitas da televisão, as notas taquigráficas. Vamos ver se tem justiça neste Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Último orador inscrito a favor, Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero apenas me manifestar, com minha serenidade, com muita tranquilidade, favorável a todas as emendas, sem excluir nenhuma delas. Entendo que os servidores públicos do Paraná merecem todo respeito desta Casa Legislativa. Os servidores devem ser valorizados, devem ter o seu trabalho cada vez mais apoiado pela sociedade, pelos Poderes, e os servidores públicos merecem, indiscutivelmente, receber o mesmo benefício que o Governo do Estado proporcionou à iniciativa privada.

Não podemos aqui no Paraná ficar compactuando com atitudes que fazem gentilezas com o chapéu alheio. Se o Governo do Estado tiver que apertar os gastos públicos, tiver que economizar em alguma coisa, que economize, mas que não economize naquilo que é mais importante, que é garantir ao servidor público do Paraná o direito de sustentar a sua família com dignidade. Os servidores públicos são trabalhadores como os trabalhadores da iniciativa privada.

Os mais de 200 mil servidores públicos, ativos e inativos, do Paraná, são pessoas que também têm filhos para criar, também tem estudos para pagar, faculdade para pagar seus filhos, quando conseguem colocar os filhos numa escola privada e aguentar o ônus desse pagamento. Os servidores públicos do Paraná não merecem que a Assembleia Legislativa vire as costas para eles.

Refiro-me aqui aos servidores da Saúde, que são aqueles que mais sofrem, porque no dia a dia estão convivendo com inúmeros problemas, com pessoas que chegam desesperadas em busca de um tratamento, muitas vezes nervosas, algumas vezes agressivas. Esses servidores públicos, com seu amor, humanismo, atendem bem essas pessoas. Os servidores públicos da Polícia Militar, que arriscam a sua vida, que vão para a linha de frente

combater o crime e que, muitas vezes, não encontram amparo para as suas vidas quando veem um deles fortalecer porque foi atingido pela bala de um bandido, um criminoso. Os servidores da Polícia Civil, agentes penitenciários, funcionários administrativos de todo Estado.

Faço aqui um apelo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos por a mão na consciência, vamos aprovar essas emendas que foram apresentadas, todas elas em conjunto, e vamos aprovar os 15% de aumento para o servidor público do Paraná, como o Governador proporcionou, através do empresariado, para os trabalhadores da iniciativa privada deste Estado.

Não me alongarei, Presidente em exercício desta Sessão, Augustinho Zucchi, até em respeito aos servidores que estão aqui até essa hora da noite, desde o início da Sessão acompanhando os nossos trabalhos. Mas não poderia deixar de me solidarizar e deixar claro, incisivo, transparente, o apoio ao servidor público paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Elton, V. Exa. questionou que um Deputado teria encaminhado de um jeito e votado de outro. Não posso fazer milagres, as pessoas estão vendo, cada um tem a sua coerência e o Deputado Péricles de Mello pede para encaminhar contra as emendas. Se ele não encaminhar, infelizmente sou obrigado e não lhe conceder a palavra.

Passo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, em primeiro lugar, acho que a Sessão se transformou, num determinado momento, num ataque ao PT. Não sei com que facilidade os Srs. Deputados vêm cobrar do PT uma coerência que eles não têm e nunca tiveram. As palavras do Professor Lemos foram muito claras nisso: líderes que lideram a si mesmos, não lideram ninguém mais no partido, têm que cobrar coerência do PT.

Aproveito, de forma sorrateira, me desculpe o Deputado Ademar Traiano, para atacar uma companheira da sua Cidade, no Sudoeste, Deputada Luciana, que tem uma coerência em todos os momentos da sua vida, Deputado Valdir Rossoni usou de um sofisma absurdo para me atacar, porque é claro, somos coerentes. Apresentamos emenda assinada por cinco Deputados, porque achamos correta, Deputado Pedro Ivo, inclusive, então seis Deputados assinaram a emenda do PT. Defendemos em Plenário que as emendas deveriam ser votadas separadamente. Infelizmente, fomos derrotados, por incompreensão dos dois lados, talvez.

Queríamos ter oportunidade de votar, de forma clara e limpa, as nossas emendas. Votamos para voar separado, foi englobado tudo. Particularmente, não me sinto à vontade para votar numa emenda que nem sequer

o Fórum dos Servidores pediu. Estão aqui as lideranças dos servidores, olhando no rosto deles. Quando estiveram conversando com o PT não pediram que apresentássemos uma emenda pedindo 15%. Não pediram! Porque entendiam que se uma emenda de tal envergadura fosse aprovada, traria problemas para o aumento real dos servidores. Eles continuam lutando por 15% nas ruas, nas organizações comunitárias, lutando com o Governo, fazendo mobilização. Mas, não pediram à Bancada do PT que apresentasse tal emenda. Não pediram.

Sinto-me com muita tranquilidade para lutar e continuar lutando pelas nossas emendas, em conversa com o Governo, nas ruas com os servidores, mas não apoiar emendas que julgo demagógicas, neste momento. A emenda instituindo aumento de 15% é demagogia pura, num momento de crise profunda. Sabemos que este Governo é voltado para os interesses dos trabalhadores. Não é como alguns partidários, de outros partidos, que atacam de todas as maneiras os servidores. Os principais ataques que fazem ao PT, a nível nacional, é que estamos aumentando as despesas correntes, enchendo o Estado, aparelhando o Estado. E agora vêm aqui atacar o PT, e não têm nenhuma moral para fazer isso.

Minha posição é uma. Não é unanimidade da bancada. Respeito. Sentamos os seis Deputados, existem posições diferenciadas. Eu vim aqui encaminhar, a bancada vai votar de acordo com a consciência de cada um de nós. Particularmente, porque sou contra algumas emendas apresentadas, as que são demagógicas, vou continuar defendendo as emendas que assinei junto ao Governador, de todas as formas possíveis, mas não posso votar as emendas em bloco. Nossos Deputados estão liberados para votar conforme sua consciência. Em função deste fato, vou me abster desta votação. Os outros Deputados também.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, as emendas que tiveram parecer contrário na CCJ e vieram a Plenário, vamos votar a favor. Indago de V. Exa., porque tem um projeto, de minha autoria, que tem o mesmo objetivo: dar 15% de aumento para o funcionalismo. E este projeto foi bombardeado, dinamitado pela Bancada do Governo na CCJ. Indago de V. Exa., porque milhares de servidores estão acompanhando a transmissão, através da TV SINAL, se o nosso projeto virá, ainda, à discussão e votação no Plenário, ou não. É a indagação que faço, respeitosamente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou consultar o Presidente Nelson Justus para ver se ele vai encaminhar seu projeto para o Plenário para votação.

Concedemos a palavra ao último orador inscrito, para encaminhar, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Estão encerradas as inscrições para o encaminhamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero encaminhar a votação, tenho que reconhecer que já tivemos um longo processo de discussão. O Governador Roberto Requião tomou uma decisão histórica em 2007, que foi a de implantar a revisão anual dos salários dos servidores públicos do Estado do Paraná. É o terceiro ano. Todos sabemos que serão 36 milhões a mais, por mês, que o servidor público do Paraná - diferente do que acontece nos outros Estados - terá reajustado seu salário e mantido seu poder de compra.

Ao mesmo tempo, nestes anos todos, empreendemos uma política salarial que valorizou o servidor público e faz com que possamos nos orgulhar da política que temos desenvolvido a favor do servidor público. Não são os discursos havidos, ou da visão corporativista e, muitas vezes, lamentavelmente eleitoreira, ou então daqueles que se acostumaram a formular raciocínios, única e exclusivamente, no sentido de promover aquilo que não pode ser promovido quando estamos tratando do reajuste que vai poder, de fato, atualizar o valor dos servidores públicos do Paraná.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero manifestar, em nome da bancada de apoio ao Governo Requião, de todos os Deputados que dão sustentação a este Governo, que manteremos permanentemente aberta a possibilidade da mesa de negociação, junto com a Secretaria da Administração, poder trabalhar nas cláusulas sociais que implicam, de fato, numa melhoria da vida dos servidores e ao mesmo tempo, sempre apoiando o Governo Roberto Requião, que valoriza o servidor público. Mas, mantendo aberta sempre a relação respeitosa, de diálogo com todos os servidores, com todos os que pretendem ter uma sociedade melhor.

Por isso, queria pedir a todos os Deputados que acreditam no nosso Governo, que acreditam no Governador Roberto Requião, que acreditam na nossa força de fazer as modificações, como temos feito, que possam votar pela rejeição das emendas, votando NÃO, para que possamos garantir o reajuste dos salários dos servidores públicos, que vai ter mais 36 milhões por mês. Não tem Governo algum neste País que esteja fazendo um investimento deste tipo. Basta ver o próprio Governo Federal.

Por isso quero pedir o voto NÃO às emendas, pelas razões que já expus, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade e para que possamos continuar mantendo nosso Governo sempre a favor da valorização do servidor público.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Deputado Luiz Claudio Romanelli encaminha Requerimento nº 2382, constante do expediente, solicitando a prorrogação da Sessão por duas horas. Em votação. **Aprovado.**

Em votação as emendas. Os Deputados favoráveis votarão com a expressão SIM. Os contrários, com a expressão NÃO.

Quinze Srs. Deputados votaram com a expressão SIM; 33 Srs. Deputados votaram com a expressão NÃO; três abstenções. **Rejeitadas** as emendas.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. se poderia determinar ao setor de informática para que informasse em uma folha a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao setor de informática que encaminhe imediatamente a cópia da votação ao Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 009/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimento comercial manter exemplar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor disponível para consulta. **Aprovada. (Publ. no DA nº 001/09, de 03/02/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 139/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que torna obrigatória, além da divulgação em outros meios de publicidade, a publicação através da imprensa escrita dos atos oficiais dos Municípios do Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/09, de 07/04/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/08, de autoria dos Deputados Eduardo Luiz Cheida, Elton Welter e Luciana Rafagnin, que institui no âmbito do sistema público estadual de ensino fundamental e médio do Paraná, a merenda escolar orgânica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 462/08

Fica acrescido artigo ao Projeto de Lei nº 462/08, onde couber, com a seguinte redação:

“Art. Além dos alimentos orgânicos, a merenda escolar oferecida aos alunos deverá conter, obrigatoriamente, alimentos funcionais.

Parágrafo Único. Dentre os alimentos funcionais, que se refere o *caput* deste artigo, estão relacionados abacate, alho, cebola, cenoura, inhame, batata doce, frutas cítricas, chá verde, couves, brócolis, repolho, nabo, aveia, trigo, arroz integral, leites fermentados, tomate vermelho, amora, goiaba, uva vermelha, sucos, soja e derivados.”

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Péricles de Mello, Felipe Lucas, Duílio Genari, Antonio Belinati e Luiz Eduardo Cheida.

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação da emenda.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/09, que altera a Lei nº 11713/07, que trata das reformulações da carreira docente das instituições estaduais de ensino superior do Paraná - IEES/PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT e CF.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 106/09

Art. 1º - Inclua artigo, onde couber, ao Projeto de Lei nº 106/09 com a seguinte:

“Art. 4º Fica acrescido o parágrafo 6º ao artigo 23 da Lei nº 11713, de 07/05/97, com redação dada pela Lei nº 15050, de 12/04/06, passando a vigorar com a seguinte redação:

§ 6º Na hipótese do aprovado em concurso público seja oriundo da carreira de agente universitário este manterá para todos os efeitos legais, a respectiva matrícula e o cômputo do respectivo tempo de serviço e contribuição, ficando dispensado do estágio probatório.”

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoiamento:

Reni Pereira, Augustinho Zucchi, Cida Borghetti e Fernando Scanavaca.

JUSTIFICATIVA:

Submetemos à apreciação dessa egrégia Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a presente proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 106/09 enviado através da Mensagem nº 011/09, de 18/03/09, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião. Esta proposta busca aprimorar o projeto ao estender seu regramento aos servidores também pertencentes às universidades e faculdades estaduais, assim como os docentes.

A Carreira Técnica Universitária é integrada pelos

ocupantes de cargo público de provimento efetivo alocados nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná - IEES.

A carreira Técnica Universitária é de cargo único, denominado agente universitário, composto de funções singulares e multiocupacionais agregadas, disposta em ordem crescente de classes constituídas de série de classes que determinam a linha de desenvolvimento profissional do cargo.

O provimento é realizado por meio de concurso público. O provimento derivado às classes superiores é realizada através de processo seletivo de promoção. Porém, o ingresso nestas classes pode ser realizado mediante concurso público e, eventualmente ter a participação de servidor estável pertencente à carreira Técnica Universitária no certame.

No provimento através do concurso público exige-se o estágio probatório de três anos. Porém, o provimento pelo processo seletivo de promoção é dispensado o estágio probatório, pois o servidor promovido encontra-se estável, tendo cumprido-o anteriormente, e também por ser pertencente à carreira Técnica Universitária.

De forma semelhante, o servidor estável pertencente à carreira Técnica Universitária pode ser promovido através da participação no concurso público. Porém, deste é exigido que se exonere e, por consequência, deve cumprir novo estágio probatório na assunção da função em outra classe, embora no mesmo cargo público.

Se no caso da carreira docente, integrada por cargos públicos diferentes o estágio probatório será dispensado por força deste projeto de lei, com igual ou maior propriedade pode-se permitir à carreira Técnica Universitária que, como já exposto, é de cargo único.

Também pretende que o servidor possa, para efeitos previdenciários, manter a sua matrícula original, não sofrendo prejuízos na contagem de tempo para aposentadoria.

A carreira Técnica Universitária, como é de cargo único, denominado agente universitário, não se enquadra na regra do artigo 4º, inciso III, da Constituição Federal da República Federativa do Brasil. O dispositivo constitucional que trata da aposentadoria voluntária exige 10 anos no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Enquanto na carreira docente deve-se exigir a regra constitucional, pois se trata de provimento em outros cargos públicos, a do professor titular, na carreira Técnica Universitária não se pode exigir o mesmo, pois trata-se de provimento no mesmo cargo público, apenas em classe distinta.

Assim, com esta emenda, busca-se aprimorar o projeto de lei ao uniformizar e estender o tratamento que se pretende através do projeto de lei à carreira docente para a carreira Técnica Universitária, que são tratadas na mesma Lei nº 11713/97. Ainda por se tratar de emenda que não se onerará os cofres públicos, não seja vício de

iniciativa e o seu acatamento permitirá economia e agilidade na atividade legislativa.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Na verdade é a questão de ordem do Deputado Jocelito Canto. Penso que podemos inaugurar um novo tempo nesta Casa em relação ao recebimento das emendas que vão à CCJ. Se as emendas forem inconstitucionais, elas deverão ser rejeitadas pela CCJ e só virão ao Plenário se houver recurso, depois de ter sido comunicado à Mesa.

Vamos estabelecer aqui um novo procedimento.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente. Acho que após esta discussão na CCJ é própria a sua colocação, para ser discutido com a Mesa.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPEL - AAPC, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apresentei uma emenda, com os devidos apoiantes, ao item 4. Na verdade, o projeto teria que voltar à CCJ.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Mas, voltou. Foi anunciado.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a ONG Viver uma Vida Feliz, com sede no Município de Ivaiporã e foro na Comarca de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a ASSESPI - Associação Beneficente Esportiva Pireli Paraná, filiada a FEMOTIBA - Federação Democrática das Associações de Moradores, Clube de Mães, Entidades Beneficentes e Sociais de Curitiba - gestão 2005/2009. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº039 /09, de 27/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 182/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a ASSEPI - Associação Beneficente Esportiva Pireli Paraná, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública o Rotary Club de Irati, com sede e foro no Município de Irati/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/09, de 27/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 185/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, declara de utilidade pública estadual o Rotary Club de Irati, com sede no Município de Irati, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que o foro que se consta no artigo 2º do Estatuto Social do Rotary Club de Irati, é o Município de Irati, no Estado do Paraná, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa no Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 185/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Rotary Club de Irati, com sede e foro no Município de Irati, no Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública o Instituto São Cristóvão - ISC, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/09, de 28/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 191/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declara de utilidade pública o Instituto São Cristóvão - ISC, com sede e foro no Município de Curitiba

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2296, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2297, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2300, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2302 a 2335, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2337, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2338 a 2346, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2349 e 2350, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2351 e 2352, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2354, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2355, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2357, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2369, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2377, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2378, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2348, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 2370 a 2374, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Prejudicados.**

Requerimento nº 2375, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2381, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Quero publicamente registrar a satisfação de vê-lo na presidência desta Sessão. V. Exa. é um Parlamentar experimentado e exerce, com proficiência, a função de Vice-Presidente no exercício da presidência da Casa, com a capacidade e diálogo e, ao mesmo tempo, com a firmeza e o pulso que o cargo que V. Exa. ocupa neste momento requer. Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/09.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 462/08; 129, 177 e 186/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 182, 185 e 191/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 192 e 197/09.

Levanta-se a Sessão.

